



ShareFOREST

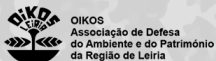
Manual de metodologias participativas

**Um guia para o envolvimento dos
agentes na gestão da floresta**

Elisabete Figueiredo | Eduarda Fernandes (Coordenação)
Carla Ferreira | Carlos Gonçalves | Cristina Ribeiro



ESCOLA SUPERIOR
DE TECNOLOGIA
E GESTÃO



SHAREFOREST



Foto de Mário Oliveira

Manual de metodologias participativas

Um guia para o envolvimento dos agentes na gestão da floresta

Este manual foi desenvolvido no âmbito do projeto de investigação *ShareFOREST - Sharing decisions in forests – participatory methodology for public and stakeholder engagement in the protection and valorisation of forests in Portugal* (PCIF/GRF/0050/2019), financiado por fundos nacionais através da FCT/MCTES

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

ShareFOREST – Manual de Metodologias Participativas
Um guia para o envolvimento dos agentes na gestão da floresta

COORDENADORAS

Elisabete Figueiredo
Eduarda Fernandes

AUTORES

Elisabete Figueiredo
Eduarda Fernandes
Carla Ferreira
Carlos Gonçalves
Cristina Ribeiro

LAYOUT E DESIGN

Liliana Eusébio

EDIÇÃO

UA Editora
1ª edição – novembro de 2024

ISBN

978-972-789-952-4

DOI

<https://doi.org/10.48528/xqcg-tb41>



ÍNDICE

p. 07 **Agradecimentos**

p. 09 **1. Manual de metodologias participativas para a gestão florestal.**

p. 10 - Objetivos

p. 12 - Enquadramento e contextualização

p. 14 - O projecto ShareFOREST

p. 27 **2. A participação pública no ordenamento e gestão das florestas.**

p. 35 **3. A Gestão florestal em Portugal e o caso das Matas do Litoral**

p. 36 - A grande Expressão da Paisagem Florestal e os Desafios da sua Gestão e Ordenamento

p. 43 - A Gestão das Florestas Públicas

p. 50 - A Participação Pública no Atual Modelo de Gestão das Matas do Litoral

p. 55 **4. ShareFOREST - metodologia para o envolvimento dos agentes na gestão das Matas do Litoral**

p. 56 Enquadramento da Estratégia Participativa Desenvolvida

p. 60 - 1º Workshop Participativo – Validação da rede de agentes, suas colaborações e perceções

p. 66 - 2º Workshop Participativo – Reflexão e debate sobre a gestão das Matas do Litoral, usos e funções possíveis e desejáveis

p. 79 **5. Notas finais**

p. 84 **Referências Bibliográficas**

p. 88 **Sobre os Autores**

p. 91 **Anexos**

p. 92 Anexo I – Programa do 1º Workshop Participativo do projeto ShareFOREST

p. 93 Anexo II – Materiais usados no 1º Workshop Participativo do projeto ShareForest

p. 95 Anexo III – Programa do 2º Workshop Participativo do projeto ShareFOREST

p. 96 Anexo IV – Caracterização das Lagoas da Saibreira e da Vela

p. 98 Anexo V – Menu do ShareFOREST Café

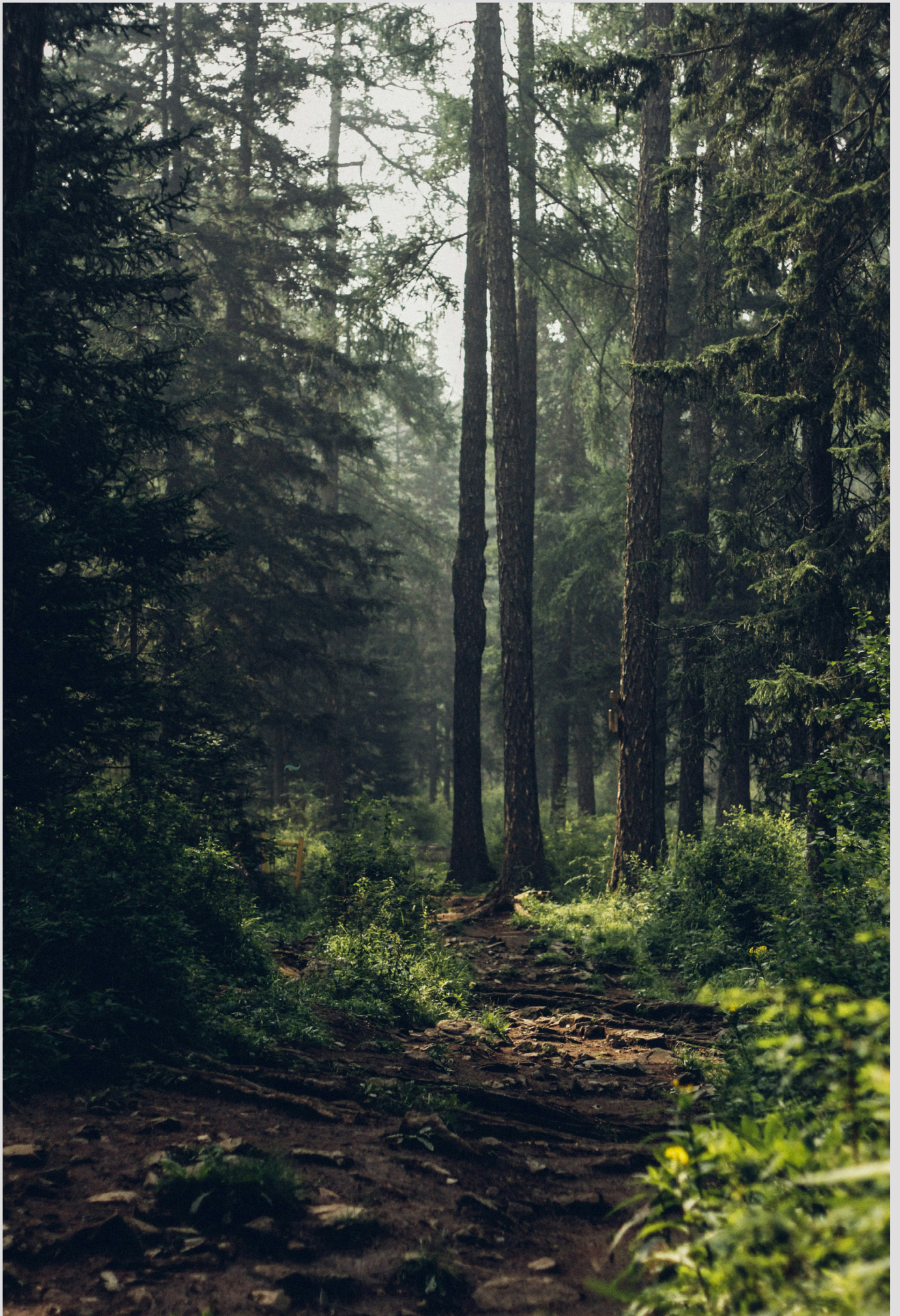
p. 99 Anexo VI – Conclusões das mesas temáticas do ShareFOREST Café em Leiria e Aveiro



AGRADECIMENTOS

Os autores deste Manual de Metodologias Participativas: *Um guia para o envolvimento dos agentes na gestão da floresta*, gostariam de agradecer, em primeiro lugar, a todas as pessoas e entidades que colaboraram com o projeto *ShareFOREST - Partilhar as decisões nas florestas: metodologia participativa para o envolvimento do público e dos atores sociais na proteção e valorização das florestas em Portugal*, ao longo dos últimos três anos e meio, projeto do qual deriva o presente Manual. Agradecemos muito particularmente àqueles que tornaram possível a recolha dos dados essenciais para o desenvolvimento do projeto e à prossecução dos seus objetivos. Assim, começamos por expressar a nossa gratidão aos 175 agentes – entre organizações governamentais, organizações não governamentais, empresas públicas e empresas do setor privado cuja atividade se relaciona direta ou indiretamente com as florestas em Portugal – que colaboraram com o projeto desde o primeiro momento, designadamente na resposta a questionários e entrevistas, assim como na participação nos workshops e seminários realizados. Agradecemos igualmente aos 1000 residentes nas 16 freguesias cujos territórios integram ou confinam com as Matas do Litoral analisadas, por terem tão generosamente prescindido de uma parte do seu tempo para responderem a um questionário. Sem a colaboração e a participação de todas estas pessoas e entidades teria sido impossível concretizar os objetivos do projeto *ShareFOREST*, assim como as diversas atividades e publicações que, ao longo destes anos, foram sendo realizadas, entre as quais se inclui o Manual que aqui se apresenta. A participação de todas estas pessoas e entidades, a sua disponibilidade para a partilha de informações e para a colaboração nas várias atividades do projeto, permitiram obter um maior conhecimento sobre os territórios das Matas do Litoral, especialmente após os dramáticos incêndios de 2017, sobre as suas necessidades, interesses, perceções, interações e expectativas para o futuro, não apenas destes territórios, mas das florestas nacionais em geral, bem como dos seus processos e dinâmicas de gestão e ordenamento. Estas informações tornaram igualmente possível o desenho de algumas estratégias para fomentar a participação e o envolvimento dos atores sociais na proteção e valorização das florestas em Portugal. Não se tratou apenas de produzir conhecimento, mas de repensar os processos de tomada de decisão e de gestão destes territórios, assim como ensaiar formas de promover, na prática, o envolvimento dos agentes e cidadãos nestes processos, repensando igualmente as oportunidades e desafios destas dinâmicas.

No mesmo sentido, os autores deste Manual, expressam a sua gratidão a todos os investigadores e estudantes de mestrado e doutoramento, bolseiros de investigação e colaboradores que, nestes três anos e meio, se empenharam para a concretização dos objetivos do projeto *ShareFOREST*: Carolina Sousa, Celeste Coelho, Cláudia Fernandes, Ema Pedrosa, Fernando Magalhães, Irene Ciccarino, Mário Oliveira, Marciell de Souza, João Maurício, Olga Santos e Vanessa Costa. Um agradecimento particular é devido ao consultor e aos membros do Conselho Consultivo do *ShareFOREST*: Alexandra Aragão da Universidade de Coimbra; Conceição Colaço, do ISA – Universidade de Lisboa; Fernando Oliveira Baptista, do ISA – Universidade de Lisboa; Henrik Lindberg, da Håme University of Applied Sciences; Jan Jacob Keizer, da Universidade de Aveiro; Joaquim Sande Silva, do Instituto Politécnico de Coimbra; Rui Cortes, da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; Rui Rosmaninho, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF); Susana Carneiro, do Centro Pinus – Associação para a Valorização da Floresta de Pinho e Tiago Oliveira, da Agência para a Gestão Integrada dos Fogos Rurais (AGIF). O desenvolvimento do projeto *ShareFOREST* apenas foi possível pela estreita colaboração de pessoas e serviços das várias instituições envolvidas. Assim, agradecemos ao Departamento de Ambiente e Ordenamento, ao Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território e ao CESAM – Centro de Estudos do Ambiente e do Mar, da Universidade de Aveiro; à Escola Superior de Tecnologia Gestão e ao CARME – Centro de Investigação em Gestão e Economia Aplicada, do Instituto Politécnico de Leiria e à OIKOS – Leiria, Associação de Defesa do Ambiente e do Património da Região de Leiria, quer a disponibilidade para acolher o projeto, quer todo o apoio administrativo e material que forneceram, para a sua boa execução. Na mesma linha, agradecemos à Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT-IP) pelo imprescindível apoio financeiro concedido. Finalmente, agradecemos ao Mário Oliveira pela disponibilização de algumas das fotos presentes neste Manual, ao Eduardo Oliveira pelo apoio na elaboração de algumas das figuras, à Liliana Eusébio pelo design e revisão do livro, assim como à UA Editora pelo apoio na sua publicação.



1.

MANUAL DE
METODOLOGIAS
PARTICIPATIVAS PARA
A GESTAO FLORESTAL

OBJETIVOS

O *Manual de Metodologias Participativas: Um guia para o envolvimento dos agentes na gestão da floresta* reúne a apresentação de um conjunto de atividades desenvolvidas no âmbito do projeto *ShareFOREST – Partilhar as decisões nas florestas: metodologia participativa para o envolvimento do público e dos atores sociais na proteção e valorização das florestas em Portugal*, e visa apresentar um conjunto de metodologias e ferramentas participativas, testadas no âmbito do referido projeto, no sentido de:

- ◆ Contribuir para a promoção de uma maior cultura participativa nos processos de tomada de decisão e gestão das florestas em Portugal;
- ◆ Reforçar a relação dos cidadãos e agentes com as florestas, contribuindo para a tomada de decisões mais inclusivas e legitimadas sobre a sua gestão – através do desenvolvimento e utilização de um conjunto de estratégias participativas;
- ◆ Promover a maior valorização social das florestas nacionais e, conseqüentemente, contribuir para uma mais eficaz prevenção dos incêndios florestais.

Neste sentido, ao longo das páginas seguintes apresentam-se um conjunto de reflexões e procedimentos associados ao desenvolvimento de estratégias participativas que podem ser utilizadas na gestão das florestas e que foram testadas ao longo do projeto, designadamente a estrutura, métodos, atividades, ferramentas e recursos implementados e usados. Discutem-se igualmente os resultados destas atividades, assim como se reflete sobre as suas virtualidades e dificuldades de aplicação, assim como as suas oportunidades de melhoria.

Apesar de o projeto ShareFOREST se ter debruçado sobre os territórios das Matas do Litoral da Região Centro, que fazem parte da floresta pública em Portugal, espera-se que estas estratégias e ferramentas possam ser utilizadas pelos decisores, gestores, técnicos, académicos e outros agentes e atores sociais interessados, não apenas no contexto da gestão pública como no contexto de outras áreas florestais.

Para além de reunir as metodologias e estratégias participativas, este *Manual* pretende igualmente partilhar de forma sucinta o conhecimento que as sustenta e que foi produzido no decurso do projeto. Não se pretende, todavia, que as metodologias aqui apresentadas sejam exaustivas e encaradas de forma rígida, mas antes como ferramentas flexíveis, ajustáveis a diferentes contextos e, principalmente, como uma ilustração do que pode ser feito para a promoção da participação pública e do envolvimento dos cidadãos e agentes nestas matérias.

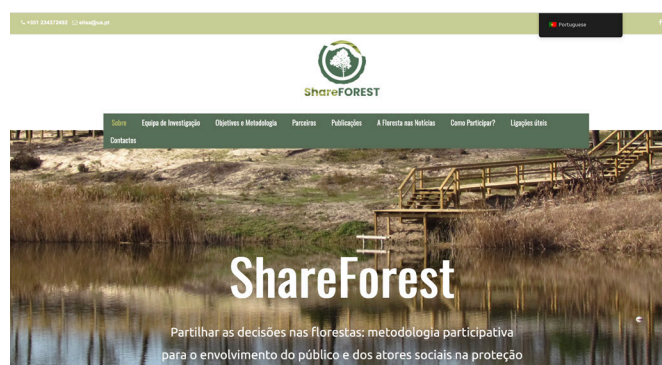




Foto de Mário Oliveira

ENQUADRAMENTO E CONTEXTUALIZAÇÃO

Em Portugal, a floresta é o uso dominante do solo, ocupando, conjuntamente com os espaços silvestres, mais de 70% do território (ICNF, 2021). 91% da floresta é de propriedade privada, pertencendo a várias centenas de milhares de proprietários (ICNF, 2021) que são responsáveis pela sua gestão.

A restante floresta é de propriedade pública ou propriedade de comunidades rurais ('baldios'), cabendo, nestes casos, maioritariamente ao Instituto para a Conservação da Natureza e Florestas (ICNF) a gestão ou cogestão destas áreas (e.g. Figueiredo et al., 2022). Em Portugal, o debate acerca da multiplicidade de agentes com intervenção nas florestas e da complexidade da sua articulação tem sido longo e reconhecidamente pouco frutífero. Apesar desta multiplicidade de agentes – e.g. madeireiros, associações florestais, associações de caça, indústrias de celulose e da madeira, associações desportivas, culturais e de recreio – as políticas de gestão e ordenamento florestal em Portugal são decididas e regulamentadas centralmente, tendo os processos de tomada de decisão a elas associados um carácter bastante tradicional, centralizado, que evidencia limitações diversas, particularmente relacionadas com a integração dos diversos interesses e necessidades, assim como com a promoção do seu valor global (e.g. Valente et al., 2015b). O debate sobre a complexidade dos agentes e das instituições com intervenção nas florestas e envolvidas na sua gestão tende a intensificar-se e a dominar as agendas políticas, públicas e mediáticas sobretudo após a ocorrência de incêndios florestais de grandes dimensões, como aqueles que têm acontecido nos últimos anos.

Por um lado, enfatiza-se a necessidade de proceder à simplificação dos modelos de gestão atuais para os tornar mais eficazes e, por outro lado, reconhece-se a importância da participação e envolvimento do público e de todos os agentes interessados nos processos de tomada de decisão sobre o ordenamento e gestão das florestas, incluindo na prevenção de incêndios. Neste contexto, o desenvolvimento de modelos de governação para as florestas que promovam a efetiva participação e o envolvimento dos vários agentes interessados e do público em geral, são considerados hoje – especialmente após os dramáticos incêndios de 2017 – um aspeto-chave para o reforço da governança florestal (Figueiredo et al., 2022; Ferreira et al., 2024; Huitema et al., 2016; Valente et al., 2015a) e para o estímulo de uma mudança nos valores, atitudes e comportamentos sociais para a proteção e valorização das florestas. Todos os anos, desde há décadas, os incêndios são responsáveis pela destruição de mais de 100 000 hectares de floresta em Portugal (ICNF, 2022). Entre os incêndios que têm ocorrido nos últimos anos, destacam-se os de junho e outubro de 2017 que tiveram uma magnitude sem paralelo no país e na Europa, tanto em termos da extensão da área ardida, da simultaneidade de ocorrências e da gravidade das suas consequências, quer em termos do número de vítimas mortais quer de danos materiais que provocaram. Em conjunto, os incêndios de junho e outubro de 2017 destruíram cerca de 500 000 hectares, ou seja cinco vezes mais do que a média da área ardida anualmente. Os incêndios de outubro de 2017 foram responsáveis pela destruição de cerca de metade da área ardida em Portugal nesse ano (i.e. cerca de 225 000 hectares), uma boa parte dela localizada nos territórios das Matas do Litoral. Estes incêndios afetaram uma das mais antigas florestas (públicas) do país – a Mata Nacional de Leiria – considerada, desde há muito, um dos 'grandes monumentos' do país (Pinto, 1938), destruindo cerca de 80% da sua área (i.e. 9 000 dos seus 11 000 hectares) e um rico património material e simbólico, com mais de 700 anos de história.

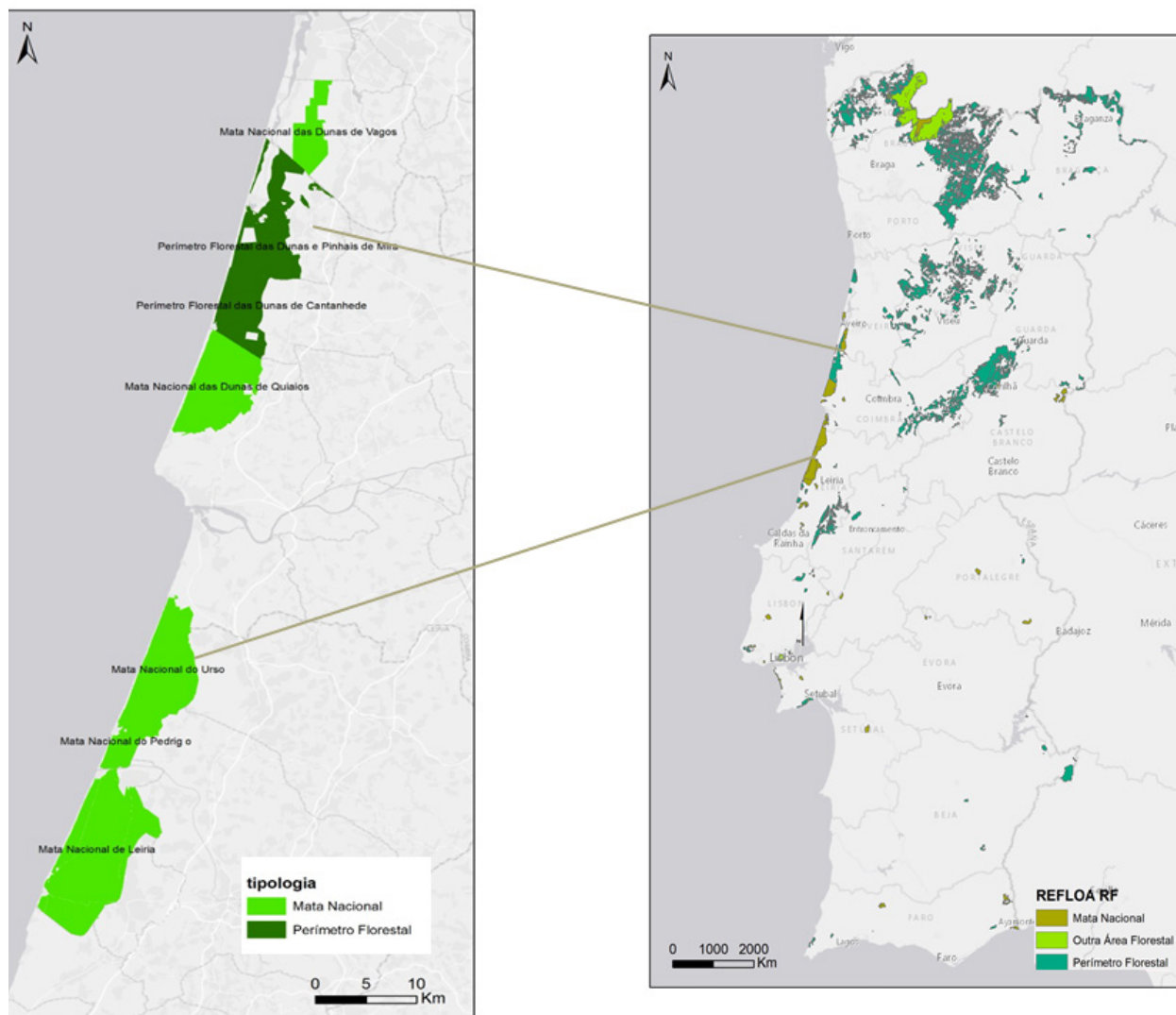
A PROPRIEDADE DA FLORESTA EM PORTUGAL

- ✓ 70% do território nacional é ocupado por floresta e espaços silvestres.
- ✓ 91% da floresta nacional é detida por proprietários privados.
- ✓ A restante área florestal é de propriedade pública ou propriedade de comunidades rurais ('baldios'), cabendo, nestes casos, maioritariamente ao ICNF a sua gestão ou cogestão.
- ✓ As políticas de gestão e ordenamento florestal em Portugal têm uma natureza tradicional e centralizada.

O PROJETO ShareFOREST

É neste contexto que surge o projeto ShareFOREST, focado nos territórios das Matas do Litoral que foram especialmente afetados pelos incêndios de outubro de 2017 (Figura 1.1): a já referida Mata Nacional (MN) de Leiria, a MN de Pedrógão, a MN do Urso, a MN das Dunas de Quiaios e a MN das Dunas de Vagos, bem como o Perímetro Florestal (PF) das Dunas de Cantanhede e o PF das Dunas e Pinhais de Mira.

FIGURA 1.1.
Localização das Matas do Litoral analisadas no âmbito do projeto ShareFOREST



Fonte: Elaborado por Eduardo Oliveira com base no REFLOA - <https://geocatalogo.icnf.pt/geovisualizador/refloa>

As Matas do Litoral analisadas ocupam no seu conjunto uma área total de 36 124 hectares, distribuída por 3 NUTS III, 7 concelhos e 16 freguesias (Tabela 1.1)

TABELA 1.1.

NUTS III, Concelhos e Freguesias onde se localizam os territórios das Matas do Litoral analisadas

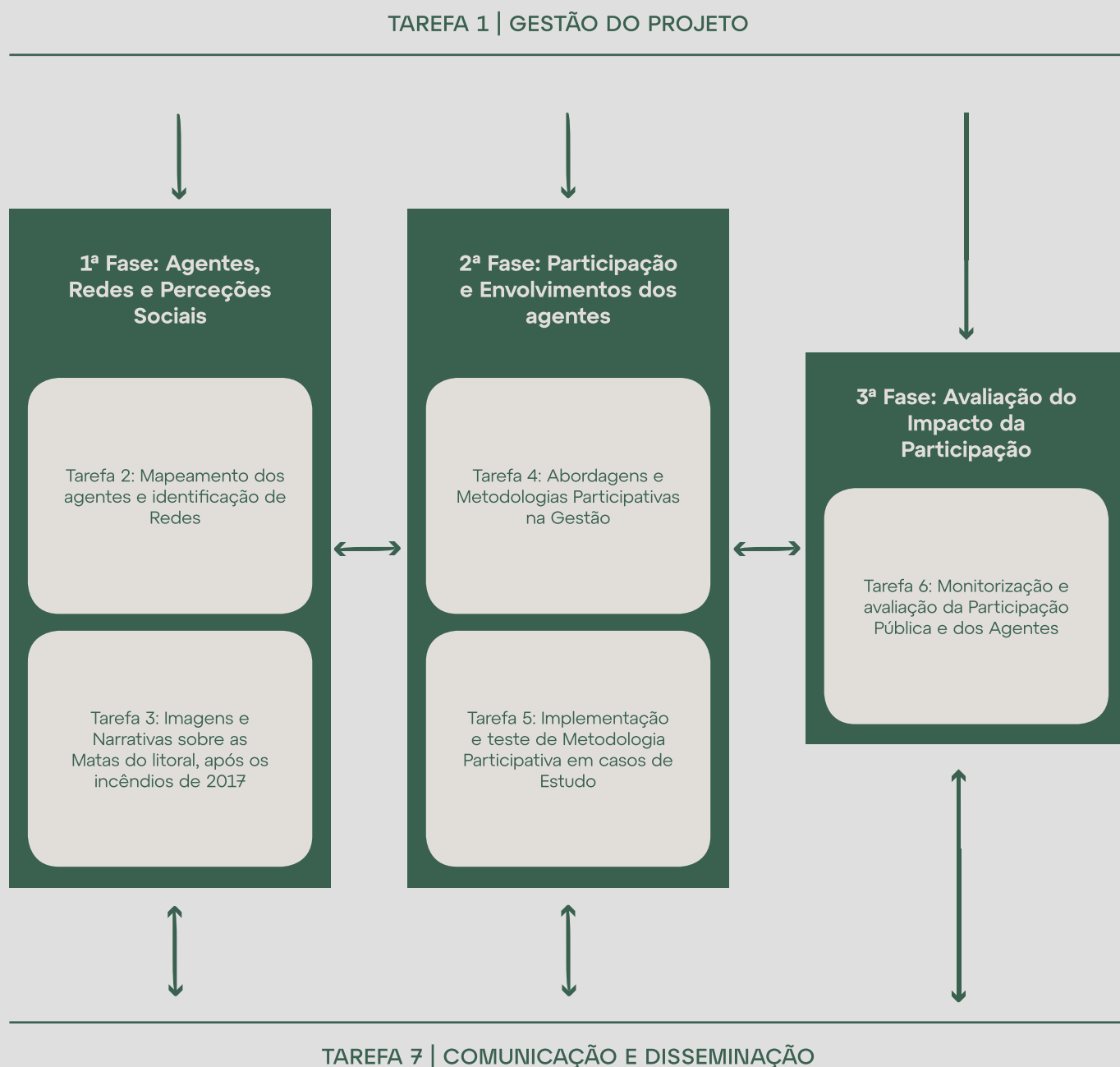
NUTS III	CONCELHO	FREGUESIA E UNIÃO DE FREGUESIAS
Região de Aveiro	Vagos	Calvão
		Gafanha da Boa Hora
		Santo André de Vagos
		Vagos e Santo António
Região de Coimbra	Mira	Mira
		Praia de Mira
		Seixo
Região de Leiria	Pombal	Tocha
		Bom Sucesso
	Marinha Grande	Marinha das Ondas
		Quiaíós
Região de Leiria	Leiria	Guia e Mata Mourisca
		Cariço
	Leiria	Marinha Grande
		Vieira de Leiria
		Coimbrão



Estes territórios foram, assim, utilizados como casos de estudo para o desenvolvimento e operacionalização de estratégias participativas capazes de promover o envolvimento dos cidadãos e agentes nas decisões relativas à gestão e ordenamento das florestas. No sentido de atingir estes objetivos, foi desenhada uma estratégia metodológica que compreendeu três fases distintas, ainda que interligadas, e sete tarefas que, por sua vez, incluíram um conjunto de atividades (Figura 1.2).

As tarefas relativas à gestão do projeto (1) e à comunicação e disseminação dos seus resultados (7) foram transversais a todo o projeto. Uma atividade muito relevante da primeira tarefa foi a constituição do Conselho Consultivo do ShareFOREST que acompanhou o desenvolvimento dos trabalhos. A primeira fase do projeto foi dedicada à identificação e seleção dos agentes e atores sociais em presença nos territórios em análise. Este constitui um dos aspetos centrais no envolvimento do público nos processos de decisão sobre o ordenamento e a gestão das florestas, pois deve garantir a representatividade de diversos interesses e a promoção de confiança entre as várias partes.

FIGURA 1.2.
Metodologia do projeto ShareFOREST



Esta fase integrou duas tarefas principais: o mapeamento dos agentes e identificação das suas redes de colaboração (Tarefa 2), por um lado, e a análise das imagens e narrativas sobre as Matas do Litoral, após os incêndios de 2017 (Tarefa 3), por outro. A Tarefa 3 tinha por objetivo aceder às perceções sociais quer dos agentes primeiramente identificados quer das populações residentes nas freguesias com territórios integrados ou confinantes com aquelas Matas. Nesta tarefa procurou-se também compreender o modo como os meios de comunicação social representaram e comunicaram os incêndios de 2017, assim como os seus impactos, as visões sobre as Matas do Litoral e o seu futuro, entre outros aspetos.

A identificação e o mapeamento dos agentes, das suas redes de colaboração e das sinergias estabelecidas, começou com um levantamento exaustivo das entidades com potencial interesse e influência no ordenamento e na gestão das Matas do Litoral. Foram assim identificados 230 agentes, que se classificaram em quatro grandes grupos: i) Organizações Governamentais (OG) – incluindo entidades associadas ao governo central e local; ii) Organizações Não Governamentais (ONG) – incluindo associações e outras entidades de diversas áreas, como cultura, recreio, desporto, defesa do ambiente; iii) Empresas do Setor Privado (ESP) – incluindo as empresas privadas com atividades relacionadas com a floresta; e Empresas Públicas (EP) – incluindo empresas públicas com atividades relacionadas com a floresta. Consideraram-se ainda agentes e entidades com atuação a diversas escalas (nacional, regional e local), a quem foi enviado um inquérito por questionário¹ com o objetivo de obter informação sobre as dimensões associadas a esta tarefa. Obtiveram-se 175 respostas válidas que, depois de analisadas, permitiram identificar as principais funções e atividades dos agentes relativamente às Matas do Litoral, as suas interações e colaborações com outros agentes na realização dessas atividades, as suas principais perceções sobre os seus níveis de influência e interesse no ordenamento e na gestão daqueles territórios e ainda as suas visões para o futuro das Matas do Litoral.

Os resultados do questionário permitiram mapear os agentes numa rede de interações que foi posteriormente validada, em conjunto com outras dimensões, no primeiro Workshop Participativo do projeto ShareFOREST, que contou com a presença de cerca de quatro dezenas de participantes, como adiante se detalhará (ver ponto 4, deste *Manual*). No âmbito desta primeira tarefa da primeira fase foram também identificados e entrevistados alguns dos movimentos cívicos existentes nos territórios em análise, no sentido de compreender as suas atividades e expectativas.

Na terceira tarefa da primeira fase do projeto procurou-se analisar e compreender as imagens e narrativas sobre as Matas do Litoral depois dos incêndios de 2017, através de três atividades distintas: i) análise das narrativas veiculadas pelos meios de comunicação social acerca dos incêndios e das suas várias consequências e dimensões; ii) conhecimento mais aprofundado sobre as perceções e expectativas dos agentes inquiridos na primeira tarefa; e iii) análise das perceções sociais da população residente nas 16 freguesias com territórios integrados e/ ou confinantes com as Matas do Litoral. Estas atividades permitiram produzir maior conhecimento sobre o conjunto de perceções sociais e mediáticas sobre os acontecimentos de outubro de 2017 e o futuro das Matas do Litoral, para informar o desenho adequado das estratégias participativas.

O exame das imagens e narrativas veiculadas pelos meios de comunicação social consistiu no exame exaustivo do conteúdo de 1056 notícias publicadas, entre 15 de outubro de 2017 e 15 de outubro de 2019, em 8 jornais de diversos âmbitos geográficos (nacional, regional e local) e diferentes periodicidades (diários, semanais e quinzenais) (Tabela 1.2).

¹ Este questionário, assim como as restantes ferramentas utilizadas para a recolha de Informação no âmbito do projeto ShareFOREST poderão ser disponibilizados, através da sua solicitação devidamente justificada aos autores deste Manual.

PARA SABER MAIS
SOBRE A IDENTIFICAÇÃO
E O MAPEAMENTO
DOS AGENTES

✓ Ciccarino, I., Fernandes, E.,
2023. A bibliometric review of
stakeholders' participation in
sustainable forest management.
Canadian Journal of Forest Research.
<https://doi.org/10.1139/cjfr-2022-0329>

✓ Figueiredo, E., Ribeiro, C.,
Ferreira, C., Fernandes, E., 2022.
Quem colabora na gestão
das Matas do Litoral? Uma análise
exploratória da rede de agentes.
Silva Lusitana, 30(2): 57-85.
<https://doi.org/10.1051/silu/20223002057>

Outras publicações disponíveis em:
<https://shareforest.pt>

TABELA 1.2.

Jornais e número de notícias analisado

JORNAIS ANALISADOS	PERIODICIDADE	ÂMBITO GEOGRÁFICO	Nº DE NOTÍCIAS	%
Público	Diário		218	20,6
Jornal de Notícias	Diário	Nacional	138	13,1
Expresso	Semanal		24	2,3
Diário de Aveiro	Diário		147	13,9
Região de Leiria	Semanal	Regional	68	6,5
Jornal da Marinha Grande	Semanal		330	31,2
Jornal Voz de Mira	Quinzenal	Local	106	10,4
Terras de Sicó	Quinzenal		25	2,4
Total			1056	100,0

A análise de conteúdo ao texto das notícias foi realizada com recurso ao *software* NVivo, e permitiu perceber que as narrativas mediáticas se desenvolvem sobretudo em termos de quatro categorias principais: i) os agentes e atores e as suas atividades e discursos face aos acontecimentos de 2017, com especial destaque para os agentes governativos às várias escalas; ii) os territórios afetados; iii) as expressões e sentimentos sobre os incêndios, particularmente de desânimo face à atuação governativa, aos fogos ocorridos e às suas consequências; iv) e os impactos, sobretudo económicos, destes eventos. Narrativas menos salientes parecem ser as que se referem ao combate aos incêndios; às estratégias de prevenção e de pós-fogo.

A terceira tarefa incluiu ainda a análise das perceções sociais de uma amostra (26) de agentes que tinham sido inquiridos no âmbito da primeira tarefa, para aprofundar as suas perceções e visões sobre as Matas do Litoral, o seu interesse na sua gestão e ordenamento e as suas expectativas quanto a uma maior participação nos processos de tomada de decisões e ao futuro daqueles territórios.

Os resultados corroboram os dados do primeiro questionário, demonstrando, entre outros aspetos, sobretudo uma perceção não coincidente entre os (menores) níveis de influência e os (mais elevados) níveis de interesse dos agentes nestes processos, sugerindo a existência de um importante capital para a participação e o envolvimento que deve ser considerado.



Finalmente, a última atividade desenvolvida no âmbito da terceira tarefa relacionou-se com a compreensão das percepções da população residente acerca das Matas do Litoral, dos incêndios de 2017, do seu futuro e assim como sobre o interesse numa maior participação nas decisões sobre a gestão destas florestas. Para tal, foi aplicado um questionário a uma amostra (1000), da população adulta residente e representativa das 16 freguesias identificadas na Tabela 1.1. Os dados foram analisados com recurso ao software SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*) especialmente através da análise hierárquica de clusters relativamente à forma como os inquiridos descreveram as Matas do Litoral antes dos incêndios de 2017 e no futuro, assim como através da importância atribuída aos usos e funções destas áreas e a um conjunto diversificado de aspetos relacionados com a gestão.



Os resultados foram utilizados no desenho do segundo momento participativo, muito particularmente na identificação das dimensões a incluir nos mapas mentais (ver ponto 4 deste *Manual*, para mais detalhes). Os resultados obtidos revelam, por exemplo, que os inquiridos associam quer aspetos positivos quer negativos à forma como descrevem as Matas do Litoral, relacionando-as tanto com o *verde, a natureza e o ambiente, o ar puro*, como com *processos duradouros de negligência, abandono e ausência de manutenção*. Por outro lado, e não surpreendentemente, os incêndios são descritos sobretudo de forma negativa, como acontecimentos *trágicos e catastróficos*, causando *tristeza e dor*, resultando da *incúria e negligência* de governantes e gestores ao longo do tempo.

PARA SABER MAIS
SOBRE A ANÁLISE DAS
PERCEÇÕES E EXPECTATIVAS
SOCIAIS FACE ÀS MATAS
DO LITORAL APÓS OS
INCÊNDIOS DE 2017

✓ Ferreira, C., Fernandes, M.E.,
Figueiredo, E., 2024. Unveiling the
Centrality of Knowledge in
Stakeholder Involvement
Strategies Regarding Public Forest
Management. *Forests*, 15(8), 1471.
<https://doi.org/10.3390/f15081471>

✓ Figueiredo, E., Ribeiro, C. &
Fernandes M.E., 2024. “Not Even
Hell Must Look like This”—
Print Media Narratives about
the October 2017 Wildfires in
Portuguese Public-Managed
Forests. *Fire*, 7(7):236.
<https://doi.org/10.3390/fire7070236>

Outras publicações disponíveis em:
<https://shareforest.pt>

A maior parte dos inquiridos conhece e frequenta sobretudo a MN de Leiria e a MN de Pedrógão, sendo o conhecimento acerca das restantes Matas do Litoral bastante menos significativo.

A frequência destes territórios associa-se sobretudo à prática de caminhadas e à contemplação das paisagens e contacto com a natureza. Depois dos incêndios a maior parte dos inquiridos continuou a visitar estes territórios, embora uma parte também importante tenha diminuído a sua frequência. É interessante ainda referir que os inquiridos atribuem menor importância aos usos e funções económicas das Matas do Litoral (e.g. produção de produtos lenhosos e não lenhosos, produção de biomassa e criação ou manutenção de empregos), priorizando sobretudo as funções e usos associados à conservação das paisagens, solos e biodiversidade e à proteção do património ambiental e histórico. Os aspetos mais valorizados para uma boa gestão das Matas do Litoral seguem a mesma lógica, sendo a promoção da sua limpeza, da diversidade de animais e plantas e da proteção e preservação das Matas as dimensões consideradas mais importantes. Por outro lado, os inquiridos valorizam menos uma eventual privatização destes territórios, a necessidade de assegurar a produção e as receitas provenientes dos produtos lenhosos, assim como a produção de produtos não lenhosos.

Apesar dos enormes impactos materiais e imateriais dos incêndios de 2017, mais de metade dos inquiridos não foram afetados diretamente por estes acontecimentos nem conhecem ninguém que o tenha sido. Menos de 10% foram diretamente afetados, especialmente nas suas propriedades agrícolas e florestais e nas suas habitações e um terço refere conhecer alguém que foi diretamente afetado. Finalmente, quanto às perceções acerca do futuro destes territórios após os incêndios de 2017, a maior parte dos inquiridos considera que a sua regeneração e recuperação será longa e lenta. Apesar disso, esperam que, no futuro, as Matas do Litoral sejam de novo espaços verdes, de conservação da natureza e da biodiversidade, com base numa gestão e ordenamento adequados.



Como se pode observar na Figura 1.2, a segunda fase do ShareFOREST consistiu no desenvolvimento de uma estratégia participativa para promover a codécisão na gestão e ordenamento das Matas do Litoral, justamente o objeto central do presente *Manual*.

Assim, na segunda fase foram desenvolvidas duas tarefas adicionais: a Tarefa 4 dedicada à revisão sistemática da literatura e identificação de abordagens e metodologias participativas para o envolvimento de cidadãos e entidades em processos de tomada de decisão relativos à gestão florestal (ver ponto 2 deste *Manual*), e modelos e instrumentos de gestão atualmente existentes com incidência nos territórios em análise e da forma como os mesmos integram (ou não) dinâmicas de participação pública (ver ponto 3 deste *Manual*). Esta última atividade teve igualmente por base a consulta ao ICNF, no sentido de averiguar da oportunidade e arranjos institucionais necessários para a sua eventual aplicação futura.

A segunda tarefa desta fase, a Tarefa 5, centrou-se na implementação e operacionalização do processo participativo por referência a dois casos de estudo distintos, como se apresenta e debate detalhadamente no quarto ponto do presente *Manual*. Os momentos participativos integrados nesta fase permitiram, por um lado, que os agentes refletissem sobre as dimensões mais relevantes para uma gestão e ordenamento adequados das Matas do Litoral e, por outro, debatessem os usos e funções, e modelos de gestão futura associados a dois casos de estudo específicos e com características muito distintas (ver Anexo IV) – a Lagoa da Saibreira (localizada na MN de Leiria) e a Lagoa da Vela (localizada na MN das Dunas de Quiaios).

Com o intuito de alargar as oportunidades de participação de todos os agentes e cidadãos interessados, independentemente da sua localização, estes momentos ocorreram em duas datas e locais distintos - no Instituto Politécnico de Leiria (com cerca de três dezenas de participantes) e na Universidade de Aveiro (com duas dezenas de participantes).

Finalmente, a terceira fase do ShareFOREST (e a tarefa 6) foi dedicada à avaliação e monitorização das estratégias participativas. Nos questionários e entrevistas dirigidos aos agentes e cidadãos no âmbito das tarefas anteriores foram recolhidos alguns dados que possibilitam a análise das suas perceções sobre o modo como os processos em que participaram decorreram. No entanto, trata-se aqui também de retirar algumas lições sobre a estratégia utilizada e sobre os seus resultados e apreciação pelos participantes. Apesar dos processos de avaliação e monitorização necessitarem de alguma distância temporal relativamente à vigência do projeto (que ainda não ocorreu), nos pontos 4 e 5 deste *Manual* propõe-se uma breve reflexão sobre estas questões e desafios.

PARA SABER MAIS
SOBRE A REVISÃO
DE ABORDAGENS
E METODOLOGIAS
PARTICIPATIVAS

✓ Ferreira, C., Fernandes, M.E., Figueiredo, E., 2024. Unveiling the Centrality of Knowledge in Stakeholder Involvement Strategies Regarding Public Forest Management. *Forests*, 15(8), 1471. <https://doi.org/10.3390/f15081471>

✓ Fernandes, E.M., Ferreira, C., Figueiredo, E., 2024. Participatory methods and approaches in the management of Mediterranean forests: a systematic literature review. *International Forestry Review*, 26(2).

✓ Ferreira, C., Pinto, L.C., Valente, M., 2024. Forest fire causes and prevention strategies in Portugal: Insights from stakeholder focus groups. *Forest Policy and Economics*, 169, 103330. <https://doi.org/10.1016/j.forpol.2024.103330>


Outras publicações disponíveis em:
<https://shareforest.pt/>



2.

A PARTICIPAÇÃO PÚBLICA NO ORDENAMENTO E GESTÃO DAS FLORESTAS

Tendo em conta os objetivos do projeto *ShareFOREST* e do presente Manual, sintetiza-se neste ponto, de forma muito breve, o *porquê* da importância da participação pública na gestão das florestas, refletindo ainda sobre *quem* deve ser envolvido e *como* pode ser aplicada para se tornar efetiva.



Conforme referido no ponto anterior, esta reflexão resultou nomeadamente da revisão de literatura sobre o assunto que serve de base à presente secção (cujos resultados podem ser consultados com mais detalhes em Fernandes et al., 2024). Embora o conceito de participação pública não seja novo, só mais recentemente a utilização de abordagens participativas foi reconhecida como importante também para a gestão florestal, por permitir, nomeadamente: uma melhor comunicação entre os agentes, a formação de conhecimento, a compreensão mútua, a confiança e a aprendizagem social, a integração das necessidades e interesses da sociedade na gestão, a prevenção e a mitigação de conflitos, a legitimação da tomada de decisão,

a facilitação da execução dos planos de gestão, a capacitação dos participantes, contribuindo tudo isto para uma melhor governação florestal e desenvolvimento sustentável (Bruña-García Marey-Pérez 2014, Higgs et al. 2008, Marques et al. 2020a, Reed et. al., 2009). Conforme se conclui pela aplicação de abordagens participativas em áreas florestais em diferentes zonas do mundo, e também na floresta mediterrânica do sul da Europa, este tipo de abordagem promove um sentido de apropriação e responsabilidade entre os agentes e as comunidades locais à medida que se tornam contribuintes ativos nos processos de tomada de decisão na gestão florestal.



BENEFÍCIOS DOS PROCESSOS PARTICIPATIVOS

- ✓ Melhor comunicação entre os agentes.
- ✓ Compreensão mútua.
- ✓ Incrementa a confiança.
- ✓ Aprendizagem social.
- ✓ Prevenção e mitigação de conflitos.
- ✓ Legitimação da tomada de decisão.
- ✓ Facilitação da execução dos planos de gestão.
- ✓ Capacitação das partes envolvidas.

Efetivamente, ao melhor reconhecerem e integrarem as perceções, os interesses, as necessidades e as expectativas dos diferentes agentes relativamente à gestão florestal e aos serviços do ecossistema, os métodos participativos promovem um maior consenso sobre a gestão florestal. Este benefício, conjuntamente com a promoção de interações sociais e a prevenção ou mitigação de conflitos, faz parte da lista de benefícios sociais que se reconhece resultar da utilização de métodos participativos na gestão florestal na maioria dos casos (mais de 70% dos estudos analisados), para além dos benefícios ambientais e de governação (mais de 50%) e económicos que, ainda que com menos impacto (cerca de 40%), também se atribuem a estes processos (Fernandes et al 2024), contribuindo, portanto, para a prossecução dos objetivos de desenvolvimento sustentável.

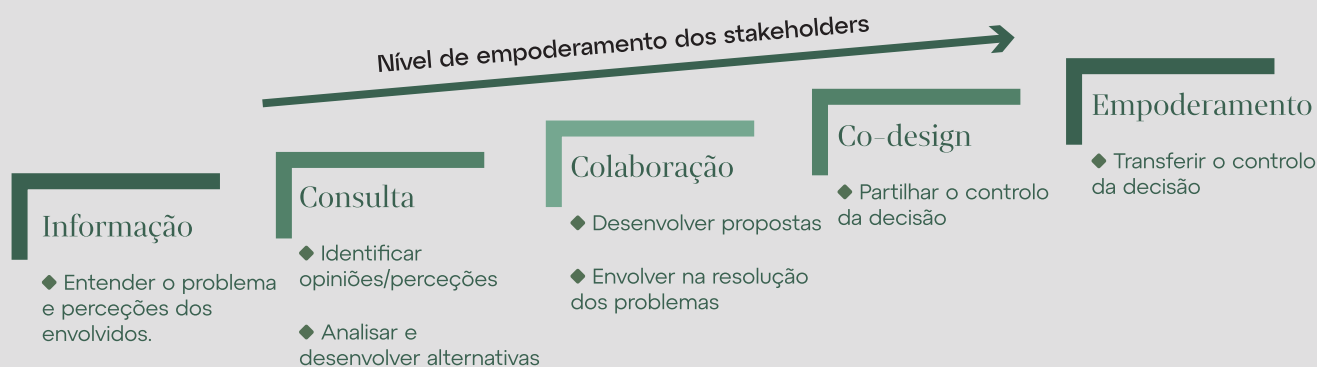
No que respeita ao tipo de agentes envolvidos na participação pública em processos colaborativos de gestão florestal, verifica-se que o facto de poderem beneficiar ou atuar nos territórios em questão é um dos critérios essenciais para a sua identificação, o que justifica que as Organizações Não Governamentais (ONG), os proprietários da terra, as empresas e os Governos Locais sejam geralmente participantes obrigatórios.

Para além destes agentes, alguns estudos aludem à participação dos designados “especialistas”, ainda que com um propósito e um tipo de envolvimento diferente dos restantes. Independentemente do tipo de agentes envolvidos, os benefícios acima apontados para as abordagens e metodologias participativas, como a aprendizagem social e promoção do conhecimento, são mais facilmente obtidos quando se promove uma participação ativa dos agentes e menos quando se usam ferramentas de participação passiva, com um envolvimento indireto e mais residual dos agentes (Marques et al., 2020b).

De facto, os processos de participação pública podem consistir num fluxo passivo e unidirecional de informação, como é o caso dos processos de consulta pública que, geralmente, são unidirecionais e limitados no tempo, até ao caso de maior envolvimento que leva ao empoderamento dos participantes, com os quais as decisões acabam por ser partilhadas. A Figura 2.1 ilustra os cinco níveis de envolvimento habitualmente classificados na literatura, que partem de um nível mais inferior relativo à partilha de informação, e passam pela consulta, colaboração e co-design, até atingir o nível mais elevado, o empoderamento. evidentemente, o nível de envolvimento mais difícil de atingir e, como tal, o menos implementado nos estudos analisados.

FIGURA 2.1.

Níveis de envolvimento em processos de participação pública



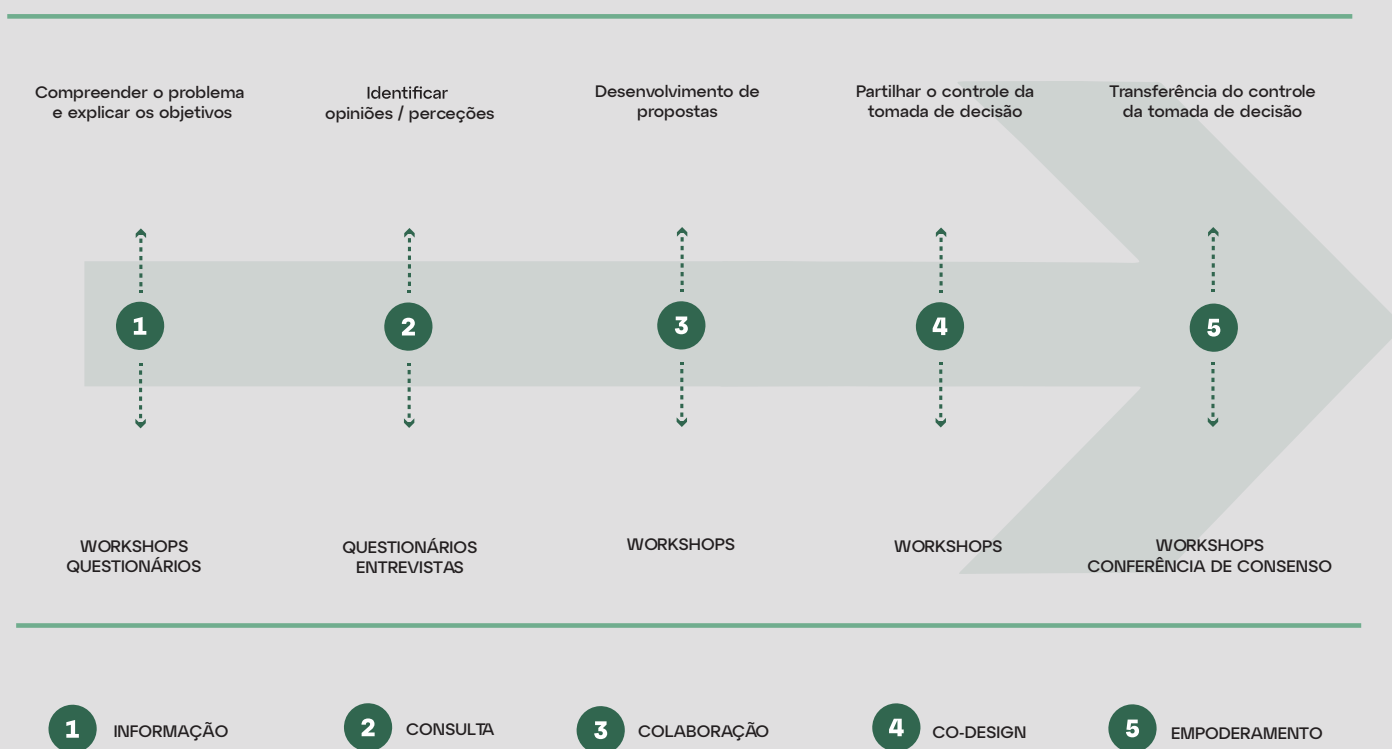
As etapas que se encontram num nível mais inferior, da ‘informação’ e da ‘consulta’, são geralmente as etapas iniciais dos processos de envolvimento dos agentes e das comunidades locais, focando o problema em questão, sobretudo com o intuito de identificar as percepções dos agentes que, direta ou indiretamente, são afetados pelo mesmo. Por sua vez, as fases da ‘colaboração e o ‘co-design’ estão focadas na procura de soluções para o problema e no desenho de novas propostas e estratégias, nomeadamente de gestão. Por fim, o nível de envolvimento mais elevado, o ‘empoderamento’ pressupõe que, depois de envolvidos os agentes em fases anteriores, tendo contribuído para as propostas e desenhos de soluções e modelos de gestão, estes fiquem também em parte responsáveis pela sua implementação, havendo, portanto, lugar a alguma transferência do controlo da tomada de decisão. Este é, independentemente da finalidade e do nível de envolvimento desejado, qualquer processo participativo deve ser inclusivo, acessível e transparente (Sousa Xavier et al., 2015, Marques et al., 2020a). Ou seja, deve garantir a maior diversidade possível do grupo a envolver, assegurando-se que os agentes mais afetados participam na decisão e fazê-lo de forma acessível e transparente para criar oportunidades a todos de participarem, comunicando-se claramente, desde o início do processo, os objetivos, os métodos / procedimentos e os resultados (Bruña-García and Marey-Pérez 2014, 2018).

A participação dos agentes pode ser realizada de diferentes formas e com recurso a diferentes métodos, desde reuniões públicas, a *workshops*, grupos de foco, questionários e até processos deliberativos para capacitar os participantes (Higgs et al., 2008). No âmbito do projeto ShareFOREST foi realizado um levantamento acerca de estudos existentes sobre a participação pública na gestão florestal em países da Europa mediterrânea, incluindo Portugal (Fernandes et al. 2024), e concluiu-se que esses métodos eram também aqui aplicados para promover o envolvimento dos agentes. Conforme se ilustra na Figura 2.2, independentemente do objetivo e do nível de envolvimento dos processos participativos, o *workshop* é o método mais frequentemente utilizado em processos de participação pública na gestão florestal na Europa Mediterrânica. Sendo este um método relativamente simples de envolver os cidadãos, com vários exemplos de aplicação bem-sucedida, parece poder então concluir-se que a gestão florestal participativa depende sobretudo da vontade dos responsáveis e não tanto do domínio de métodos e técnicas muito sofisticadas.

QUALQUER PROCESSO PARTICIPATIVO DEVE SER:

- ✓ Inclusivo
- ✓ Acessível
- ✓ Transparente

FIGURA 2.2.
Métodos participativos aplicados de acordo com a finalidade e o nível de envolvimento





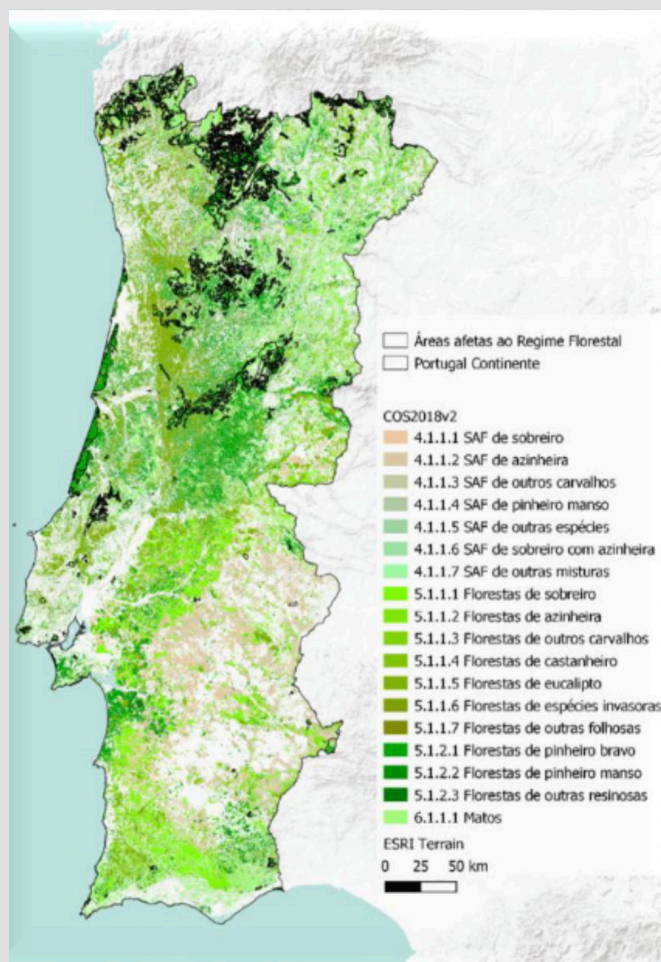
3

A GESTÃO FLORESTAL EM PORTUGAL E O CASO DAS MATAS DO LITORAL

A GRANDE EXPRESSÃO DA PAISAGEM FLORESTAL E OS DESAFIOS DA SUA GESTÃO E ORDENAMENTO

Como referido anteriormente, uma parte muito significativa do território nacional é hoje ocupado por usos de natureza florestal ou silvestre. No espaço florestal é significativa a preponderância de povoamentos mono-específicos, com mais de metade do total da área florestal dedicada ao pinheiro-bravo e ao eucalipto. Ainda com expressão significativa, embora de natureza bastante diferente, encontramos as áreas ocupadas por sobreiro e azinheira que, em conjunto, representam um quarto da área total. Embora a floresta tenha uma enorme expressão em todo o território continental, é principalmente na região Centro do país que a área florestal é mais significativa, sobretudo a ocupada com pinheiro-bravo e eucalipto (espécies que, nesta região representam, em conjunto, cerca de um terço da área total) (Figura 3.1).

FIGURA 3.1.
Mapa de ocupação florestal do solo em Portugal Continental



Fonte: Elaboração própria com base em Corine Land Cover

A grande extensão da área florestal encerra profundos e persistentes desafios quanto ao planeamento do seu ordenamento. Desde logo, porque apenas 3% dos terrenos florestais são de propriedade pública e dos mais de 90% de florestas detidos por proprietários privados, mais de metade (54%) não possui cadastro, pelo que não é possível identificar os seus limites e os seus proprietários. A isto acresce o facto de que a floresta nacional, especialmente nas regiões Norte e Centro do país, corresponde a uma realidade muito fragmentada, com 82% dos municípios do continente a apresentarem uma média dos prédios rústicos inferior a 5 hectares (Conselho Económico e Social, 2017).

Esta realidade contrasta com o que se verifica a nível mundial, onde a percentagem média de área florestal pública é de 74%, e na Europa corresponde a 44%.

Mesmo considerando o esforço de mobilização do associativismo entre proprietários desenvolvido pela via da criação de Zonas de Intervenção Florestal (ZIF), esse efeito é ainda claramente insuficiente em Portugal. Apesar da propriedade florestal ser maioritariamente privada, a sua gestão e planeamento são sobretudo responsabilidades públicas (do Estado e Autarquias Locais), como se determina na Constituição da República Portuguesa e pelas Leis Gerais de Políticas do Solo e do Ordenamento do Território.

É neste contexto de exigências que atua o esforço de planeamento, sempre insuficiente face à extensão e ao ritmo das transformações graduais e repentinas que este uso predominante do solo coloca. Designadamente, a conjugação da extensão, da contiguidade, da sobre-especialização da floresta com as dinâmicas de despovoamento rural e com os efeitos regionais e locais das alterações climáticas, amplificam as dificuldades de planear e gerir o ordenamento da floresta. Assim, apesar dos benefícios associados à paisagem florestal, esta comporta ameaças e riscos muito significativos e crescentes, como é o caso dos fogos florestais que assolam as florestas nacionais desde há várias décadas e, mais recentemente, o caso dos mega-incêndios, de grande severidade e magnitude, com consequências devastadoras, como os que aconteceram em junho e outubro de 2017.

Em Portugal, o sistema de planeamento florestal articula-se diretamente com o sistema nacional de ordenamento do território (Figura 3.2), ramificando-se nas componentes de desenvolvimento e de proteção, sobretudo contra incêndios. A componente do desenvolvimento define o alcance da dimensão do ordenamento na Estratégia Nacional para as Florestas, cujas orientações têm subjacente a necessidade de implementação de um modelo para as florestas nacionais, tendo em vista a sua sustentabilidade. Esta dimensão de cariz estratégico também se concretiza nas áreas afetadas às Matas Nacionais para as quais se desenha um modelo de intervenção.

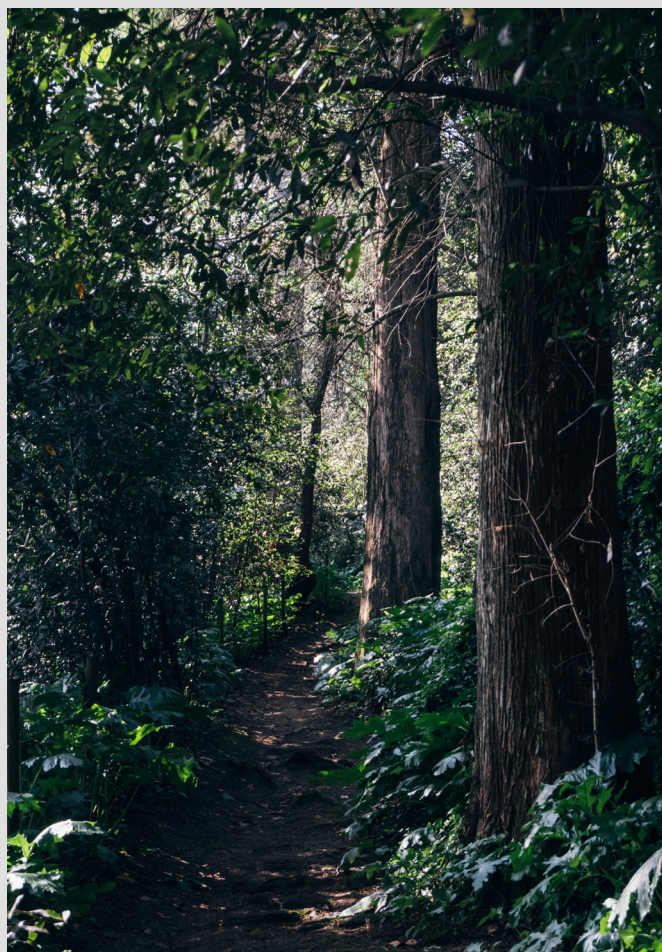


FIGURA 3.2.

Sistema de Planeamento Florestal em Portugal

ORDENAMENTO / PLANEAMENTO

	↓		
	TERRITÓRIO	FLORESTAL	
		↓	
		↓	
		Desenvolvimento	
		Proteção/Incêndios	
Nacional	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Programa nacional de política de ordenamento de território ◆ Reserva ecológica nacional ◆ Reserva agrícola nacional 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Estratégia nacional para as florestas ◆ Inventário florestal nacional 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Plano nacional de gestão integrada dos fogos rurais ◆ Programa nacional de ação
Regional	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Programas regionais de ordenamento do território ◆ Programas de ordenamento de parques naturais e de áreas protegidas ◆ Planos de ordenamento da orla costeira 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Estratégia de intervenção para as Matas Nacionais ◆ Programas regionais de ordenamento florestal 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Programas regionais de ação de gestão integrada de fogos rurais (NUTII) ◆ Programas sub-regionais de ação de gestão integrada de fogos rurais (NUTII)
Local	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Planos municipais de ordenamento do território ◆ Planos de ordenamento da orla costeira 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Planos específicos de intervenção florestal ◆ Planos de gestão florestal ◆ Planos de utilização de baldios 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Planos municipais de defesa da floresta contra incêndios ◆ Programas municipais de execução de Gestão Integrada de Fogos Rurais
Âmbito	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Floresta privada: segmentada (industrial e familiar); cooperativa (ZIF) ◆ Floresta pública: comunitária (baldios); nacional (Regime florestal) 		
Participação	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Consultas institucionais e entidades com responsabilidades específicas e representativas das partes interessadas (produção, indústria, prestação de serviços e organizações não-governamentais). ◆ Agendas de participação na elaboração de estratégias, programas e planos. ◆ Procedimentos de discussão pública. 		
Cooperação	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Comissões de acompanhamento na elaboração dos planos e programas e na avaliação ambiental estratégica; Conferências de serviços. ◆ Comissões nacional, regionais, sub-regionais e municipais de gestão integrada de fogos rurais. ◆ Órgãos de administração das Zonas de Intervenção Florestal; Federações de baldios. 		

Fonte: Elaboração própria com base em ICNF (<https://geocatalogo.icnf.pt/>)

Nas últimas décadas, o ordenamento florestal passou a ser pautado pelos Programas Regionais de Ordenamento Florestal (PROF), instrumentos nos quais se projeta este tipo de ocupação do território através das respetivas intervenções de planeamento e gestão. Previstos na Lei de Bases da Política Florestal (LBPF)², os PROF estabelecem normas específicas de utilização e de exploração destes espaços, garantindo a produção sustentada de um conjunto de bens e serviços a eles associados. É no âmbito destes programas que se avaliam as potencialidades, usos dominantes, as espécies a privilegiar, os modelos gerais de silvicultura e de gestão dos recursos mais adequados, assim como as normas específicas com eles relacionadas. Desde 2017, o território de Portugal Continental está dividido em sete áreas de intervenção de PROF: Algarve, Alentejo, Centro Interior, Centro Litoral, Entre Douro e Minho, Lisboa e Vale do Tejo e Trás-os-Montes e Alto Douro com instrumentos em vigor e revistos em 2019. As áreas de intervenção mais restritas são alvo de planos específicos de intervenção florestal, planos de gestão florestal e planos de utilização dos baldios. No eixo da proteção contra incêndios, encontramos os instrumentos igualmente de âmbito nacional, regional e local que vão desde o Plano Nacional de Gestão Integrada dos Fogos Rurais (PNGIFR) e dos respetivos programas de ação de nível nacional, regionais e sub-regionais até aos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) e aos Programas de Execução de Gestão Integrada de Fogos Rurais.

No âmbito destes programas, os dispositivos de participação pública e os recursos de cooperação são bastante diversos e mobilizam grupos de agentes igualmente variados, apresentando-se na Figura 3.2 as formas de participação e os recursos associados mais comumente implementados. É conhecida a densidade e a complexidade do sistema de governança florestal e igualmente a multiplicidade de entidades e agentes envolvidos no mesmo, como tivemos ocasião de referir anteriormente. A Tabela 3.1 pretende representar esta complexidade e multiplicidade, sendo possível observar que as funções de planeamento, gestão, proteção, produção, investimento, fiscalização e investigação são partilhadas por centenas de entidades das diferentes esferas da administração central, de organizações de diversa ordem, bem como de instituições da sociedade civil.

Qualquer ação que envolva uma ou várias das funções indicadas na Tabela 3.1, mobiliza intervenções de participação e/ ou de cooperação de uma parte significativa destas instituições ao longo das diferentes fases do ciclo de planeamento, cobrindo distintos âmbitos territoriais ajustados (com elevada dificuldade) às áreas de intervenção de cada uma das entidades, instituições, associações, grupos e comunidades de interesse.


² Lei n.º 33/96, de 17 de agosto, revista em 2009 (Decreto-Lei n.º 16/2009, de 14 de janeiro)

TABELA 3.1.
Entidades Envolvidas no Sistema
de Governança Florestal em Portugal

ÁREAS DE ATUAÇÃO

ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS

	Planeamento	Gestão	Proteção	Produção	Investimento	Fiscalização	Formação	Investigação
Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas								
Direções Regionais da Conservação da Natureza e Florestas								
Unidade de Coordenação Nac. de Vigilância Preventiva e Fiscalização								
Direção-Geral de Agricultura e Veterinária								
Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária								
Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais								
Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral								
Autoridade de Gestão (AG) do Programa de Desenvolvimento Rural								
AG Prog. Oper. Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos								
Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural								
Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P.								
Direções Regionais de Agricultura e Pescas								
Agência Portuguesa do Ambiente								
Direção-Geral do Território								
Direção-Geral das Atividades Económicas								
Direção-Geral de Energia e Geologia								
Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional								
Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil								
Guarda Nacional Republicana								
Polícia de Segurança Pública								
Polícia Judiciária								
Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional								
Direção Geral de Educação								
Instituto do Emprego e Formação Profissional								
Forças Armadas								
Instituições de Ensino Superior								
Administrações Regionais								
Administrações Locais								
Ordens Profissionais								
Organizações de Produtores Florestais								
Entidades de Gestão das Zonas de Intervenção Florestal								
Órgãos de Gestão dos Baldios								
Organizações de Produtores Pecuários								
Organizações de Produtores Aquícolas								
Organizações de Caçadores								
Organizações de Pescadores								
Organizações de Prestadores de Serviços								
Organizações de Empresas Industriais								
Organizações de Empresas Comerciais								
Organizações de Empresas de Turismo								
Organizações Profissionais das Fileiras								
Organizações Sindicais								
Associações Científicas e Profissionais								
Organizações Não Governamentais								
Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários								

Intensidade de intervenção: Forte  Moderada  Nula 



A GESTÃO DAS FLORESTAS PÚBLICAS

Apartando deste extenso objeto de ordenamento e planeamento setorial a floresta pública, importa lembrar que esta corresponde à especialização do regime florestal que inclui áreas públicas e comunitárias (e.g. baldios).

Foi com base neste regime que o Estado empreendeu intervenções de fomento nas suas florestas, nos baldios e em terrenos particulares com especial vulnerabilidade ambiental e também naqueles em que os proprietários solicitassem a sua submissão a este regime. Assim, foi possível arborizar, recorrendo sobretudo ao pinheiro bravo, grandes extensões de incultos, desenvolver e proteger os recursos florestais apacando a desarborização crescente do país, os processos erosivos decorrentes de usos desadequados dos baldios (desarborização, sobre-pastoreio, regeneração de pastos com usos de fogo, cultura extensiva do centeio) ao mesmo tempo que se criavam segmentos industriais que explorassem os recursos florestais (Germano, 2004).

Desde o início do século XX, a submissão de terrenos ao regime florestal foi crescente, intensificando-se com o Plano de Povoamento Florestal de 1938³ que impôs definitivamente a autonomia dos Serviços Florestais do Estado. A continuidade do revestimento florestal das dunas, a florestação dos baldios (sobretudo a norte do Tejo), a implantação de reservas de vegetação e de pastagens conheceram igualmente uma intensificação (Germano, 2004).

Atualmente, atendendo ao regime de propriedade dos terrenos incluídos no regime florestal: 83,4% são terrenos baldios; 10,6% são domínio privado do Estado; 4,8% são terrenos privados ou domínio hídrico em áreas protegidas; 0,1% é domínio privado de pessoas coletivas de utilidade pública administrativa.

Para a gestão destas áreas existem 33 entidades diferentes (entre assembleias de compartes, comunidades locais de baldios, câmaras municipais, juntas de freguesia, entre outras). As áreas sob gestão direta e exclusiva do ICNF representam cerca de 10% do total das que estão afetadas ao regime florestal.

É precisamente no contexto do regime florestal que se enquadram as Matas Nacionais que, no seu conjunto, cobrem cerca de 51 060 hectares. Quando nos centramos nas Matas do Litoral (área de interesse do projeto ShareFOREST) que foram afetadas pelos incêndios de 2017, elas representam, como referido no ponto 1, 36 124 hectares, ou seja cerca de 70% da área total ocupada por este tipo de áreas florestais. Apesar das Matas Nacionais representarem uma superfície diminuta face ao total da área ocupada pela floresta em Portugal, elas continuam a ser o reduto da gestão florestal realizada pelo Estado. Das Matas Nacionais e, conseqüentemente, das Matas do Litoral, destaca-se a Mata Nacional de Leiria – também designada como *Mata da Coroa, Pinhal de Leiria, Pinhal do Rei e Pinhal da Marinha*) pela sua enorme relevância histórica, simbólica e económica. É a partir desta Mata, inicialmente povoada por pinheiro manso (*Pinus pinea*), depois substituído por pinheiro bravo (*Pinus pinaster*), que se ensaiam as normas, mecanismos, recursos e instituições para planear e gerir as florestas públicas deste tipo que conjugam as funções de proteção, produção e, mais recentemente, também de conservação e de recreio e lazer.

³ Lei n.º 1971, de 5 de junho de 1938

A PROPOSTA DO REGIME FLORESTAL

DE ACORDO COM O DECRETO DE 1901* QUE O
CRIOU, O REGIME FLORESTAL TRADUZ:

“o conjunto de disposições destinadas não só à criação, exploração e conservação da riqueza silvícola, sob o ponto de vista da economia nacional, mas também o revestimento florestal dos terrenos cuja arborização seja de utilidade pública, e conveniente ou necessária para o bom regime das águas e defesa das várzeas, para a valorização das planícies áridas e benefício do clima, ou para a fixação e conservação do solo, nas montanhas, e das areias no litoral marítimo”.

* Decreto de 24 de Dezembro de 1901, publicado no Diário do Governo n.º 296, de 31 de Dezembro

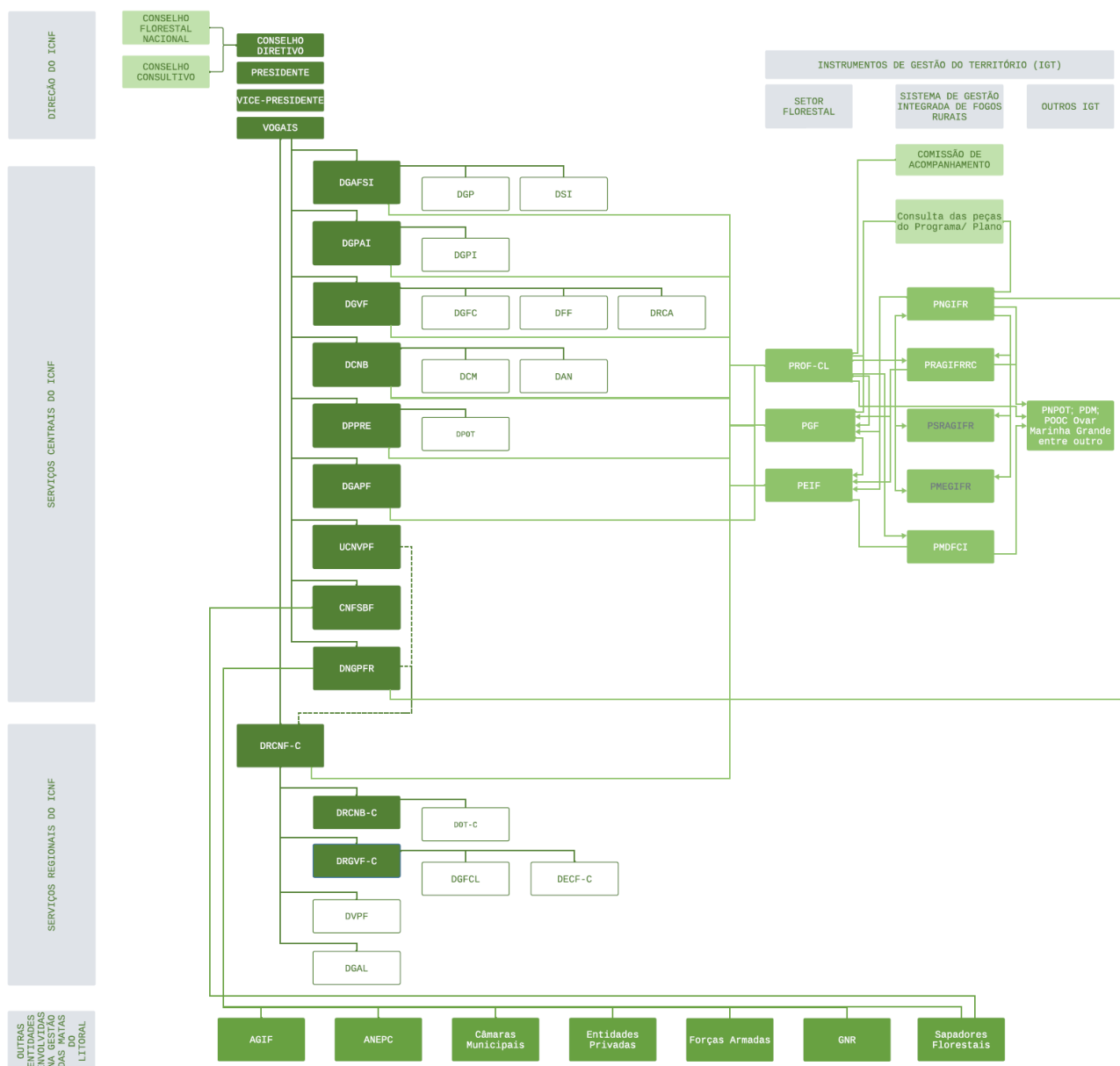
Como se referiu, o ICNF é o responsável pela gestão e ordenamento destas áreas. Trata-se de um instituto público integrado na administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e possuindo património próprio. Este Instituto é dirigido por um Conselho Diretivo, integrando, entre outros, várias Direções Regionais. O ICNF integra ainda um Conselho Consultivo que apoia e participa na definição das linhas gerais da sua atuação e nos processos de tomada de decisão. Da Direção deste Instituto dependem ainda doze unidades orgânicas associadas aos seus Serviços Centrais e as unidades orgânicas que integram as cinco Direções Regionais (Figura 3.3). As Matas do Litoral encontram-se na dependência da Direção Regional da Conservação da Natureza e Florestas do Centro (DRCNF – Centro). A Figura 3.3 ilustra, assim, a estrutura orgânica e de gestão de áreas florestais públicas, em geral e das áreas associadas às Matas do Litoral, em particular, do ICNF, tornando evidentes:

- ◆ As relações entre as unidades orgânicas que intervêm diretamente na gestão das áreas públicas através da relação com os vários instrumentos de gestão e ordenamento relativos ao setor florestal, ao Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR) e outros instrumentos de gestão do território;
- ◆ As relações entre as unidades orgânicas do ICNF e outras entidades com que se articulam no âmbito das suas competências;
- ◆ As relações existentes entre os diferentes instrumentos de gestão e ordenamento do território com incidência nas áreas florestais públicas e entre as entidades que participam na sua elaboração.

Como pode ser também observado na Figura 3.3, a orgânica do ICNF integra o Departamento de Gestão de Áreas Públicas Florestais (DGAPF), principal responsável pelo desenho das políticas e das orientações que devem ser aplicadas às áreas florestais públicas, assim como pela disponibilização da informação necessária para os planos e programas de gestão e o assegurar da sua uniformização. A elaboração destes instrumentos de gestão, assim como as atividades de gestão das diferentes áreas está a cargo das Direções Regionais (ver Tabela 3.2).



FIGURA 3.3.
Organograma da gestão e ordenamento das Matas do Litoral



- Siglas**
- DRCNF-C - Direção Regional da Conservação da Natureza e Florestas do Centro
 - DGAFSI - Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e de Sistemas de Informação
 - DGPAI - Departamento de Gestão de Projetos e Apoio ao Investimento
 - DGVF - Departamento de Gestão e Valorização da Floresta
 - DCNB - Departamento de Conservação da Natureza e da Biodiversidade
 - DPPRE - Departamento de Políticas, Planeamento e Relações Externas
 - DGAPF - Departamento de Gestão de Áreas Públicas Florestais
 - UCNVVF - Unidade de Coordenação Nacional de Vigilância Preventiva e Fiscalização
 - CNFSBF - Comando Nacional da Força de Sapadores Bombeiros Florestais
 - DNGPFR - Direção Nacional de Gestão do Programa de Fogos Rurais
 - DRCNB - Departamento Regional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade
 - DRGVF - Departamento Regional de Gestão e Valorização da Floresta
 - DGP - Divisão de Gestão Patrimonial
 - DSI - Divisão de Sistemas de Informação
 - DGPI - Divisão de Gestão de Projetos e Investimentos
 - DGFC - Divisão de Gestão Florestal e Competitividade
 - DFF - Divisão de Fitossanidade Florestal
 - DRCA - Divisão de Recursos Cenegeticos e Aquícolas
 - DCM - Divisão de Conservação e Monitorização
 - DAN - Divisão de Aplicação de Normativos
 - DPOT - Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território
 - DOT-C - Divisão de Ordenamento do Território do Centro
 - DGFL - Divisão de Gestão Florestal do Centro Litoral
 - DECF-C - Divisão de Extensão e Competitividade Florestal do Centro
 - DVPF - Divisão de Vigilância Preventiva e Fiscalização
 - DGAL - Divisão de Gestão Administrativa e Logística
 - AGIF - Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais
 - ANEPC - Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
 - GNR - Guarda Nacional Republicana
 - PROF-CL - Programa Regional de Ordenamento Florestal - Centro Litoral
 - PGF - Plano de Gestão Florestal
 - PEIF - Plano Especial de Intervenção Florestal
 - PNGIFR - Plano Nacional de Gestão Integrada dos Fogos Rurais
 - PRAGIFRRC - Programa Regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais da Região Centro
 - PSRAGIFR - Programas Sub-Regionais de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais
 - PMEGIFR - Programas Municipais de Gestão Integrada de Fogos Rurais
 - PMDFCI - Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
 - PNP - Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território
 - PDM - Plano Diretor Municipal
 - POOC Ovar Marinha Grande - Plano de Ordenamento da Orla Costeira Ovar Marinha Grande

- LEGENDA**
- Plano que tem que ser considerado na elaboração do outro
 - Serviço/ pessoa que tem responsabilidades diretas
 - Serviços que no âmbito das suas funções contacta com os agentes
 - Entidade/ Departamento que no âmbito das suas funções apoia a elaboração do Programa/ Plano
 - Comissões constituídas por diversas entidades ou processos de consulta pública
 - Planos que ainda não estão elaborados

Fonte: Adaptado da Legislação⁴

⁴ Decreto-Lei n.º 46/2021, de 11 de junho; Decreto-Lei n.º 43/2019, de 29 de março; Decreto-Lei n.º 11/2019, de 21 de janeiro; Decreto-Lei n.º 65/2017, de 12 de julho; Decreto-Lei n.º 44/2020, de 22 de julho; Deliberação (extrato) n.º 906/2021, de 31 de agosto; Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto; Portaria n.º 136/2021, de 30 de junho; Portaria n.º 166/2019, de 29 de maio; Declaração Retificativa n.º 27/2017, de 2 de outubro; Resolução de Conselho de Ministros n.º 12/2019; Resolução de Conselho de Ministros n.º 45-A/2020, de 13 de outubro

TABELA 3.2.

Serviços do ICNF e competências relacionadas com a elaboração dos instrumentos de gestão e ordenamento das florestas públicas

Serviços Centrais	Competências
Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e de Sistemas de Informação (DGAFSI)	
Divisão de Gestão Patrimonial (DGP)	Património imobiliário do ICNF (cadastró, sistema de informação de base territorial).
Divisão de Sistemas de Informação (DSI)	Bases de dados (assegurar a gestão e atualização da informação geográfica e estatística).
Departamento de Gestão de Projetos e Apoio ao Investimento (DGPAI)	
Divisão de Gestão de Projetos e Investimentos (DGPI)	Identificação, captação e gestão de apoios financeiros nacionais ou europeus para as atividades e projetos do ICNF.
Departamento de Gestão e Valorização da Floresta (DGVF)	
Divisão de Gestão Florestal e Competitividade (DGFC)	Definição das políticas de gestão sustentável da floresta e apoiar os serviços regionais na sua concretização; Promover o desenvolvimento das fileiras florestais e a competitividade do sector; Elaborar estratégias, planos e instrumentos de gestão territorial; Gerir as atividades e infraestruturas da rede florestal.
Divisão de Fitossanidade Florestal (DFF)	Dinamizar, em conjunto com os serviços regionais, a proteção dos recursos florestais e a conservação do arvoredo de interesse público.
Divisão de Recursos Cingéticos e Aquícolas (DRCA)	Elaborar e/ou rever planos e instrumentos de natureza estratégica ou operacional alusivos aos recursos cingéticos e aquícolas.
Departamento de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (DCNB)	
Divisão de Conservação e Monitorização (DCM)	Assegurar o cumprimento da Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB); Apoiar os serviços regionais ao nível da conservação da natureza.
Divisão de Aplicação de Normativos (DAN)	Desenvolver conhecimento especializado e produzir as orientações técnicas nas áreas do ordenamento e da conservação da natureza e da biodiversidade; Assegurar o cumprimento da ENCNB.
Departamento de Políticas, Planeamento e Relações Externas (DPPRE)	
Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território (DPOT)	Definir estratégias e políticas relativas aos instrumentos territoriais; Coordenar e apoiar os serviços regionais quanto à execução de estratégias, políticas, programas e normas nacionais nos domínios das florestas, conservação da natureza e biodiversidade.
Direção Nacional de Gestão do Programa de Fogos Rurais (DNGPFR)	
	Definição de políticas de gestão integrada de fogos rurais e promoção da gestão dos ecossistemas, dos recursos silvestres e a produção florestal; Desenvolver e gerir conhecimento especializado nas áreas da prevenção e da supressão de fogos rurais; Regular o SGIFR e elaborar diretrizes operacionais, ao nível regional, de acordo com a suscetibilidade e exposição ao fogo; Planear e promover a gestão e recuperação das áreas ardidas; Planear a Gestão Integrada de Fogos Rurais nos diferentes níveis territoriais e a realizar a gestão de combustível; Promover a instalação e manutenção da gestão de combustível.
Serviços Regionais	
Divisões de Vigilância Preventiva e Fiscalização (DVFP)	Coordenar e assegurar as funções dos vigilantes da natureza; Apoiar as atividades relativas à proteção do arvoredo, controlo dos agentes bióticos nocivos e a monitorização, proteção e vigilância do território e dos valores naturais.
Divisão de Gestão Administrativa e Logística (DGAL)	Propor e acompanhar projetos de investimento público; Apoiar juridicamente as Direções Regionais.
Departamento Regional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (DRCNB)	
Divisão de Ordenamento do Território (DOT)	Elaborar, rever e alterar os instrumentos de gestão territorial; Assegurar o acompanhamento dos planos e programas de avaliação ambiental estratégica e preparar os pareceres solicitados nesse âmbito.
Departamento Regional de Gestão e Valorização da Floresta (DRGVF)	
Divisão de Gestão Florestal (DGF)	Promover o regime florestal, assegurar a gestão do património florestal sob responsabilidade do ICNF; Gerir as áreas públicas sob a sua gestão e explorar os recursos florestais; Elaborar estratégias, planos e instrumentos de gestão territorial.
Divisão de Extensão e Competitividade Florestal (DECF)	Assegurar os processos relativos aos projetos de investimento apoiados por fundos públicos; Promover as fileiras florestais e o reforço da competitividade do sector em parceria com as partes interessadas.

Os dramáticos impactos dos incêndios de 2017 sobre os cidadãos, o património natural e edificado, em conjunto com as fragilidades do sistema (identificadas pela Comissão Técnica Independente – CTI) e a pressão da sociedade civil para que este tipo de catástrofes não voltasse a acontecer, tornaram evidente não apenas a necessidade de melhorar a gestão e ordenamento florestal, mas também de renovar o modelo de governança dos incêndios rurais⁵. Assim, a seguir àqueles acontecimentos, o governo procurou implementar um novo modelo de atuação que permitisse uma maior segurança das pessoas e comunidades, assim como uma maior e mais eficaz prevenção por parte da proteção civil⁶. Assim, foi criada a AGIF - Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais -, responsável pelo SGIFR, sendo que o ICNF tem a seu cargo a coordenação da prevenção em solo rústico. Este sistema é constituído por diversos agentes⁷ com âmbitos e níveis de atuação também diversos⁸. Como referido anteriormente, as Matas do Litoral encontram-se abrangidas por vários instrumentos relativos à gestão do território florestal e dos incêndios rurais que se enquadram, naturalmente, na legislação e instrumentos de âmbito nacional atrás mencionados.

Concretamente, as Matas do Litoral são áreas abrangidas pelo Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral (PROF-CL)⁹. O PROF-CL foi elaborado em três fases: i) enquadramento e caracterização das áreas florestais abrangidas; ii) análise de cenários e proposta de plano e iii) avaliação e integração de contributos da consulta pública na revisão dos documentos finais (ICNF, 2019).

À exceção do Plano de Gestão Florestal (PGF) da MN de Leiria e da MN das Dunas de Quiaios (aprovados, respetivamente em meados de 2022 e 2024), as restantes Matas do Litoral aqui consideradas têm em vigor PGF elaborados há mais de uma década, alguns deles atualmente em processo de revisão na sequência da publicação do PROFCL. Atendendo à extensão da área ardida em consequência dos incêndios de 2017 nestes territórios, a revisão mais célere dos PGF reveste-se de particular importância.

Os PGF das MN de Leiria e das Dunas de Quiaios foram elaborados pela DRGVF da DRCNF-C contando igualmente com a colaboração de outros departamentos do ICNF (ICNF, 2022; 2024) e poderão, desde logo, servir de referência para os processos de revisão e elaboração dos planos de outras Matas Nacionais. A elaboração daqueles planos incluiu: i) a recolha de informação para realizar o diagnóstico socio-territorial e ii) a definição do modelo de exploração a adotar. Estas etapas tiveram em consideração os documentos produzidos por diferentes grupos de trabalho de natureza multidisciplinar e transdisciplinar, especialmente os constituídos na sequência dos incêndios de 2017 na região Centro (ICNF, 2022a; 2024), às quais se seguiu um processo de consulta pública (como adiante se detalhará). Para além dos PGF, está prevista a elaboração de Planos Especiais de Intervenção Florestal (PEIF) para as Matas do Litoral que, neste caso concreto, é da responsabilidade da DRCNF-C, sendo posteriormente, consoante o plano se centra na prevenção ou no combate a agentes bióticos ou abióticos, a ANEPC e a Autoridade Fitossanitária são convidadas a pronunciar-se em conjunto com outras atividades consideradas adequadas pelo ICNF. No entanto, em face da indisponibilidade de uma lista de PEIF já aprovados, não é possível incluir neste *Manual* informação sobre a sua existência e vigência nos territórios das Matas do Litoral consideradas.

⁵ <https://www.agif.pt/pt/plano-nacional-de-gestao-integrada-de-fogos-rurais-20-30>, consultado a 22/12/2023

⁶ Resolução de Conselho de Ministros n.º 12/2019, de 21 de janeiro

⁷ As entidades que integram o SIGFR são: AGIF, ICNF; Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC); Guarda Nacional Republicana (GNR); Polícia de Segurança Pública (PSP); Polícia Judiciária (PJ); Forças Armadas; Direção-Geral do Território (DGT); Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA); Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP); Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV); Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR); Autarquias locais; Corpos de bombeiros; Organização de Produtores Florestais (OPF) e organizações de produtores agrícolas.

⁸ Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro

⁹ Portaria n.º 56/2019, de 31 de janeiro.

UMA GESTÃO CENTRALIZADA DAS MATAS DO LITORAL

✓ A gestão e ordenamento florestal em Portugal são decididos e regulamentados de cima para baixo, seguindo um modelo tradicional e centralizado;

✓ Os territórios das Matas do Litoral não são exceção a este cenário, tanto mais tratando-se de florestas públicas cuja gestão se limita, assim, escrupulosamente à aplicação e utilização de instrumentos emanados do Estado e dos seus órgãos específicos (e.g. ICNF), ou seja, que derivam diretamente daquele modelo;

✓ Este modelo evidencia limitações diversas, particularmente

- ◆ as associadas à (não) consideração e (não) integração dos interesses, necessidades e expectativas criados a partir de baixo (i.e. dos agentes e atores regionais e sobretudo locais) a não ser de forma muito residual;
- ◆ as relacionadas com a legitimação social das estratégias implementadas;
- ◆ as relativas à promoção da valorização social das florestas.

A PARTICIPAÇÃO PÚBLICA NO ATUAL MODELO DE GESTÃO DAS MATAS DO LITORAL

Para além dos instrumentos mencionados, e na sequência direta dos acontecimentos de outubro de 2017, foi também elaborado um programa de intervenção específica para as Matas do Litoral – o Programa de Recuperação das Matas do Litoral (PRML) – que discute e reflete sobre a informação técnica e científica sobre várias questões relacionadas com os incêndios (e.g. severidade do fogo, a recuperação de parcelas, a monitorização e controlo da erosão eólica e hídrica). Esta discussão visou melhorar a capacidade de gestão da área ardida (e.g. operações de estabilização de emergência, reabilitação de *habitats*) e a sua gestão futura (Tomé, 2018).

Ainda no que se refere aos instrumentos de gestão, deve salientar-se o Programa Regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais do Centro (PRA-Centro), que – tal como a designação sugere – se centra na gestão dos fogos rurais e deve integrar também ações a realizar nas áreas das Matas do Litoral. O PRA-Centro em vigor foi aprovado em dezembro de 2022¹⁰ e, embora mencione a importância das áreas florestais públicas, não apresenta orientações específicas para as áreas das Matas do Litoral, eventualmente devido à sua abrangência territorial. Assim, as Matas do Litoral são objeto de programas de abrangência mais específica – os Programas Sub-regionais de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PSA) e os Programas Municipais de Execução de Gestão Integrada de Fogos Rurais. Mais concretamente, os territórios das Matas do Litoral aqui consideradas são abrangidos por três PSA (PSA da região de Aveiro, PSA da região de Coimbra e PSA da região de Leiria) e por sete PME dos municípios em que estes territórios se inserem. Uma boa parte destes planos encontram-se ainda em elaboração¹¹. Em face da inexistência destes planos, a gestão integrada de fogos rurais no seio das Matas do Litoral é guiada pelos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) depois de obtido o parecer da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (CMDFCI) e o parecer (vinculativo) do ICNF.

O respeito pelos valores económicos, sociais, ambientais e culturais da floresta e sistemas naturais associados, a responsabilização social sobre estas áreas e a participação dos cidadãos na definição dos objetivos da política de desenvolvimento florestal são estabelecidos como objetivos importantes pela LBPF¹². Todavia, passados quase 30 anos sobre a publicação desta Lei, a concertação de uma estratégia entre os agentes públicos nacionais, regionais e locais e os atores socioeconómicos não se efetivou (Fernandes et al., 2018). Efetivamente, os processos de participação pública associados ao modelo de gestão anteriormente descrito, resumem-se à consulta de documentos e à elaboração de pareceres escritos, não abrindo a oportunidade para o debate de ideias e estratégias nem para a mobilização e envolvimento efetivos dos cidadãos e outros agentes na definição de uma política de gestão florestal. A ausência de momentos verdadeiramente participativos que conduzam a processos de decisão efetivos, constitui um obstáculo a uma gestão mais adequada da floresta (Marta-Costa et al., 2016) que se tornou mais evidente a partir dos incêndios de 2017. Sobretudo no que se refere à gestão das florestas públicas – como é o caso das Matas do Litoral – a participação pública deveria ser considerada um processo contínuo, progressivo, flexível e interativo capaz de agregar real valor às decisões, ao invés de consistir apenas numa consulta pontual realizada geralmente nas fases finais de todo o processo de elaboração. Seria expectável que, como gestor dos territórios florestais públicos, o ICNF promovesse as condições para o envolvimento do público e encontrasse momentos de participação pública, especialmente num contexto de intensificação dos incêndios florestais de grande magnitude. Como pode ser observado na Tabela 3.3, tendo em conta os instrumentos aprovados nos últimos cinco anos, estes momentos foram, na maior parte dos casos, escassos, pontuais e sobretudo de carácter mais informativo do que participativo.

¹⁰ <https://www.agif.pt/pt/plano-nacional-de-gestao-integrada-de-fogos-rurais-20-30>, consultada em 22/12/2023

¹¹ <https://www.agif.pt/pt/centro>, consultada em 22/12/2023

¹² Lei n.º 33/96, de 17 de agosto

TABELA 3.3.

Momentos participativos da elaboração dos instrumentos de gestão do setor florestal relacionados com as Matas do Litoral

Instrumentos	Identificação do Momento participativo	Data	N.º de participantes
PROF- CL	Constituição da Comissão de Acompanhamento (CA)	Início do processo	15 ¹³
	1.ª Reunião CA	02/08/2016 (Fase I)	
	Seminário	02/08/2016 (Fase I)	não disponível (nd)
	Workshop	20/04/2018 (Fase II)	nd
	2.ª Reunião CA	28/05/2018 (Fase II)	
	Consulta Pública	De 09/10 a 21/11/2018	17
	Sessão Pública de apresentação do PROF	21/11/2018	50
	Pedido de pareceres a entidades		nd
PGF MN de Leiria	Consulta Pública	De 12/01 a 01/02/2022	21
	Pedido de pareceres a entidades		nd
PGF MN das Dunas de Quiaios	Consulta Pública	De 01/05/ a 20/05/2024	nd
	Pedido de pareceres a entidades		nd
PNGIFR	Encontro internacional	10/2017 (Fase I)	nd
	Recolha de ambições, propostas e contributos de entidades públicas	De 07/2018 a 09/2018 (Fase III)	nd
	Sessões de trabalho com agentes públicos e privados	Fase III	nd
	Reuniões técnicas plenárias, bilaterais e setoriais	Fase IV	nd
	Consulta pública	De 05/12/2019 a 05-02-2020 (Fase IV)	nd
	73 Sessões de esclarecimento		>2000
PRA-Centro	Seleção e priorização dos projetos a aplicar na região pelos elementos da CRGIFR	Fase III	39 ¹⁴
	Seleção e priorização dos projetos a aplicar na região pelas entidades representadas na CRGIFR	Fase III	nd
	Validação das seleções anteriores pela CRGIFR	Fase III	39 ¹⁵
	Validação das fichas de projeto pela CRGIFR	Fase IV	39
	Parecer da CNGIFR	Fase IV	1

Fonte: Adaptado de ICNF (2019, 2022); CRGIFR (2022); <https://www.agif.pt/pt/plano-nacional-de-gestao-integrada-de-fogos-rurais-20-30>, consultado a 22/12/2023

¹³ Entidades que estão representadas na CA do PROF-CL: i) ICNF, que coordena; ii) ANPC; iii) Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Centro (CCDR-C); iv) Agência Portuguesa do Ambiente (APA) - Administração da Região Hidrográfica do Centro; v) CIM Beira Baixa; vi) CIM Médio Tejo; vii) CIM Região de Aveiro; viii) CIM Região de Coimbra; ix) CIM Região de Leiria; x) CIM Viseu e Dão Lafões; xi) OPF existentes no território de abrangência do plano; xii) organizações de indústrias florestais com maior representatividade na área abrangida pelo PROF; xiii) Organizações Não Governamentais do ambiente; xiv) prestadores de serviços florestais; e xv) federações de baldios, nos casos em que se verifique a existência de baldios na área de abrangência do PROF

¹⁴ Constituição da CRGIFR-Centro: AGIF; Forças Armadas; Comando Territorial de Aveiro da GNR; Comando Territorial de Castelo Branco da GNR; Comando Territorial de Coimbra da GNR; Comando Territorial da Guarda da GNR; Comando Territorial de Leiria da GNR; Comando Territorial de Viseu da GNR; PSP - Comando Distrital de Aveiro; PSP - Comando Distrital de Castelo Branco; PSP - Comando Distrital de Coimbra; PSP - Comando Distrital da Guarda; PSP - Comando Distrital de Leiria; PSP - Comando Distrital de Viseu; ANEPC - Comandante Regional; Liga Portuguesa dos Bombeiros Portugueses; Direção Centro da PJ; Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP); ICNF - Diretora Regional do Centro, IP; Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT); Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DRAPC); Diretora de Serviços de Alimentação e Veterinária da Região do Centro; IPMA; CIM Região de Aveiro; CIM Beira Baixa; CIM Beiras e Serra da Estrela; CIM Região de Coimbra; CIM Região de Leiria; CIM da Região de Viseu e Dão-Lafões; Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares/Direção de Serviços da Região Centro; Representante das organizações de produtores florestais (FENAFLORESTA); Representante dos conselhos diretivos das unidades de baldios (BALADI); REN - Rede Elétrica Nacional, SA; REN - Gasodutos, SA; E- REDES - Distribuição de Eletricidade, S.A, APA, CELPA.

¹⁵ Constituição da Comissão de Coordenação da Região Centro: AGIF; Forças Armadas; Comando Territorial de Aveiro da GNR; Comando Territorial de Castelo Branco da GNR; Comando Territorial de Coimbra da GNR; Comando Territorial da Guarda da GNR; Comando Territorial de Leiria da GNR; Comando Territorial de Viseu da GNR; PSP - Comando Distrital de Aveiro; PSP - Comando Distrital de Castelo Branco; PSP - Comando Distrital de Coimbra; PSP - Comando Distrital da Guarda; PSP - Comando Distrital de Leiria; PSP - Comando Distrital de Viseu; ANEPC - Comandante Regional; Liga Portuguesa dos Bombeiros Portugueses; Direção Centro da PJ; ANMP; ICNF - Diretora Regional do Centro, IP; IMT; DRAPC; Diretora de Serviços de Alimentação e Veterinária da Região do Centro; IPMA; CIM Região de Aveiro; CIM Beira Baixa; CIM Beiras e Serra da Estrela; CIM Região de Coimbra; CIM Região de Leiria; CIM Região de Viseu e Dão-Lafões; Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares/Direção de Serviços da Região Centro; Representante das organizações de produtores florestais (FENAFLORESTA); Representante dos conselhos diretivos das unidades de baldios (BALADI); REN - Rede Elétrica Nacional, SA; REN - Gasodutos, SA; E-REDES - Distribuição de Eletricidade, S.A, APA, CELPA

Apesar dos processos de consulta pública do PROF-CL, do PNGIFR e do PRA-Centro terem sido, ainda que de forma variável, antecedidos por vários momentos de auscultação e informação aos agentes e entidades, não é possível ter acesso aos resultados, contributos e implicações efetivas destas dinâmicas. No âmbito da elaboração destes instrumentos existiram igualmente processos de discussão pública, que se materializaram na consulta aos documentos e na apresentação de contributos escritos. No entanto, e como acontece frequentemente, estes processos ocorreram apenas na fase final de elaboração dos programas ou planos, ou seja, quando as decisões estavam tomadas e as estratégias definidas, não existindo, assim, grande margem para a integração de eventuais contributos. Se se entende, como vimos no ponto 2 deste *Manual*, que o sucesso dos processos participativos deve estar sustentado na transparência e construção de relações de confiança entre os promotores dos programas e os agentes interessados (Fernandes et al., 2018), poder-se-á concluir que ainda há um longo caminho a ser percorrido para o efetivo envolvimento do público na tomada de decisões, dado que as estratégias participativas implementadas são ainda muito incipientes e, sobretudo, implementadas para cumprir agendas institucionais. Por outro lado, relativamente a alguns dos instrumentos implementados nos últimos anos, como é o caso dos associados ao SGIFR, não existe qualquer informação sobre os processos de participação pública, o que compromete a transparência dos mesmos, assim como a possibilidade da sua avaliação.

Uma nota positiva deve ser dada a respeito do progressivo aumento da participação dos cidadãos e agentes no âmbito dos instrumentos elaborados mais recentemente (quer relativos à gestão e ordenamento da floresta, quer aos incêndios) (Tabela 3.4), por referência aos realizados há cerca de uma década. O aumento dos contributos durante os processos de consulta pública poderá estar relacionado quer com o facto de as Matas Nacionais serem crescentemente consideradas como um recurso estratégico e um património histórico importante, que marca a identidade nacional, regional e local, quer igualmente pela ocorrência e consequências dos dramáticos incêndios de 2017 que devastaram uma boa parte das Matas do Litoral, incluindo a emblemática Mata Nacional de Leiria.



TABELA 3.4.

Número de comentários apresentados nos processos de consulta pública do PROF-CL do PGF da Mata Nacional de Leiria e do PNGIFR

Identificação do Plano	N.º de entidades que comentou	N.º de comentários apresentados	N.º comentários aceites (totalidade ou em parte)
PROF-CL	16	87	29
PGF MN Leiria	21	100	53
PNGIFR	não disponível (nd)	115	nd

Fonte: Adaptado de ICNF (2019, 2022); CRGIFR (2022); <https://www.agif.pt/pt/plano-nacional-de-gestao-integrada-de-fogos-rurais-20-30>, consultado a 22/12/2023

Os dados constantes da Tabela anterior ilustram um desfasamento entre o número de comentários apresentados pelos cidadãos e agentes e o número de contributos aceites total ou parcialmente. Não tendo acesso ao conteúdo destes comentários não é possível, porém, retirar ilações sobre essa divergência nem sobre a eventual relevância da integração desses comentários para os instrumentos de gestão em causa. No entanto, o facto de o ICNF publicar os números dos contributos recebidos e aceites para os instrumentos mais recentemente publicados (PROF- CL e PGF) (ICNF, 2019, 2022), indicia já alguma atenção por parte do gestor das Matas do Litoral relativamente à importância da transparência para o envolvimento dos agentes em processos participativos. Na mesma linha, os relatórios sobre os processos de participação pública conheceram uma melhoria e detalhe significativos, aspetos muito importantes no que se refere à promoção da transparência.



4

ShareFOREST METODOLOGIA PARA O ENVOLVIMENTO DOS AGENTES NA GESTÃO DAS MATAS DO LITORAL

ENQUADRAMENTO DA ESTRATÉGIA PARTICIPATIVA DESENVOLVIDA

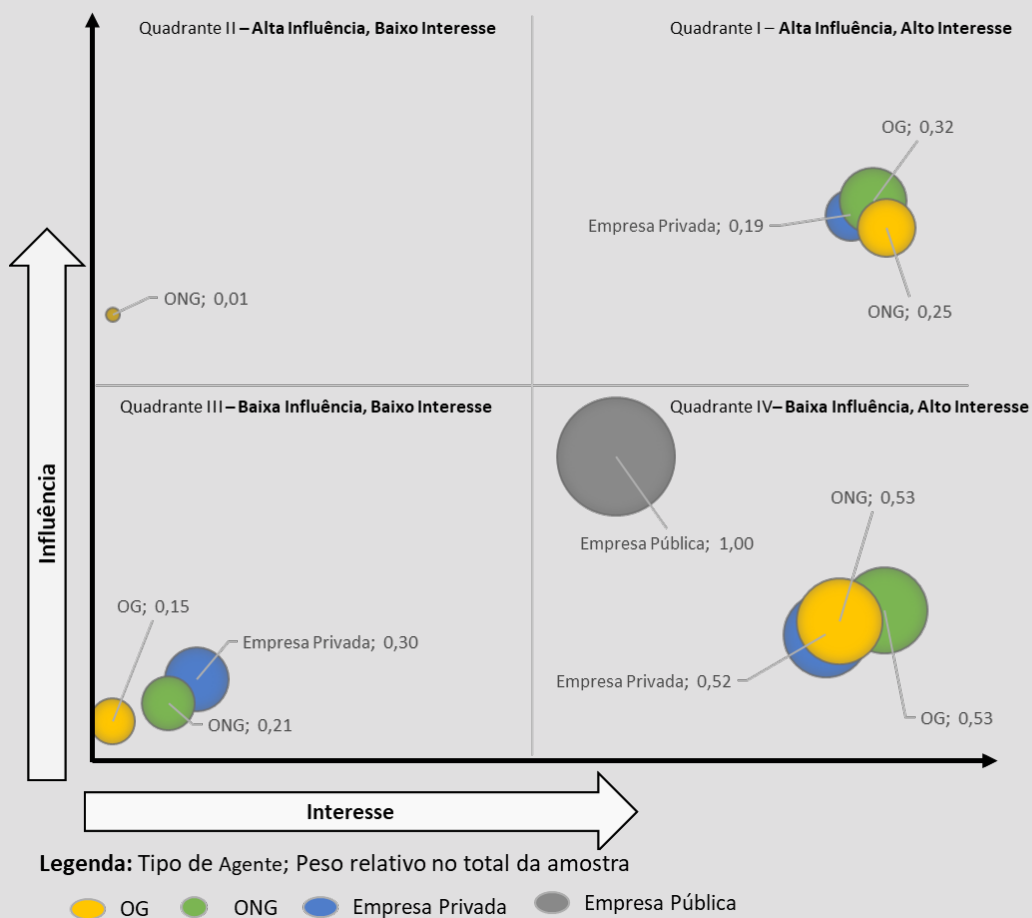
Ainda que de forma breve, as secções anteriores deste Manual apresentaram alguns dados e reflexões que justificam a necessidade de desenvolver e testar estratégias participativas que possam responder, pelo menos em parte, aos desafios e constrangimentos identificados na gestão florestal em Portugal e, em particular, nas Matas Litorais do Centro.

Como vimos, o atual modelo de gestão não está desenhado para promover uma verdadeira cultura participativa nos processos de tomada de decisão e gestão ainda que, sobretudo após os incêndios de 2017, essa necessidade tenha vindo a ser cada vez mais reclamada (Fernandes et al., 2018). Porém, a estrutura da gestão e ordenamento das Matas do Litoral é complexa, conforme é visível no organograma representado no ponto anterior (Figura 3.4), o que gera dificuldades acrescidas para a implementação de modelos de gestão participativos. Assim, nesse contexto, o projeto ShareFOREST procurou desenvolver e operacionalizar uma metodologia participativa para promover a codecisão na gestão e ordenamento das Matas do Litoral, reforçando a mobilização dos atores sociais na proteção e dinamização das matas e assim contribuindo para a tomada de decisões mais inclusivas e legitimadas sobre a sua gestão. Adicionalmente, ao promover o maior envolvimento dos cidadãos, o projeto ShareFOREST pretende, em última instância, contribuir para uma maior valorização social das florestas nacionais e, conseqüentemente, maior prevenção de futuros fogos. Para atingir estes objetivos o projeto ShareFOREST foi organizado em diferentes fases e tarefas, conforme descrito logo no primeiro ponto deste Manual. A presente secção irá agora apresentar com mais pormenor dois exercícios participativos que foram realizados no decorrer do projeto, e que procuraram ouvir e envolver de forma mais direta os atores sociais com interesse e influência nas Matas do Litoral.

Para operacionalizar a metodologia, o primeiro passo consistiu precisamente, como referido no ponto 1 deste Manual, na identificação dos agentes a envolver, pelo que se fez um levantamento exaustivo das entidades com potencial interesse e influência no ordenamento e na gestão das Matas do Litoral, com base em três critérios, utilizados de forma combinada: i) pesquisa online das empresas do setor privado e de Organizações Não Governamentais (ONG) com sede nos concelhos onde se localizam as Matas analisadas e/ ou que têm atuação nesses territórios; ii) identificação por outros agentes inquiridos; e iii) conhecimento dos elementos da equipa do projeto (baseado em trabalhos anteriores na região ou fruto da própria atividade, como era o caso da OIKOS, parceiro do projeto). Como referido no ponto 1, depois de aplicados estes procedimentos foi constituída uma base de dados com 230 agentes (divididos depois em Organizações Governamentais (OG), Organizações Não Governamentais (ONG), Empresas do Setor Privado (ESP) e Empresas Públicas (EP)), que foram contactados para todas as fases do projeto ShareFOREST. O primeiro contacto, em novembro de 2021, consistiu no envio de um questionário que, conforme referido anteriormente, permitiu melhor caracterizar estes agentes, identificando as suas principais funções e atividades relativamente às Matas do Litoral, mas, sobretudo, identificar as interações e colaborações com outros agentes na realização dessas atividades. Adicionalmente, as respostas obtidas permitiram ainda aferir sobre as suas perceções acerca dos níveis de influência e interesse no ordenamento e na gestão daqueles territórios, bem como qual a sua visão para o futuro das Matas do Litoral.

Como é visível na Figura 4.1, apesar da grande dispersão dos vários tipos de agentes pelos diferentes quadrantes, é no quarto quadrante, que representa elevados níveis de interesse, mas reduzida capacidade de influência nos processos de gestão e ordenamento das ML, que se observa uma maior concentração de todo o tipo de agentes (ONG, OG, ESP, EP).

FIGURA 4.1.
Matriz de influência e interesse por tipo de agente inquirido

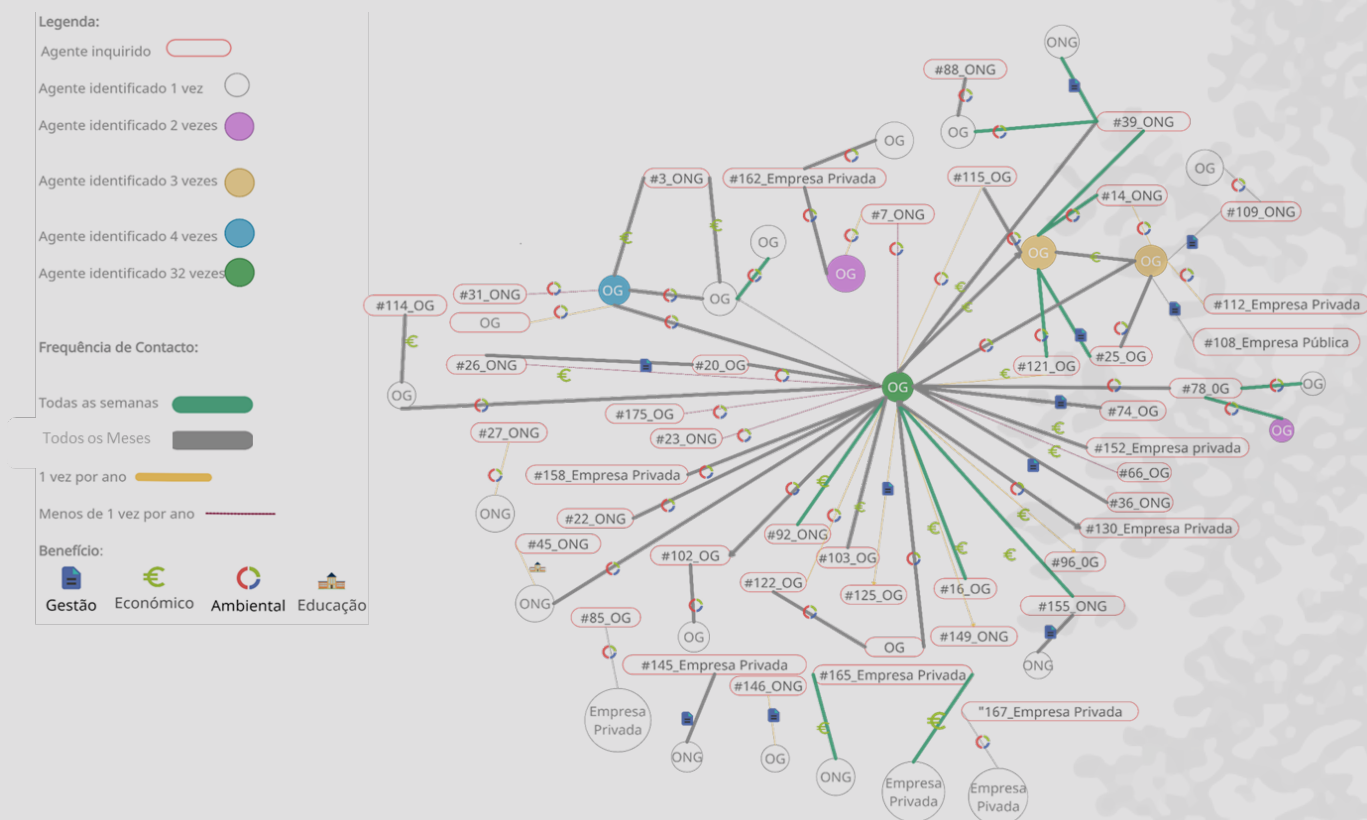


Fonte: Figueiredo et al. (2022)

Ainda com base nos resultados do 1º questionário, constatou-se que a desconexão entre interesse e influência (verificada no quadrante IV), apesar de ser independente do tipo de agente em questão, é maior nos casos em que os agentes reportam um reduzido envolvimento nos processos de gestão (Figueiredo et al., 2022). O projeto ShareFOREST pretende precisamente contribuir para obviar esta realidade, através da promoção de metodologias participativas que permitam um maior envolvimento destes agentes, aproveitando aquele que parece constituir um capital de interesse relevante nos processos de tomada de decisão sobre o ordenamento, a gestão e a valorização das ML. O questionário enviado aos agentes solicitava ainda aos inquiridos que identificassem três entidades com as quais colaboravam, apontassem a frequência dos contactos e os principais benefícios que consideravam obter com essa cooperação.

Com base nas respostas obtidas foi elaborado um primeiro mapeamento dos agentes, das suas redes de colaboração e das sinergias estabelecidas, no âmbito da gestão e ordenamento das Matas do Litoral (Figura 4.2). Da sua análise foi possível concluir que os níveis de interação e colaboração entre os agentes é reduzido e que a entidade gestora responsável assume um evidente papel central nestas relações.

FIGURA 4.2. Rede de agentes que colaboram com outras entidades, na gestão e ordenamento das Matas do Litoral



Para além da validação destes resultados através do primeiro exercício participativo do projeto ShareFOREST (1º *Workshop*), que se descreve de seguida, foram ainda realizadas entrevistas a um conjunto de agentes com o intuito de, nomeadamente, validar as redes de colaboração existentes. Os 26 entrevistados foram selecionados de entre os respondentes ao 1º questionário e os participantes no 1º exercício participativo. Para essa seleção dos agentes foram usados critérios como: i) o facto de terem respondido estar disponíveis para continuar a colaborar com o projeto ShareFOREST; ii) manifestação de um elevado nível de interesse na gestão e ordenamento das Matas do Litoral; iii) a representatividade por tipo de agentes incluídos na amostra (OG, ONG, ESP e EP). Da análise dos resultados destas entrevistas foi ainda possível explorar até que ponto estes agentes colaboravam ou tinham participado em momentos colaborativos na gestão das Matas do Litoral e se consideravam importante fazê-lo e de que forma. Verificou-se que a maior parte dos agentes não colabora com outros agentes, excetuando – em alguns casos – com a entidade gestora, ainda que – e reforçando os resultados do questionário previamente aplicado – considere essa colaboração muito importante. Os resultados das entrevistas corroboram a descoincidência entre o interesse que estes agentes têm nos processos de gestão e ordenamento das Matas, mas a percepção da escassa influência que detém naqueles processos. A participação dos agentes entrevistados em dinâmicas associadas à gestão e ordenamento das Matas do Litoral tem sido pontual e reduzida. Na maior parte dos casos isto deve-se à ausência de momentos e espaços de participação promovidos pela entidade gestora.

Noutros casos, no entanto, a avaliação negativa dos resultados da participação (e.g. não consideração da sua opinião nas decisões finais) é considerada como fator de dissuasão para a participação futura. Em suma, depois de concretizadas as fases e etapas iniciais do projeto, referidas no início deste *Manual*, e depois de identificados os agentes e partes interessadas a envolver numa estratégia participativa para promover a codecisão na gestão e ordenamento das Matas do Litoral, foram desenvolvidas e implementadas metodologias participativas que se consubstanciaram em dois *Workshops* participativos, que a seguir se descrevem. Conforme referido no 2º ponto deste *Manual*, os *workshops* são extremamente comuns em processos de participação pública na gestão florestal, nomeadamente na Europa Mediterrânica. Independentemente do objetivo e do nível de envolvimento desejado para o processo participativo em questão, pela sua simplicidade de implementação e familiaridade, este é um dos métodos mais usados para envolver os cidadãos, pelo que foi também o escolhido no âmbito do projeto *ShareFOREST*. Ou seja, foram organizados dois *Workshops*, ainda que com propósitos e formatos distintos, para envolver os agentes com interesse e influência nas Matas do Litoral num exercício participativo relativo à gestão desse território.

1º WORKSHOP PARTICIPATIVO

Validação da rede de agentes, suas colaborações e percepções

Conforme se mencionou anteriormente, o principal objetivo do primeiro *Workshop* realizado no âmbito do projeto ShareFOREST foi a criação de um espaço de discussão sobre o papel e a relação entre os diferentes agentes com interesse e influência nas Matas do Litoral, no que se refere às estratégias de políticas de gestão e ordenamento das Matas do Litoral. Pretendia-se que este fosse o primeiro momento de interação entre os agentes ao longo do projeto, pois desde logo se previa a sua participação num outro *Workshop* posterior, bem como a sua colaboração com os responsáveis do projeto, através da realização de entrevistas. O primeiro *Workshop* ocorreu a 16 de fevereiro de 2023, na Escola Superior de Tecnologia e Gestão (ESTG) do Instituto Politécnico de Leiria (IPLeiria) e contou com a participação de mais de três dezenas de agentes, entre representantes de organizações governamentais, organizações não governamentais, empresas do setor privado, assim como de membros do conselho consultivo e elementos da equipa de investigação do projeto ShareFOREST.

O *Workshop* foi organizado em quatro momentos distintos (conforme Programa disponível no Anexo I). O primeiro consistiu na sessão de abertura onde, para além do acolhimento e boas vindas aos participantes se explicou brevemente o projeto ShareFOREST, principais objetivos, diferentes fases e alguns dos passos dados e resultados até ao momento.

Descreveram-se ainda os objetivos do *Workshop* (Figura 4.3) e a metodologia que iria ser usada para os atingir.

Seguiram-se os dois exercícios participativos desenhados para atingir os objetivos propostos e, por último, a sessão de encerramento. Nesta, foram apresentados alguns resultados preliminares dos trabalhos desenvolvidos no decorrer da sessão.

Estes resultados foram depois avaliados pelos participantes e partilhadas algumas considerações finais sobre a discussão tida. Por fim, referiram-se os desenvolvimentos futuros do projeto ShareFOREST e qual a colaboração que se esperaria dos participantes.

Cada um dos objetivos do *Workshop* foi descrito com detalhe na sessão de abertura, assim como os instrumentos de trabalho e a forma de participação dos agentes nos exercícios previstos. O 1º objetivo consistiu em mapear os agentes envolvidos na gestão e ordenamento das Matas do Litoral, usando para o efeito uma matriz de interesse e influência.

Relativamente à influência pediu-se aos participantes que a medissem pelas decisões, atividades e intervenções realizadas pela entidade/ empresa que representavam e o impacto que consideravam ter nas Matas do Litoral.

Para classificarem o interesse das suas entidades na gestão das Matas do Litoral, os participantes deveriam considerar os benefícios diretos e indiretos que obtinham deste território. Este exercício consistia no 1º momento participativo na sessão, mas era realizado de forma individual por cada participante, devendo ocupar no máximo 15 minutos (Figura 4.4).

FIGURA 4.3.
Objetivos do 1º Workshop participativo do projeto ShareFOREST

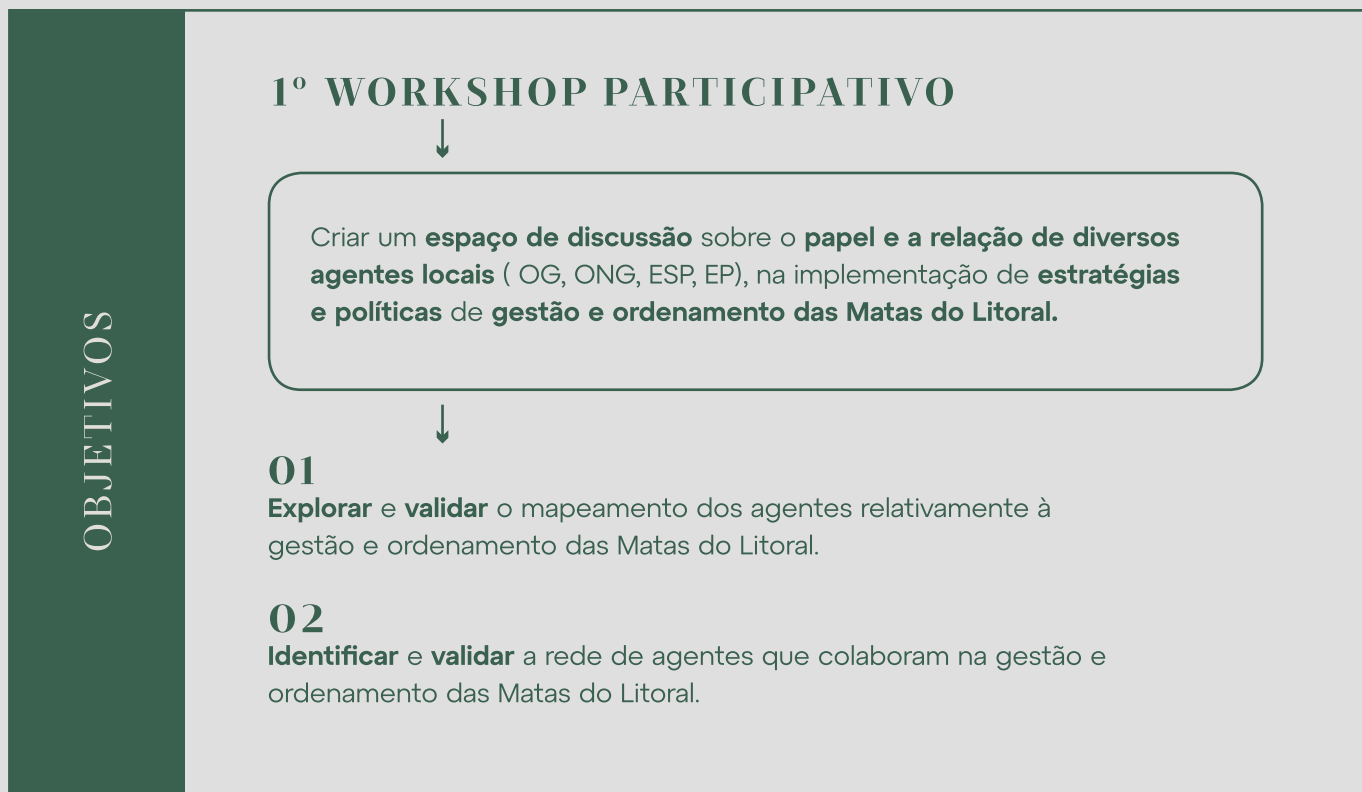
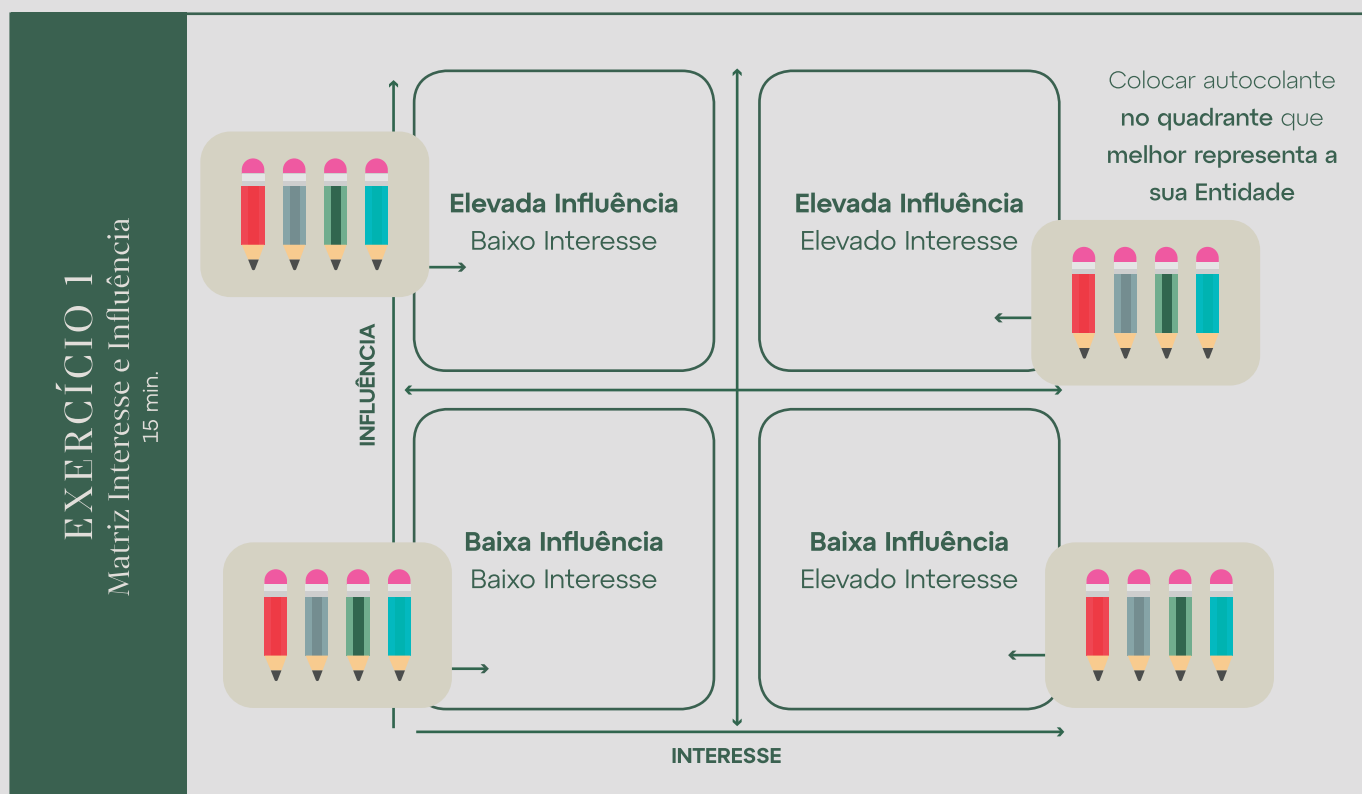
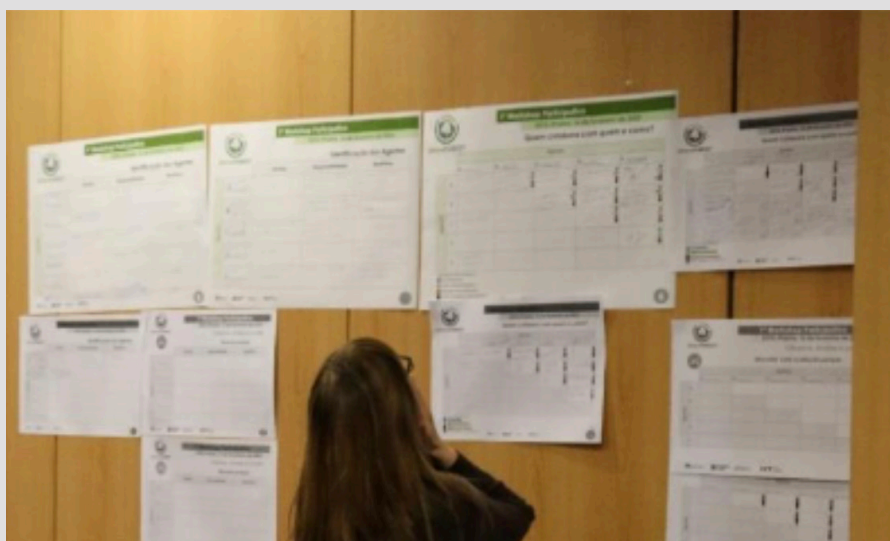


FIGURA 4.4.
Exercício 1 (explicação da matriz interesse / influência)



Depois de preenchida a matriz interesse / influência, os participantes deveriam então participar no 2º exercício colaborativo da sessão, que pretendia identificar as colaborações já existentes entre as entidades que atuam na área das Matas do Litoral, quais as entidades com Direitos, Responsabilidades e Benefícios na gestão e ordenamento das ML (Exercício 2.1 - Figura 4.5) e o nível de relacionamento existente entre elas (Exercício 2.2 – Figura 4.6).

Este era um exercício colaborativo, tendo os participantes sido divididos em 4 grupos para o efeito. Como resultado, os grupos deveriam construir uma matriz de relacionamento entre os agentes identificados que, no final, seria objeto de validação individual por parte de cada participante no *Workshop*¹⁶.

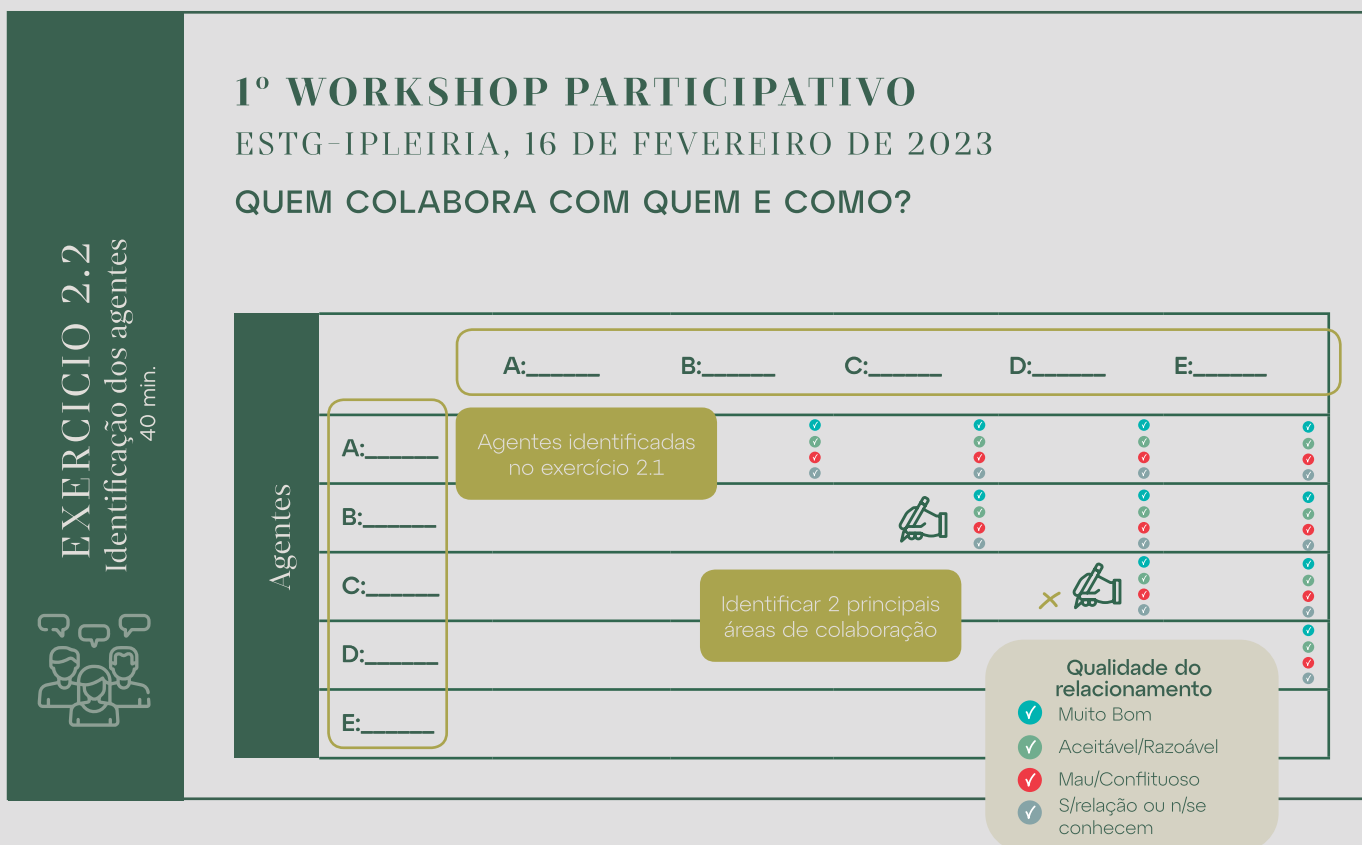


¹⁶ Os materiais usados pelos participantes em todas as fases e exercícios deste Workshop estão disponíveis no Anexo II

FIGURA 4.5.
Exercício 2.1 (identificação dos principais agentes envolvidos na gestão e ordenamento das Matas do Litoral)



FIGURA 4.6.
Exercício 2.2 (Matriz de relacionamento entre os agentes)



Com base na análise da informação recolhida no decorrer dos exercícios participativos realizados do 1º *Workshop*, foi possível confirmar algumas conclusões retiradas anteriormente, a partir das respostas obtidas ao 1º questionário enviado a estes agentes. Nomeadamente, do 1º exercício participativo da sessão, reiterou-se a discrepância entre os elevados níveis de interesse dos agentes relativamente à gestão e ordenamento das Matas do Litoral e os níveis de influência que consideram ter, com 82% dos participantes no *Workshop* a declararem que a entidade que representam tem uma baixa influência mas alto interesse nos processos de gestão e ordenamento das ML.

Do segundo exercício participativo do *Workshop* resulta a identificação destacada de três tipos de agentes, como sendo os principais no que respeita ao envolvimento na gestão e ordenamento das Matas do Litoral: o ICNF, os municípios e as empresas de exploração florestal e silvicultura.

O ICNF surge identificado como o agente com o maior número de direitos (sobretudo relacionados com o direito de propriedade) e de responsabilidades (principalmente as associadas à supervisão do processo de gestão e ordenamento das ML), fruindo de benefícios económicos e ambientais. O desenvolvimento desses processos fica, por sua vez, a cargo dos municípios, beneficiando, assim, do reconhecimento institucional associado. Por seu lado, as empresas de exploração florestal e silvicultura são identificadas como tendo sobretudo o direito de uso e exploração dos recursos naturais, usufruindo também de benefícios económicos e ambientais.

Relativamente à construção das redes de relações entre os agentes identificados, os resultados deste exercício destacam novamente a centralidade do ICNF e dos municípios, assim como a forte colaboração dos outros agentes com estas entidades, corroborando os resultados obtidos com o questionário lançado previamente no âmbito do ShareFOREST. A qualidade destas interrelações é avaliada maioritariamente como razoável/aceitável, sendo as relações avaliadas como más/conflituosas a exceção.

Em suma, dos exercícios participativos realizados pelos participantes no primeiro *Workshop*, bem como da partilha de reflexões efetuada no decorrer dos trabalhos e, em particular, no momento final, na sessão de encerramento, foi possível registar a existência de uma grande diversidade de interesses entre os agentes, no que respeita à gestão das Matas do Litoral. Tendo em conta que estas divergências podem gerar conflitos e dificuldades de comunicação, posteriormente refletidos nos processos de gestão e ordenamento das ML, a participação e envolvimento dos diferentes agentes em momentos semelhantes aos proporcionados neste *Workshop* poderá contribuir para a melhoria desses relacionamentos e para uma gestão mais eficiente das florestas.

PRINCIPAIS RESULTADOS DO 1º WORKSHOP DO PROJETO SHAREFOREST

- ✓ Discrepância entre os níveis de interesse (geralmente elevados) e os níveis de influência (frequentemente baixos) dos agentes relativamente à gestão e ordenamento das Matas do Litoral;
- ✓ ICNF, municípios e empresas de exploração florestal e silvicultura são identificados como os principais agentes envolvidos na gestão e ordenamento das Matas do Litoral;
- ✓ Fruindo de benefícios económicos e ambientais, o ICNF é o agente com o maior número de direitos (relacionados com o direito de propriedade) e de responsabilidades (como a supervisão do processo de gestão e ordenamento das ML);
- ✓ Às empresas de exploração florestal e silvicultura são atribuídos benefícios económicos e ambientais, decorrentes do direito de uso e exploração dos recursos naturais;
- ✓ ICNF e municípios como agentes centrais nas relações de colaboração identificadas;
- ✓ Relações entre agentes classificadas maioritariamente como razoáveis ou aceitáveis.

2º WORKSHOP PARTICIPATIVO

Reflexão e debate sobre a gestão das Matas do Litoral, usos e funções possíveis e desejáveis

O segundo *Workshop* Participativo organizado no âmbito do projeto ShareFOREST teve um objetivo bastante distinto do primeiro. Depois de validada a rede de relações e colaborações existentes entre os diferentes agentes com interesse e influência nas Matas do Litoral, e identificados alguns dos aspetos que os cidadãos consideravam mais relevantes para uma correta gestão destes territórios (através do questionário feito à população residente nas freguesias onde se localizam os territórios das Matas do Litoral), o segundo momento participativo do projeto pretendeu propiciar um espaço de debate e reflexão sobre dois aspetos, que corresponderam a dois momentos distintos do *Workshop*.

Em primeiro lugar, o objetivo foi criar um mapa mental dos diferentes participantes sobre uma gestão adequada das Matas do Litoral, identificando as componentes que consideram mais importantes e as relações que consideram existir entre elas. Em segundo lugar, refletir acerca dos usos e funções possíveis para estes territórios, sua visão para o futuro, tomando como exemplo duas zonas específicas das Matas do Litoral, as Lagoas da Saibreira e da Vela. Conforme se pode constatar através do programa do segundo *Workshop* (Anexo III), este exercício participativo foi organizado em quatro momentos: uma sessão de abertura e uma de encerramento e dois exercícios participativos distintos, para cada um dos objetivos referidos. Tal como no caso do primeiro *Workshop*, na sessão de abertura foram explicados com detalhe os objetivos da sessão e a forma como esta se iria organizar, como os participantes iriam trabalhar e com que instrumentos.

Antes ainda desta explicação, foi realizada uma breve apresentação dos trabalhos desenvolvidos até então no âmbito do projeto ShareFOREST, identificando-se os vários momentos em que os agentes estiveram envolvidos (e.g. questionário aos agentes, primeiro workshop, questionário aos residentes das freguesias com territórios integrados ou confinantes com as Matas do Litoral), e listados alguns dos artigos científicos já publicados com os resultados obtidos. Os dois exercícios usados para atingir os objetivos definidos para este segundo *Workshop* foram explicados em detalhe aos participantes na sessão de abertura, conforme se descreve de seguida.

OBJETIVOS DO 2º WORKSHOP DO PROJETO SHAREFOREST

Criar um espaço de reflexão e debate sobre:

- ✓ Aspetos importantes para uma gestão adequada das Matas do Litoral (Exercício 1 – Mapa Mental).
- ✓ Usos e funções possíveis e desejáveis para as Matas do Litoral, tomando como exemplo duas zonas específicas destas Matas (Exercício 2 – ShareFOREST Café)

EXERCÍCIO 1

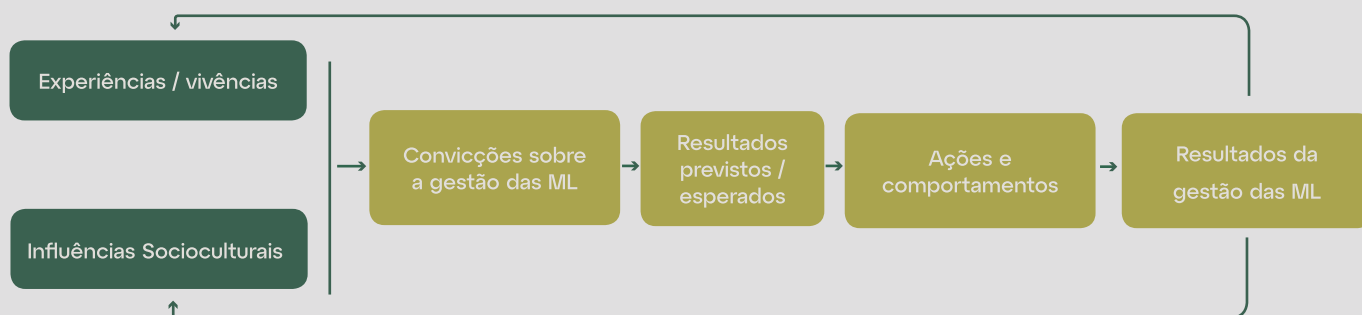
Construção de mapas mentais sobre a gestão das Matas do Litoral

O primeiro exercício participativo realizado no âmbito do segundo *Workshop* teve por objetivo representar as convicções dos agentes sobre a gestão das Matas do Litoral, através da criação do seu mapa mental. A representação das diferentes perspectivas e convicções dos diversos grupos de agentes acerca da gestão das Matas do Litoral, permite perceber a forma como diferentes compreensões acerca da dinâmica da gestão das Matas podem moldar as ações e comportamentos destes agentes, sobretudo em termos de decisões, práticas e comportamentos adotados nos territórios das Matas do Litoral. Efetivamente, os mapas mentais partilhados nas comunidades são essenciais, uma vez que as sociedades estruturam os seus ambientes e criam expectativas que fazem depois parte de uma sociedade organizada que, por sua vez, estabelece normas e leis que orientam a tomada de decisões (Halbrendt et al., 2014). A Figura 4.7 representa o quadro conceptual para compreender os fatores que influenciam a construção do conhecimento sobre a gestão das ML, os resultados

previstos com base no conhecimento partilhado, as ações e comportamentos adequados com base nesse conhecimento e os resultados da gestão das ML. Conforme fica visível, quer as experiências ou vivências locais relacionadas com o usufruto das Matas ou os impactos causados pelos incêndios, quer as influências de contextos, normas, valores, entre outros fatores (influências socioculturais), afetam as percepções e visões dos agentes sobre a qualidade da gestão das Matas, o que, por sua vez, influencia a sua percepção sobre os resultados expectáveis da mesma. Estes últimos, por seu turno, influenciam as ações e comportamentos efetivamente adotados pelos agentes, que impactam também nos resultados efetivos da gestão daqueles. Por fim, como é evidente, os próprios resultados da gestão das Matas influenciarão o contexto, vivências e experiências dos agentes nestes territórios, pelo que fica clara a importância da construção, pelos agentes, de mapas mentais sobre os processos e dimensões da gestão das ML.

FIGURA 4.7.
Quadro conceptual para representação do mapa mental sobre a gestão das ML

PORQUÊ UM MAPA MENTAL SOBRE A GESTÃO DAS MATAS LITORAIS?

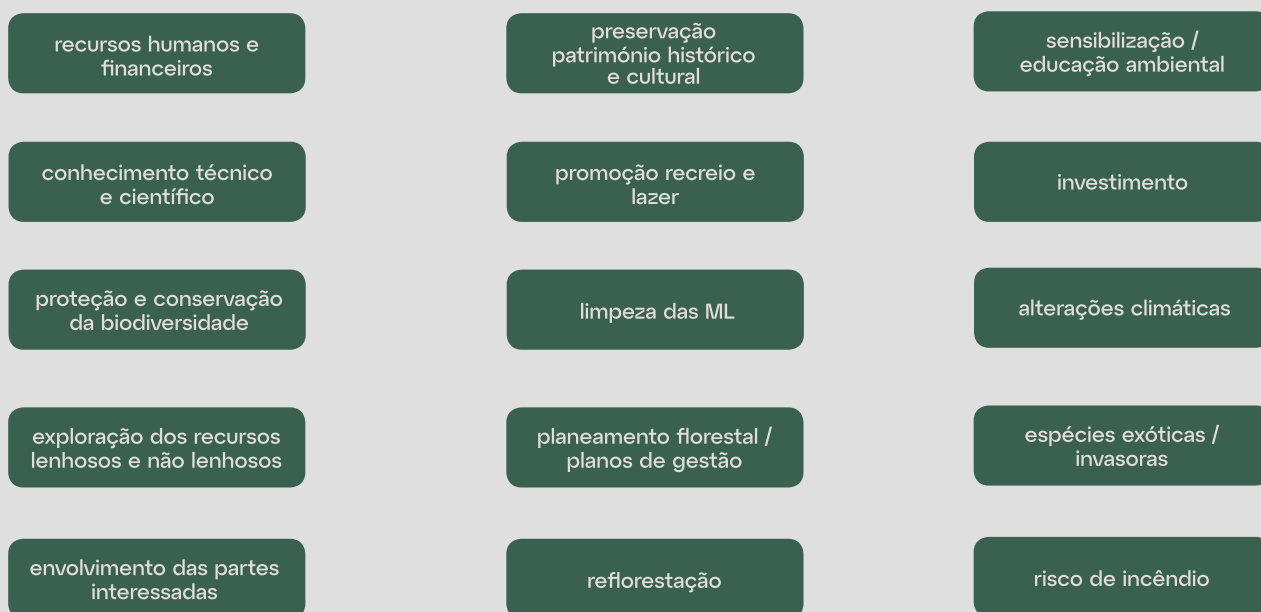


Fonte: Adaptado de Halbrendt et al., 2024

Depois de explicada aos participantes a importância da construção de um mapa mental, que permitisse representar as convicções dos agentes sobre a gestão das ML, foi apresentada a ferramenta a utilizar – o *software* de uso gratuito *Mentalmodeler*¹⁷ e o exercício proposto para o efeito. A primeira etapa deste exercício consistia na validação de uma lista de 15 componentes (Figura 4.8), previamente identificados com base nos questionários e entrevistas efetuados em fases anteriores do projeto, considerados relevantes para o sistema de gestão florestal das Matas Litorais. Os participantes foram informados que iriam ser organizados em grupos homogêneos (de acordo com a tipologia da entidade que representavam – OG, ONG, ESP ou EP), onde teriam de refletir e discutir acerca da validade dos componentes sugeridos, bem como sobre a necessidade de excluir, incluir ou reformular componentes.

Depois de acordada a lista que, em seu entender, compreendia os elementos mais importantes para uma gestão adequada das Matas do Litoral, os participantes foram ainda convidados a refletir sobre as conexões existentes entre aqueles elementos e sobre a força das relações identificadas. Apresentou-se um exemplo de um mapa mental (em nada relacionado com a gestão florestal, no sentido de evitar enviesamentos cognitivos) com diversas componentes e relações, para melhor compreensão da forma como estas poderiam ser representadas usando a ferramenta *Mentalmodeler*. Para a classificação da intensidade das relações, utilizou-se uma escala que variava entre 0 (nada relacionado) e 1 (totalmente relacionado), associando-se aos valores de referência 0.25 o significado de *relação pouco forte*, 0.50 para uma *relação razoável*, 0.75 correspondendo a uma *associação forte* e 1 para uma *relação muito forte*. Apesar destes valores de referência, os participantes eram livres de atribuir qualquer valor que entendessem mais adequado, na escala entre 0 e 1 para relações positivas, e entre 0 e -1 para relações negativas.

FIGURA 4.8.
Lista dos componentes considerados relevantes para o sistema de gestão florestal das Matas Litorais, apresentados para validação



¹⁷ <https://www.mentalmodeler.com>

IMPLEMENTAÇÃO E RESULTADOS DO 2º WORKSHOP PARTICIPATIVO

Ainda que com o mesmo programa de trabalhos, o 2º *Workshop* participativo realizou-se em duas sessões com datas e locais distintos, com o objetivo de facilitar a participação do maior número de agentes possível.

Assim, a primeira sessão decorreu no dia 19 de junho de 2024 na Escola Superior de Tecnologia e Gestão (ESTG) do Instituto Politécnico de Leiria e a segunda no dia 25 de junho de 2024 no Departamento de Ciências Sociais Políticas e Território (DCSPT) da Universidade de Aveiro, ambas com uma duração aproximada de 4 horas (ver Anexo III). Tal como no caso do primeiro *Workshop*, foram convidados a participar, através de email, os cerca de 240 agentes, representantes de Organizações Governamentais (OG), Organizações Não Governamentais (ONG), Empresas do Setor Público (EP) e Empresas do Setor Privado (ESP), constantes da nossa base de dados, assim como alguns dos residentes inquiridos na Tarefa 3 do projeto (ver ponto 1 deste *Manual*) que manifestaram interesse e disponibilidade em participar em atividades futuras. Tal como demonstrado na Tabela 4.1, as duas sessões contaram com a presença de 41 participantes, representando 21 entidades.

Para o 1º *exercício participativo*, a criação do mapa mental, foram criados tantos grupos quanto o tipo de agentes (OG, ONG e ESP) presentes nas sessões do *Workshop* de Leiria e de Aveiro. Em Leiria, uma vez que estavam presentes três representantes do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), entidade responsável pela gestão das Matas do Litoral, foi também criado o grupo específico apenas com os representantes desta entidade. No total das duas sessões foram criados sete grupos de trabalho. Cada um destes grupos contou com um elemento da equipa do projeto, que atuou como *facilitador*, no sentido de ajudar na utilização do *software MentalModeler* e auxiliar, quer na correta representação das decisões do grupo relativamente ao desenho do respetivo mapa mental, quer relativamente à ponderação dos valores atribuídos às relações identificadas entre as diversas dimensões.



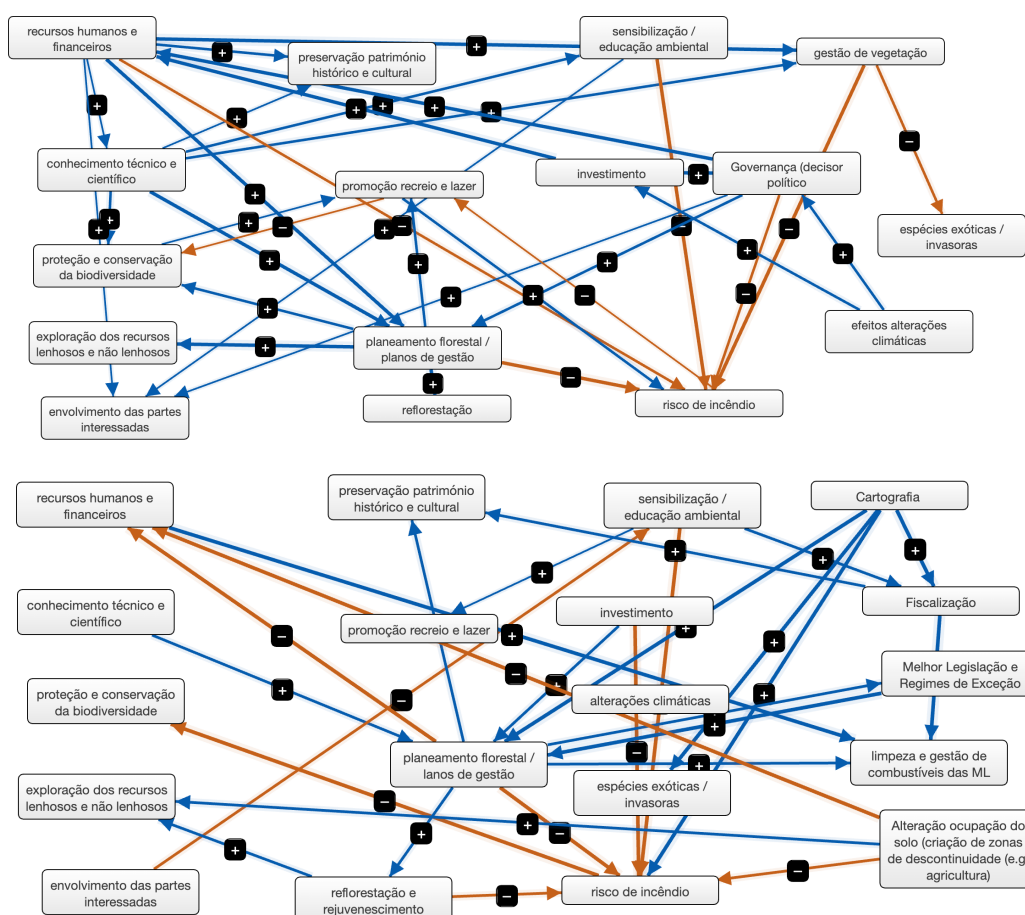
TABELA 4.1.
Participantes nas duas sessões do 2.º Workshop participativo do projeto ShareFOREST

Tipo de participante	N.º de participantes na sessão de 19/06/2024	N.º de participantes na sessão de 25/06/2024	N.º total de participantes no Workshop	N.º de entidades representadas
OG	7	7	14	9
ONG	6	2	8	7
ESP	1	1	2	1
Conselho Consultivo	2	0	2	2
Membros da equipa do projeto	7	8	15	2
Total	23	18	41	21

Com base nos resultados obtidos no primeiro exercício do *Workshop*, ou seja, a partir dos mapas mentais construídos pelos diferentes grupos de agentes, procurou-se identificar as principais diferenças e semelhanças existentes nas compreensões acerca da dinâmica da gestão das Matas do Litoral. Mais do que comparar os resultados entre as duas sessões, de Leiria e Aveiro, interessava perceber a existência de particularidades distintas entre os mapas mentais dos representantes dos diferentes tipos de entidades (ou seja, das OG, ONG, ESP) e da própria entidade gestora destes territórios. As Figuras seguintes (4.9, 4.10, 4.11 e 4.12) apresentam, respetivamente, os mapas mentais elaborados pelas OG, ONG, ESP e ICNF.

Como se pode verificar nos mapas mentais apresentados, os participantes em todos os grupos validaram a maior parte das 15 componentes/ dimensões de gestão inicialmente apresentadas. No entanto, em alguns dos grupos, os participantes entenderam alterar as designações de certas dimensões e/ ou incluírem novas componentes e excluírem outras. Por exemplo, a dimensão *limpeza das ML* foi renomeada quer pelas OG, quer pelas ONG, que consideraram mais adequadas as designações, respetivamente, de *gestão da vegetação* e *gestão de combustível*. A entidade gestora das Matas optou por excluir esta dimensão do seu mapa mental.

FIGURA 4.9. Resultados dos mapas mentais dos grupos de OG (1. Leiria e 2. Aveiro)



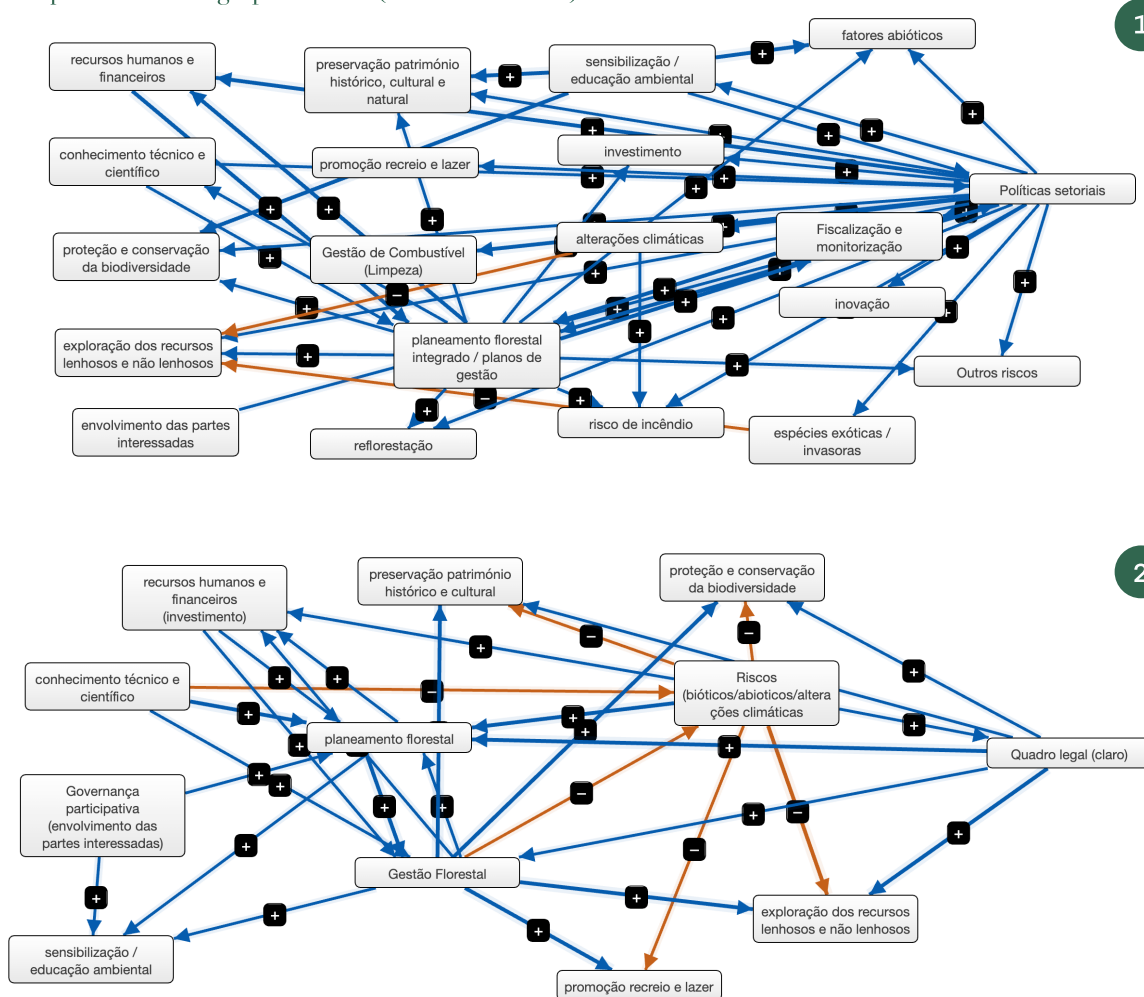
1

2

Por outro lado, a componente de *fiscalização* que não foi inicialmente proposta aos participantes, foi considerada uma dimensão essencial no âmbito de um sistema adequado de gestão das Matas, tanto pelas OG como pelas ONG, tendo sido, por isso, incluída nos seus mapas mentais.

Não surpreendentemente, a dimensão da governação associada às decisões políticas foi uma dimensão bastante saliente para as OG que a acrescentaram (particularmente na sessão de Leiria).

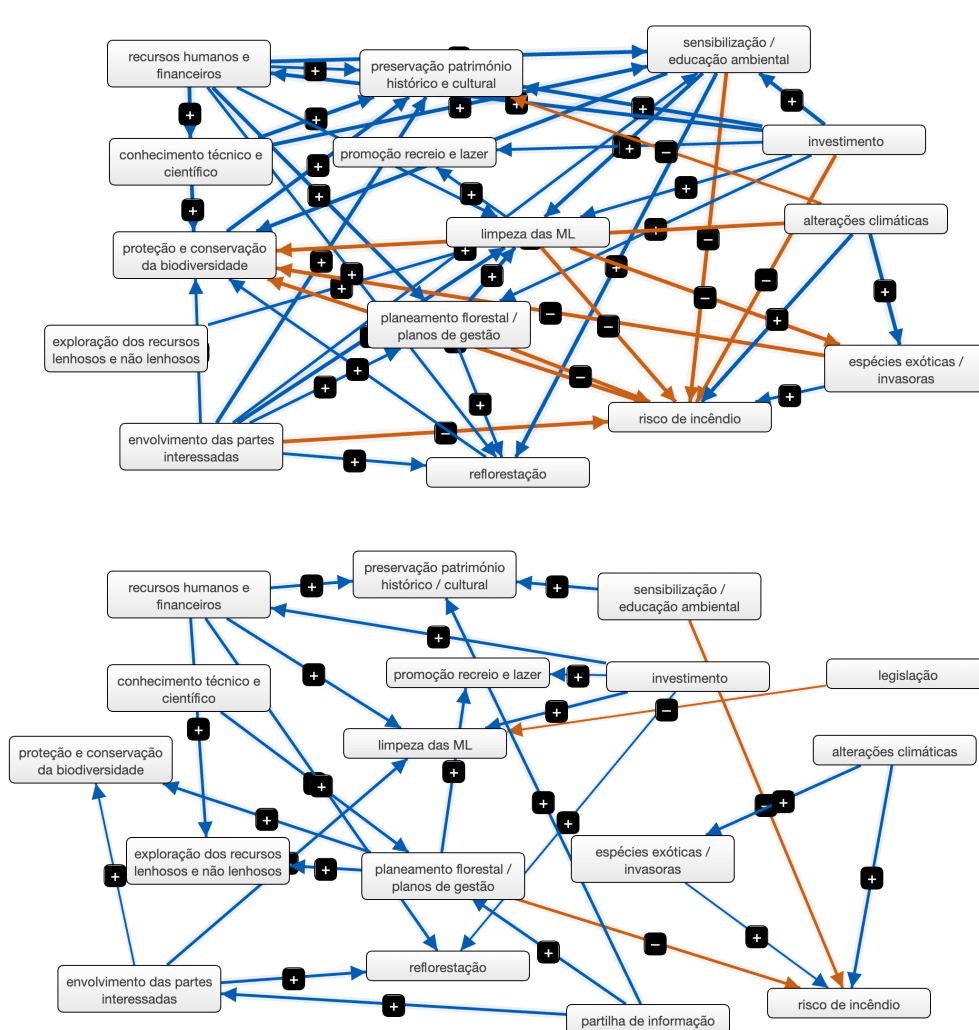
FIGURA 4.10. Resultados dos mapas mentais dos grupos de ONG (1. Leiria e 2. Aveiro)



De entre as componentes incluídas pelas ONG (em Leiria) destacam-se as *políticas setoriais*, que registou o maior valor para a métrica de centralidade do mapa mental deste grupo. Conjuntamente com o *planeamento florestal integrado / planos de gestão*, este tipo de entidades considerou que um enquadramento político robusto através de *políticas setoriais* é essencial para uma gestão sustentável das Matas do Litoral (Figura 4.10/ 1.).

Adicionalmente, e apesar das diferenças registadas, todos os grupos de agentes reconhecem o *planeamento florestal / planos de gestão* (ainda que, em alguns casos, utilizando outra designação) como um aspeto fulcral para o sucesso da gestão dos territórios em apreciação.

FIGURA 4.11. Resultados dos mapas mentais dos grupos das ESP (1. Leiria e 2. Aveiro)



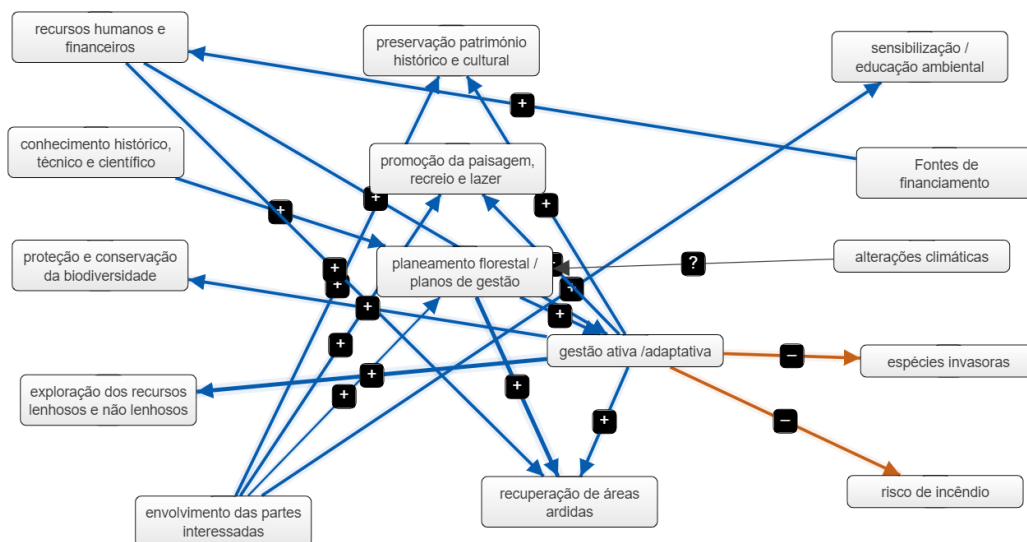
1

2

Da análise efetuada aos mapas mentais obtidos e aos valores das principais métricas disponíveis no *MentalModeler* – total de componentes, conexões, densidade, conexões por componente, número de componentes motores e índice de complexidade – é possível identificar alguns pontos comuns, mas também algumas diferenças importantes entre os diversos grupos de agentes, no que se refere ao entendimento acerca do modelo de gestão das Matas do Litoral, a partir do valor médio destes indicadores (média aritmética simples dos indicadores para cada tipo de agente que participou nas sessões de Leiria e de Aveiro).

Assim, em relação ao nº total de componentes do sistema não se observam diferenças significativas (OG com média de 17,5 e OG e ESP com média de 16) sendo, porém, a entidade gestora a que identifica o menor número de componentes consideradas essenciais a um adequado sistema de gestão das Matas, talvez pela sua posição privilegiada nesta matéria, tendo maior conhecimento sobre o modelo atual de gestão. Já no que concerne ao total de conexões entre as componentes, a variabilidade registada entre os diferentes tipos de agente é maior, com as ONG a estabelecerem em média 35 conexões, em oposição às 29.5 estabelecidas pelas OG ou às 27 identificadas pela entidade gestora.

FIGURA 4.12. Resultados do mapa mental da entidade gestora das ML (Leiria)¹⁸



¹⁸ Na sessão do Segundo Workshop participativo ocorrida em Aveiro, esteve presente um dos representantes do ICNF que também havia estado na sessão de Leiria, pelo que não fazia sentido a repetição do exercício.

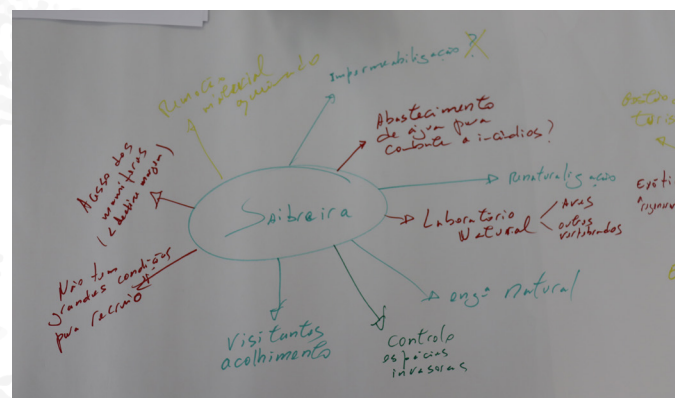
No que respeita ao número de componentes motores, ou seja, aqueles que exercem grande influência sobre o sistema e são pouco influenciados por outros, verifica-se também alguma dispersão nos valores médios registados. Assim, enquanto as ESP e a entidade gestora identificam 5 componentes motores, as OG apresentam uma média de 3 e as ONG apenas 1.5, o que indicia a perceção de menos componentes-chave no sistema para as ONG do que para os restantes grupos de agentes.

Quando comparados os mapas mentais dos diferentes tipos de agentes e, em particular, o seu índice de complexidade, observa-se uma variação significativa. As ONG apresentam o maior valor médio para este índice (6.75), seguidas das OG (3.1), da entidade gestora (1.2) e das ESP (0.83), indiciando visões extremamente distintas relativamente às interligações e interdependências do sistema por parte dos diferentes grupos de agentes. Esta métrica permite avaliar o nível de detalhe e interconexão percebidos pelos participantes acerca do sistema modelado, pelo que se pode concluir que as ONG presentes neste segundo *Workshop participativo* possuem um pensamento sistémico muito mais complexo acerca do que deve constituir uma gestão adequadas das Matas do Litoral, por comparação com os restantes grupos de agentes.

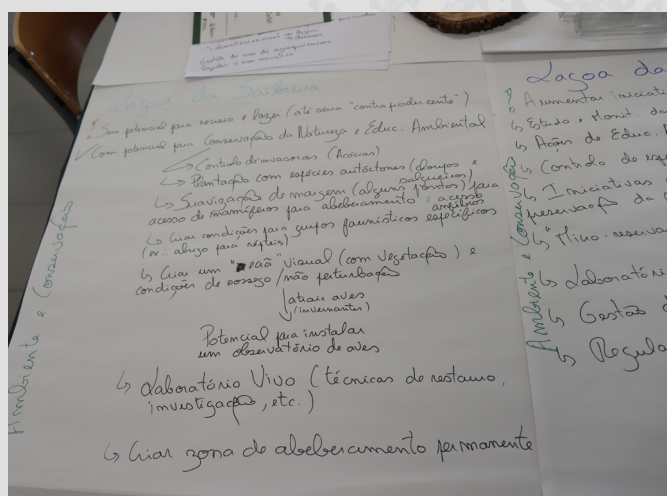
Em suma, este exercício relativamente simples, traduziu-se em resultados bastante ricos acerca do que deve ser, para cada um dos tipos de agentes considerados, uma gestão adequada dos territórios das Matas do Litoral, evidenciando igualmente potencialidades em termos da promoção do debate e negociação entre os agentes até à chegada a um consenso. Trata-se assim, de uma ferramenta que pode ser utilizada com vantagem em futuros exercícios participativos, podendo inclusive e desejavelmente ser adotada por parte da entidade gestora destes territórios para promover um maior envolvimento dos diversos agentes e cidadãos nos processos de tomada de decisão sobre a sua gestão e ordenamento.

Quanto aos resultados do segundo exercício realizado durante o *workshop* – o *ShareFOREST Café* – evidencia-se a importância atribuída à dimensão da conservação dos recursos naturais para a gestão futura das Lagoas da Saibreira e da Vela, tema transversal a todas as mesas do *Café* (ver Anexo VI com os contributos e conclusões de cada mesa temática).

As atividades discutidas e identificadas pelos agentes na *mesa Economia e Produção* foram diversas, para ambas as Lagoas. Especial relevância foi dada, sobretudo para a Lagoa da Saibreira, às atividades associadas ao recreio e lazer, incluindo propostas de visitas guiadas e organização de passeios. No entanto, foi igualmente reconhecido que – tratando-se de um ambiente frágil – estas atividades deveriam ser controladas de forma adequada. Já no que se refere concretamente à Lagoa da Vela, a discussão centrou-se justamente na necessidade de gerir o turismo, por exemplo através da imposição de regras tendentes a restringir/ condicionar o número de visitantes nesta área. Para além do turismo, na *mesa Economia e Produção* foi debatida também a atividade agrícola – designadamente no caso da Lagoa da Vela – no sentido de controlar os efluentes agrícolas que têm impactos importantes na eutrofização e acumulação de sedimentos nesta lagoa. Apontaram-se algumas soluções para este problema (e.g. a criação de barreiras de vegetação ripícola) e salientou-se também o desafio que a propriedade privada dos terrenos agrícolas circundantes à área da Lagoa coloca.



Como se referiu, o tema da conservação dos recursos naturais foi abordado também no âmbito da mesa *Economia e Produção*, salientando-se principalmente a importância de criar condições para que a Lagoa da Saibreira possa vir a constituir-se como um *laboratório natural* em que a preservação de espécies e de *habitats* diversos e o controlo das espécies invasoras assumiram especial relevância. No que se refere à Lagoa da Vela, foi também debatida a importância de realizar atividades respeitadoras da avifauna e da floresta, assim como o controlo de espécies invasoras. Na mesa *Ambiente e Conservação*, as questões anteriormente mencionadas ganharam, naturalmente, maior destaque em articulação com todas as outras temáticas. O desenvolvimento de uma estratégia que possibilite a captação de maiores apoios financeiros para a promoção do valor das espécies existentes nas duas lagoas, assim como de atividades de sensibilização da população, foram considerados elementos-chave, lembrando nesta discussão a importância de que ambas as lagoas possam constituir-se como *laboratórios naturais vivos*, mas abertos ao seu usufruto quer pelas populações locais, quer pelos seus visitantes.



Os agentes envolvidos neste segundo exercício consideraram que a conservação da natureza e as atividades de educação e sensibilização ambiental deveriam constituir as principais prioridades das intervenções de gestão e ordenamento na Lagoa da Saibreira. Neste sentido, os participantes identificaram como estratégias particularmente importantes: o controlo das invasoras, a plantação de espécies autóctones, a criação de condições (e.g. abrigos, abeberamento) para que mamíferos, anfíbios, reptéis possam permanecer neste território, a criação de condições de tranquilidade para aves invernantes e a criação de observatórios de aves. Quanto à Lagoa da Vela, os agentes debateram a importância de criar propostas para aumentar atividades de conservação dos recursos naturais, de educação e sensibilização ambiental, incluindo iniciativas de *team building* para a preservação da floresta.

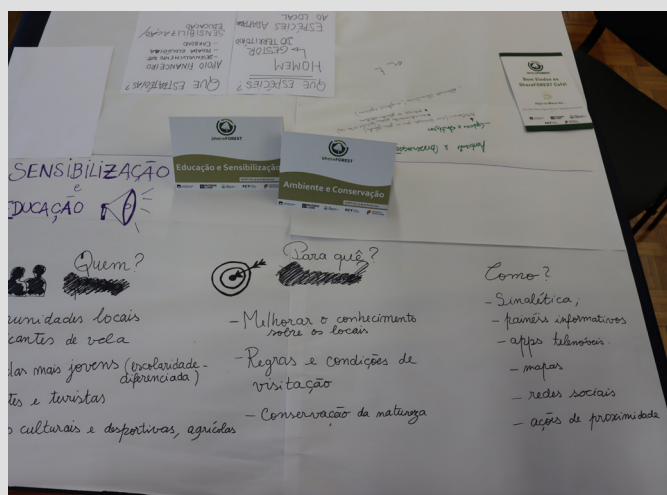
A *Educação e a Sensibilização* de diferentes públicos-alvo constituiu, precisamente, o tema tratado na terceira mesa do *ShareFOREST Café*. Ainda que o foco do debate nesta mesa tenham sido os jovens, também foram considerados públicos-alvo muito importantes as populações locais, os visitantes e as ONG. Uma estratégia proposta foi o desenvolvimento de atividades que permitam aumentar o conhecimento sobre as lagoas, os seus recursos e a importância de serem preservados, promovendo simultaneamente visitas guiadas a estas áreas. Outras ações de educação e sensibilização referidas como importantes foram atividades associadas à limpeza e campanhas de recolha de lixo e o combate ao vandalismo.

Concretamente para o caso da Lagoa da Saibreira, foram propostas visitas de estudo para observação das espécies existentes, assim como a criação de infraestruturas que tornem essa observação possível. No caso da Lagoa da Vela, foi novamente dado especial destaque a iniciativas de sensibilização direcionadas para os agricultores no sentido de promover uma agricultura mais conservadora, assim como a conservação das infraestruturas de lazer e observação de espécies já existentes.

Finalmente, na **mesa Modelo de Gestão**, o debate desenvolveu-se naturalmente em torno das prioridades de ordenamento e gestão de ambos os territórios. Comoreferido no âmbito das discussões ocorridas nas restantes três **mesas**, os participantes consideraram que em ambas as lagoas a preservação dos **habitats** e recursos deverá ser a prioridade. Considerou-se que na Lagoa da Saibreira, a gestão deve passar pelo controlo das invasoras, assim como pelo aumento da biodiversidade e a promoção do património natural. No caso da Lagoa da Vela, do debate nesta mesa resultou a consideração de que a gestão deste território deve focar-se na promoção dos espaços naturais, na sensibilização e educação das populações (especialmente dos mais jovens), no desenvolvimento de visitas e passeios lúdicos e na limitação de acessos.

Atividades como a referida pela OIKOS – a desenvolver na Lagoa da Saibreira – *Conservando Conversando* foram consideradas de extraordinária importância para a adequada gestão destes territórios.

À semelhança do primeiro exercício, também o segundo, recorrendo a materiais e atividades de fácil execução, demonstrou a importância do debate e discussão descontraídos, abertos e livres em torno de temáticas relevantes para a gestão e o ordenamento das Matas do Litoral. Efetivamente, as discussões ocorridas nas diferentes mesas – e transportadas entre mesas devido à rotação dos participantes – foram bastante vivas, participadas e frutíferas. Sendo um exercício de fácil e simples execução pode igualmente ser aplicado a outros contextos, territórios e temáticas, especialmente em questões que procurem envolver os agentes e cidadãos.





5

NOTAS FINAIS

Como referido no ponto introdutório, O *Manual de Metodologias Participativas: Um guia para o envolvimento dos agentes na gestão da floresta* reuniu a apresentação e a reflexão sobre alguns dos resultados do projeto *ShareFOREST*, muito particularmente daqueles que permitiram desenvolver uma abordagem metodológica para a promoção da participação dos agentes e cidadãos nos processos de tomada de decisão sobre o ordenamento e a gestão florestal, tendo como caso de estudo os territórios das Matas do Litoral. Este *Manual* descreve, assim, o processo através do qual foi possível desenhar e aplicar um conjunto de metodologias e ferramentas participativas com o objetivo principal de contribuir para a promoção de uma cultura de participação relativamente à gestão das florestas em Portugal. Foram também objetivos das atividades desenvolvidas contribuir para a tomada de decisões de forma mais inclusiva e legitimada e, assim, reforçar igualmente a relação dos cidadãos e entidades com as florestas em geral, e com as Matas do Litoral em particular, visando a maior valorização social destes territórios, tendente não apenas a promover os recursos e oportunidades que os mesmos apresentam, mas também a minimizar os seus problemas, designadamente os incêndios florestais.

Conforme descrito na primeira parte do presente *Manual*, foi realizado um conjunto de atividades que permitiu não só identificar os agentes interessados, como conhecer as suas perceções sobre as Matas do Litoral em termos de oportunidades e desafios, as suas expectativas, as redes de colaboração e sinergias criadas com outros agentes e entidades, bem como as suas visões sobre o modelo de gestão e ordenamento atual e a importância do seu envolvimento nestes processos. Na mesma linha, foram desenvolvidas atividades que permitiram conhecer as perceções das populações locais e o modo como as mesmas representam as Matas do Litoral, as suas funções e usos, os acontecimentos de outubro de 2017 e as suas consequências, bem como o seu interesse e disponibilidade para participar nas decisões sobre estes territórios.

Simultaneamente, recolheram-se de forma sistemática e sustentada contributos científicos para produzir conhecimento sobre metodologias e ferramentas participativas.

Todas estas tarefas e atividades foram fundamentais para a reflexão e posterior seleção dos procedimentos mais adequados para o desenvolvimento de uma estratégia participativa, capaz de mobilizar e envolver agentes, entidades e cidadãos, bem como da estrutura a adotar, das ferramentas a utilizar e dos recursos necessários. Como se depreenderá da leitura deste *Manual*, optou-se pela utilização de procedimentos, estruturas, ferramentas relativamente simples e fáceis de implementar e de captar a atenção e interesse dos participantes, bem como pouco exigentes em termos de recursos (especialmente financeiros). Esta decisão revelou-se eficaz e frutífera, quer em termos da mobilização da atenção e interesse dos participantes, quer em termos do desenvolvimento dos processos participativos, quer ainda em termos dos seus resultados.

Tal como apresentado no ponto 4 do *Manual*, foram realizados ao longo do projeto dois grandes momentos participativos (um deles realizado em duas sessões) que, tomados em conjunto, tiveram a capacidade de envolver mais de 70 participantes, entre diversas Organizações Governamentais (e.g. entidade gestora das Matas do Litoral, Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, agentes de proteção civil), várias Organizações Não Governamentais (e.g. associações culturais, associações de defesa do ambiente, associações recreativas e desportivas) e diferentes Empresas do Setor Privado (e.g., empresas associadas à produção de energia, empresas relacionadas com a produção de madeira, empresas de prestação de serviços florestais diversos), para além de, naturalmente, os elementos da equipa do projeto *ShareFOREST* e os membros do seu Conselho Consultivo.



A relativamente alargada adesão dos agentes e entidades nas sessões participativas organizadas é reveladora do grande interesse nos processos de gestão e ordenamento das Matas do Litoral e da vontade e disponibilidade para uma maior participação e envolvimento nestes processos que, até ao momento, não tem encontrado resposta adequada por parte dos sucessivos governos e da entidade gestora. Tal situação contraria o que foi amplamente debatido e recomendado, após os incêndios de outubro de 2017, acerca da definição e implementação de um modelo efetivo e eficaz de participação para a gestão das florestas públicas nacionais (e.g. no *Programa de Recuperação das Matas do Litoral*). Os resultados dos exercícios realizados, assim como os debates e processos de negociação e criação de consensos que alguns deles exigiram, demonstraram a sua utilidade e simultaneamente as virtualidades da sua eventual colocação em prática não apenas no caso das tomadas de decisão associadas ao ordenamento e gestão dos territórios das Matas do Litoral, mas também, necessariamente com algumas adaptações, noutros contextos florestais públicos e privados.

A simplicidade e adaptabilidade dos procedimentos e ferramentas utilizadas (como descrito anteriormente) permitem a sua replicabilidade de forma relativamente fácil e acessível, sendo este um contributo importante – cremos – do presente *Manual*. A implementação dos procedimentos participativos descritos permitiram-nos aceder a informações, conhecimentos, visões, perceções, interesses e expetativas que, ainda que diversificados e com valor per se, podem ser – como demonstrado por alguns dos exercícios realizados – conciliados com vantagem. Por esta razão, consideramos que estas estratégias e instrumentos possam interessar e ser utilizadas por um leque abrangente de entidades e agentes, desde decisores políticos a gestores técnicos, de académicos até associações de desenvolvimento local e de defesa do ambiente, entre outros.

Apesar das suas virtualidades, a realização dos exercícios participativos que descrevemos neste *Manual* encerrou também algumas limitações. A principal limitação relaciona-se com o tempo necessário para o desenvolvimento dos exercícios e para o debate em torno das questões em análise. Esta questão foi especialmente saliente (ainda que não exclusivamente) no caso da elaboração dos mapas mentais, não apenas para enriquecer o debate ocorrido entre os agentes do mesmo tipo, como para cruzar os resultados desse debate com os de agentes de tipos diferentes, como ainda para conduzir o exercício até ao passo seguinte: a construção e debate sobre possíveis cenários e modelos para a adequada gestão das Matas do Litoral. Sendo uma das principais lições retiradas destes exercícios, recomenda-se que nas suas aplicações futuras, o tempo seja considerado como um fator relevante para o sucesso global deste tipo de estratégias participativas.

Efetivamente, a participação e envolvimento de agentes e cidadãos é um processo longo cuja duração desejável não é frequentemente compatível quer com o tempo mais reduzido dos projetos de investigação – como o ShareFOREST – quer com o tempo político, das decisões e desenho de estratégias. Esta circunstância associa-se igualmente a outra limitação importante das metodologias que adoptadas: a escassa oportunidade de acompanhar e monitorizar os resultados obtidos.

Ainda em termos de limitações e *lições aprendidas* a partir da experiência construída no âmbito do projeto ShareFOREST, quanto aos processos de participação e envolvimento do público, deve salientar-se a necessidade de encontrar formas de mobilização eficazes que permitam reunir um maior e mais diversificado conjunto de participantes, no sentido de enriquecer os debates e, sobretudo, de aceder a uma também maior diversidade de perceções, experiências, interesses, necessidades, conhecimentos e expectativas a integrar nos processos participativos, especialmente em contextos de elevada complexidade, como é o caso da gestão florestal. Finalmente, reiteramos o facto de este *Manual* não pretender apresentar de forma exaustiva e rígida os procedimentos e ferramentas participativos usados no âmbito do projeto ShareFOREST mas antes ilustrar como se podem envolver os agentes e cidadãos através de um conjunto de estratégias e instrumentos flexíveis e adaptáveis. Sobretudo, com a partilha destes exemplos, pretende-se contribuir para motivar outros atores e entidades a promover uma maior participação pública e uma cidadania mais ativa. Isto é particularmente importante para a própria entidade gestora das Matas do Litoral e para a implementação futura de estratégias para a efetiva valorização das florestas públicas em Portugal.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abrantes, J.C.A., 2007. Análise de Risco Ecológico na Lagoa da Vela. Departamento de Biologia, Universidade de Aveiro, Doutoramento em Biologia.
- Acosta, M., e Corral, S., 2015. Participatory multicriteria assessment of forest planning policies in conflicting situations: The case of Tenerife. *Forests* 6(11): 3946–3969. <https://doi.org/10.3390/f6113946>.
- Brescancin, F., Dobšinská, Z., Meo, I., Šálka, J., e Paletto, A. 2018. Analysis of stakeholders' involvement in the implementation of the Natura 2000 network in Slovakia. *Forest Policy and Economics* 89: 22–30. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.forpol.2017.03.013>
- Bruña-García, X., e Marey-Pérez, M.F. 2018. The challenge of diffusion in forest plans: A methodological proposal and case study. *Forests* 9(5). <https://doi.org/10.3390/f9050240>
- Cabral, P., Campos, F.S., David, J., e Caser, U. 2021. Disentangling ecosystem services perception by stakeholders: An integrative assessment based on land cover. *Ecological Indicators* 126. <https://doi.org/10.1016/j.ecolind.2021.107660>.
- Câmara Municipal da Figueira da Foz (CMFF), 2018. Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios 2019-2018 – Caderno I.
- Câmara Municipal da Marinha Grande – Divisão de Ordenamento, Planeamento e Projetos, 2012. Relatório Fundamentado de Avaliação da Execução do PDM da Marinha Grande, Revisão do *Plano Diretor Municipal da Marinha Grande*.
- Ciccarino, I., Fernandes, E., 2023. A bibliometric review of stakeholders' participation in sustainable forest management. *Canadian Journal of Forest Research*. <https://doi.org/10.1139/cjfr-2022-0329>.
- Comissão Regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (CRGIFR). 2022. Programa Regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais Centro.
- Conselho Económico e Social. 2017. Economia da Floresta e Ordenamento do Território. Lisboa, CES.
- Fernandes, M.E., Ferreira, C., e Figueiredo, E. 2024. Participatory methods and approaches in the management of Mediterranean forests: a systematic literature review. *International Forestry Review* 26(2): 177-197.
- Fernandes, M.E., Oliveira, M., Fidalgo, B., Torres, F., Gonçalves, H., Carvalho, P.O., Valente, S., Colaço, C., Marchante, E., Marchante, H., Skulska, I., Águas, A., Santos, O. 2018. Programa de Recuperação das Matas Litorais - Participação pública e sensibilização.
- Ferreira, C., Fernandes, M.E., Figueiredo, E., 2024. Unveiling the Centrality of Knowledge in Stakeholder Involvement Strategies Regarding Public Forest Management. *Forests*, 15(8), 1471. <https://doi.org/10.3390/f15081471>.
- Ferreira, C., Pinto, L.C., Valente, M., 2024. Forest fire causes and prevention strategies in Portugal: Insights from stakeholder focus groups. *Forest Policy and Economics*, 169, 103-330. <https://doi.org/10.1016/j.forpol.2024.103330>.
- Figueiredo, E., Ribeiro, C. & Fernandes M.E., 2024. “Not Even Hell Must Look like This”—Print Media Narratives about the October 2017 Wildfires in Portuguese Public-Managed Forests. *Fire*, 7(7):236. <https://doi.org/10.3390/fire7070236>.
- Figueiredo, E., Ribeiro, C., Ferreira, C., Fernandes, E., 2022. Quem colabora na gestão das Matas do Litoral? Uma análise exploratória da rede de agentes. *Silva Lusitana*, 30(2): 57-85. <https://doi.org/10.1051/silu/20223002057>.
- Focacci, M., Ferretti, F., Meo, I., Paletto, A., and Costantini, G. 2017. Integrating stakeholders' preferences in participatory forest planning: a pairwise comparison approach from Southern Italy. *International Forestry Review* 19(4): 413–422.
- Freitas, F. e Mendes, J.M. 2018. Disaster, reconstruction, and data for social good: The case of wildfires in Portugal. *International Journal of Disaster Resilience in the Built Environment*, 10, 239–247.
- Germano, M. A. (2004). Regime florestal - Um século de existência. Lisboa, Direcção-Geral dos Recursos Florestais.
- Gonçalves, C., Honrado, J.P., Cerejeira, J., Sousa, R., Fernandes, P.M., Vaz, A.S., Alves, M., Araújo, M., Carvalho-Santos, C., Fonseca, A., Fraga, H., Gonçalves, J.F., Lomba, A., Pinto, E., Vicente, J.R., e Santos J.A. 2022. On the development of a regional climate change adaptation plan: Integrating model-assisted projections and stakeholders' perceptions. *Science of the Total Environment* 805. <https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2021.150320>.

- Halbrendt, J., Gray, S., Crow, S., Radovich, T., Kimura, A., Tamang, B. 2014. Differences in farmer and expert beliefs and the perceived impacts of conservation agriculture. *Global Environmental Change*, 28, 50-62. <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2014.05.001>.
- Higgs, G., Berry, R., Kidner, D., e Langford, M. 2008. Using IT approaches to promote public participation in renewable energy planning: Prospects and challenges. *Land Use Policy* 25(4): 596–607. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2007.12.001>.
- Huitema, D., Adger, W.N., Berkhout, F., Massey, E., Mazmanian, D., Munaretto, S., Plummer, R. e Termeer, C.C.J.A.M., 2016. The governance of adaptation: Choices, reasons, and effects. Introduction to the special feature. *Ecology and Society*, 21(3): 37.
- ICNF. 2024. *Plano de Gestão Florestal – Mata Nacional das Dunas de Quiaios 2020-2038 (Versão Consulta Pública)*.
- ICNF. 2022. *Relatório da consulta Pública do Plano de Gestão Florestal – Mata Nacional de Leiria*.
- ICNF. 2022a. *Plano de Gestão Florestal – Mata Nacional de Leiria 2019-2038*.
- ICNF. 2021. Perfil Florestal. <https://www.icnf.pt/api/file/doc/1f924a3c0e4f7372>.
- ICNF. 2019. *Revisão dos Programas Regionais de Ordenamento Florestal – Relatório de Ponderação da discussão Pública*.
- Jones N., Filhos, E., Fates, E., e Dimitrakopoulos, P.G. 2015. Exploring perceptions on participatory management of NATURA 2000 forest sites in Greece. *Forest Policy and Economics* 56: 1–8. <https://doi.org/10.1016/j.forpol.2015.03.010>.
- Lilli, M.A., Nerantzaki, S.D., Riziotis, C., Kotronakis, M., Efstathiou, D., Kontakos, D., Lymberakis, P., Avramakis, M., Tsakirakis, A., Protoparadakis, K., e Nikolaidis, N.P. 2020. Vision-based decision-making methodology for riparian forest restoration and flood protection using nature-based solutions. *Sustainability (Switzerland)* 12(8). <https://doi.org/10.3390/SU12083305>.
- Lima, T.L.F., 2022. *Restauro Ecológico de uma lagoa originada numa antiga pedreira: um caso de estudo*. Instituto Superior de Agronomia, Universidade Nova de Lisboa, Mestrado em Engenharia Florestal e dos Recursos Naturais.
- Luyet, V., Schlaepfer, R., Parlange, M.B., e Buttler, A. 2012. A framework to implement Stakeholder participation in environmental projects. *Journal of Environmental Management* 111: 213–219. <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2012.06.026>.
- Marques, M., Oliveira, M., e Borges, J.G. 2020a. An approach to assess actors' preferences and social learning to enhance participatory forest management planning. *Trees, Forests and People* 2. <https://doi.org/10.1016/j.tfp.2020.100026> .
- Marques, S., Bushenkov, V.A., Lotov, A.V., Marto, M., and Borges, J.G. 2020b. Bi-Level Participatory Forest Management Planning Supported by Pareto Frontier Visualization. *Forest Science* 66(4): 490–500. <https://doi.org/10.1093/forsci/fxz014>.
- Marta-Costa, A., Torres-Manso, F., Pinto, R., Tibério, L., Carneiro, I., 2016. Stakeholders' perception of forest management: a Portuguese mountain case study. *Forest Systems*, 25 e052. <http://dx.doi.org/10.5424/fs/2016251-08122>.
- Meo, I., Ferretti, F., Frattegiani, M., Lora, C., e Paletto, A. 2013. Public participation GIS to support a bottom up approach in forest landscape planning. *IForest* 6(6): 347–352. <https://doi.org/10.3832/ifor0917-006>.
- Município da Marinha Grande – Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (MMG–CMDFCI), 2015. *Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios 2015-2019 (2.ª versão)*.
- Partidário, M., Saad, G., Monteiro, M.B., Dias, J., Martins R., Ramos, I.L., Ribeiro, H., Teixeira, M., Freitas, , M. DE B. C., e Antunes, C. 2022. Using Participatory Mapping to Foster Community-Based Disaster Risk Reduction in Forest Fire-Prone Areas: The Case of Monchique in Portugal. *Fire* 5(5). <https://doi.org/10.3390/fire5050146>.
- Pulido, F., Corbacho, J., Bertomeu, M., Gómez, Á., Guiomar, N., Juárez, E., Lucas, B., Moreno, G., Navalpotro, J., e Palamo, G. 2023. Fire-Smart Territories: a proof of concept based on Mosaico approach. *Landscape Ecology* 38: 3353–3370. <https://doi.org/10.1007/s10980-023-01618-w>
- Reed, M.S., Graves, A., Dandy, N., Posthumus, H., Hubacek, K., Morris, J., Prell, C., Quinn, C.H. e Stringer, L.C. 2009. Who's in and why? A typology of stakeholder analysis methods for natural resource management. *Journal of Environmental Management* 90(5): 1933–1949. <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2009.01.001>.
- Sousa Xavier, A.M., Costa Freitas, M. DE B., e De Sousa Fragoso, R.M. 2015. Management of Mediterranean forests – A compromise programming approach considering different stakeholders and different objectives. *Forest Policy and Economics* 57: 38–46. <https://doi.org/10.1016/j.forpol.2015.03.012>.

Tomé, M., 2018. Programa de Recuperação das Matas do Litorais – Sumário Executivo, Comissão Científica do Programa de Recuperação das Matas Litorais.

Valente, S., Coelho, C., Ribeiro, C. e Marsh, G. 2015a. Sustainable Forest Management in Portugal: Transition from Global Policies to Local Participatory Strategies. *International Forestry Review*, 17(3): 368-383.

Valente, S., Coelho, C., Ribeiro, C., Liniger, H., Schwilch, G., Figueiredo, E. e Bachmann, F., 2015b. How much management is enough? Stakeholder views on forest management in fire-prone areas in central Portugal. *Forest Policy and Economics*, 53: 1-11.

Viegas, D.X. 2018. Wildfires in Portugal. *Fire Research*, 2, 1. <https://doi.org/10.4081/fire.2018.52>.

Vizinho, A., Avelar, D., Fonseca, A.L., Carvalho, S., Sucena-Paiva, L., Pinho, P., Nunes, A., Branquinho, C., Vasconcelos, A.C., Santos, F.D., Roxo, M.J., e Penha-Lopes, G. 2021. Framing the application of Adaptation Pathways for agroforestry in Mediterranean drylands. *Land Use Policy* 104. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2021.105348>



NOTAS BIOGRÁFICAS DO AUTORES



CARLA FERREIRA

carla.c.ferreira@ipleiria.pt

Engenheira Biológica, Mestre em Economia Industrial e de Empresa, Doutorada em Desenvolvimento Sociedades e Territórios. Investigadora no CETRAD- Centro de Estudos Transdisciplinares de Desenvolvimento, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Bolseira de Pós-Doutoramento no projeto *ShareForest- Sharing decisions in forests – participatory methodology for public and stakeholder engagement in the - protection and valorisation of forests in Portugal*. Participou em diferentes projetos de investigação. Autora de várias publicações (livros, capítulos de livros e artigos em atas de conferências) a nível nacional e internacional.

<https://orcid.org/0000-0002-3927-0468>



CARLOS GONÇALVES

carlos.goncalves@uevora.pt

Geógrafo. Doutorado em Geografia Humana, Planeamento Regional e Urbano pelo Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa. Professor Auxiliar na Escola de Ciência e Tecnologia da Universidade de Évora. Investigador Integrado no Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (polo de Évora). Participou em mais de uma dezena de projetos de investigação, colaborou em cerca de quatro dezenas de relatórios técnico-científicos (resultantes de projetos de transferência de conhecimentos para a sociedade), publicou cerca de quatro dezenas de artigos em revistas e em atas de conferências, 15 capítulos e 3 livros.

<https://orcid.org/0000-0002-8571-1287>



CRISTINA RIBEIRO

cristinaribeiro@ua.pt

Doutorada em Ciências e Engenharia do Ambiente. Investigadora Contratada no Departamento de Ambiente e Ordenamento e investigadora do CESAM - Centro de Estudos do Ambiente e do Mar, Universidade de Aveiro. É investigadora do projeto *ShareFOREST - Sharing decisions in forests – participatory methodology for public and stakeholder engagement in the - protection and valorisation of forests in Portugal*, financiado pela FCT. Tem 10 artigos científicos publicados e várias outras publicações (livro, capítulos de livro e artigos em atas de conferências) a nível nacional e internacional.

<https://orcid.org/0000-0001-5482-3510>



EDUARDA FERNANDES

eduarda.fernandes@ipleiria.pt

Doutorada em Economia, pela Universidade do Minho. Professora Adjunta da ESTG e membro integrado do CARME - Centro de Investigação Aplicada em Gestão e Economia do Politécnico de Leiria, e Presidente da Startup Leiria. É atualmente investigadora Co-Responsável pelo projeto ShareFOREST - *Sharing decisions in forests – participatory methodology for public and stakeholder engagement in the - protection and valorisation of forests in Portugal* e investigadora no Projeto financiado pela Agenda Mobilizadora do PRR "Embalagem do Futuro - Embalagem do Futuro + ECOLÓGICA + DIGITAL+ INCLUSIVA", tendo concluído recentemente a sua participação nos projetos em co-promoção: ReinovaSi - Re-industrialização do setor agroalimentar – Sustentabilidade e Inovação (POCTEP- Interreg), ORchestra - *add value to ORCHards through the full valorisation of macRoalgAe* (FCT e FEDER) e *KnowledgeCircle* (PT2020). Tem publicados vários artigos científicos e outras publicações (capítulos de livros e artigos em atas de conferências) a nível nacional e internacional.

<https://orcid.org/0000-0001-6584-0412>



ELISABETE FIGUEIREDO

elisa@ua.pt

Socióloga. Doutorada em Ciências Aplicadas ao Ambiente pela Universidade de Aveiro. Professora Associada com Agregação no Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território e membro integrado do GOVCOPP – Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas, Universidade de Aveiro. É atualmente Investigadora Responsável do projeto ShareFOREST - *Sharing decisions in forests – participatory methodology for public and stakeholder engagement in the - protection and valorisation of forests in Portugal* e Co-Investigadora Responsável do projeto ALICE – *Air polLutlon: a stressor for Environmental justice, ambos financiados pela FCT*. Coordenou ou foi membro da equipa de Investigação de mais de duas dezenas de Projetos científicos financiados por fundos da Comissão Europeia e da FCT. Tem publicados mais de cinco dezenas de artigos científicos e mais de duas centenas de outras publicações (livros, capítulos de livros e artigos em atas de conferências) a nível nacional e internacional.

<https://orcid.org/0000-0001-7170-3369>



ANEXOS

ANEXO I - PROGRAMA DO 1º WORKSHOP PARTICIPATIVO DO PROJETO SHAREFOREST

PROGRAMA	
14:00 h	RECEÇÃO
14:10 h	SESSÃO DE ABERTURA
14:30 h	EXERCÍCIO 1. Matriz Interesse e Influência
	EXERCÍCIO 2. Construção de colaborações
14:45 h	<u>Exercício 2.1.</u> Identificação dos agentes
15:30 h	<u>Coffee-Break</u> <u>Exercício 2.2.</u> Quem colabora com quem e como?
16:35h	DISCUSSÃO / CONTRIBUTOS ADICIONAIS
16:50 h	SESSÃO DE ENCERRAMENTO

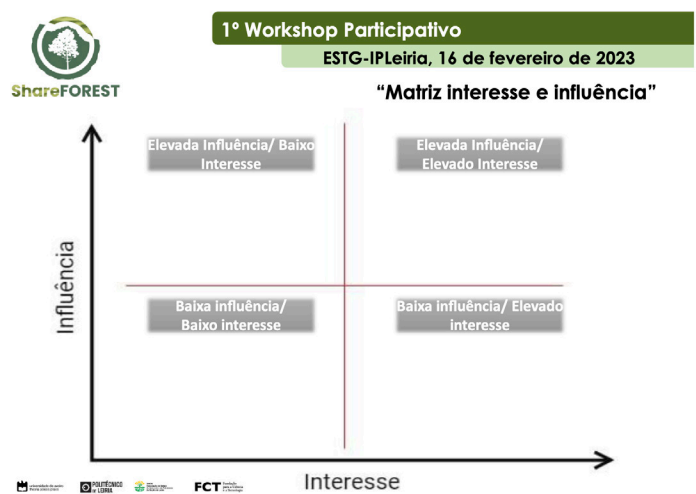


ShareFOREST

1º Workshop
Participativo

ESTG-IPLeiria
16 de fevereiro de 2023

ANEXO II – MATERIAIS USADOS NO 1º WORKSHOP PARTICIPATIVO DO PROJETO SHAREFOREST



1º Workshop Participativo
ESTG-IPLeiria, 16 de fevereiro de 2023

ShareFOREST

“Identificação dos Agentes”

		Direitos	Responsabilidades	Benefícios
Agentes	A: _____			
	B: _____			
	C: _____			
	D: _____			
	E: _____			

Logos for ShareFOREST, ESTG-IPLeiria, and FCT are visible at the bottom. A circled number '1' is in the bottom right corner.

1º Workshop Participativo
ESTG-IPLeiria, 16 de fevereiro de 2023

ShareFOREST

“Quem colabora com quem?”

		Agentes				
		A: _____	B: _____	C: _____	D: _____	E: _____
Agentes	A					
	B					
	C					
	D					
	E					

Nível de Relacionamento:
 Azul- Muito Bom
 Verde- Aceitável/Razável
 Vermelho- Mau/confituoso
 Preto- s/relação ou n/se conhecem



1º Workshop Participativo

ESTG-IPLeiria, 16 de fevereiro de 2023

“Observe, Analise e avalie”

Discordo Totalmente, porque:

		Direitos	Responsabilidades	Benefícios
Agentes	A: _____			
	B: _____			
	C: _____			
	D: _____			
	E: _____			



1º Workshop Participativo

ESTG-IPLeiria, 16 de fevereiro de 2023

“Como se sente?”

Muito Insatisfeito

Indiferente

Muito Satisfeito

ANEXO III – PROGRAMA DO 2º WORKSHOP PARTICIPATIVO DO PROJETO SHAREFOREST



Escola Superior de Tecnologia e Gestão – Instituto Politécnico de Leiria

19 de junho de 2024 (14h-17h30)

&

Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território – Universidade de Aveiro

25 de junho de 2024 (14h-17h30)

Programa

14h00 – Acolhimento dos participantes

14h15 – Sessão Abertura e Apresentação das Atividades

14h45 – *Mapa Mental* – A gestão das Matas do Litoral

15h45 – *ShareFOREST Café* – Reflexão sobre as Lagoas da Saibreira e da Vela

17h20 – Sessão de encerramento

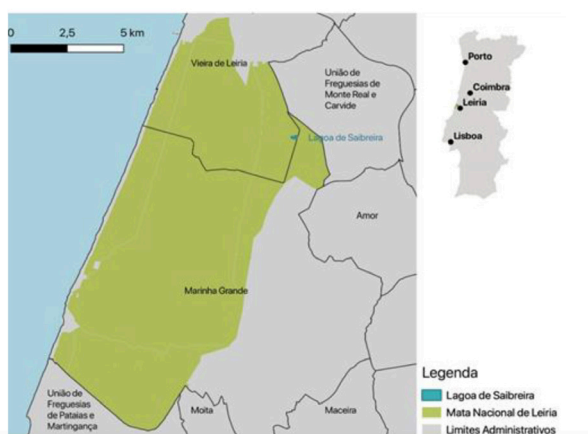


ANEXO IV – CARACTERIZAÇÃO DAS LAGOAS DA SAIBREIRA E DA VELA

Caracterização da Lagoa da Saibreira e sua envolvente

A Lagoa da Saibreira com uma área de cerca de 2 ha está localizada no talhão 53 da Mata Nacional de Leiria (MNL) na freguesia de Vieira de Leiria do Concelho da Marinha Grande. A Lagoa da Saibreira está localizada numa zona limítrofe da MNL que é próxima da freguesia da Marinha Grande, do concelho com o mesmo nome, da União de Freguesias de Monte Real e Carvide e da Freguesia de Amor que pertencem ao concelho e Leiria (Figura 1).

Figura 1 - Localização da Lagoa da Saibreira



A origem desta lagoa está associada à extração de inertes [areia para o fabrico do vidro (CMMG-DOPP, 2012) ou de saibro (ICNF, 2022a)] que depois da década de 50 deixou de ser realizada dando lugar à existência da lagoa. Assim sendo, a Lagoa da Saibreira é de origem artificial, com carácter temporário (ICNF, 2022a), com presença de fauna e flora diversa (CMMG-DOPP, 2012). Esta zona é caracterizada pela existência de um plano de água permanente com regeneração de plantas nativas sendo que a sua envolvente está fortemente invadida por *acácia longifolia* (ICNF, 2022a).

A dimensão da Lagoa da Saibreira torna-a num espaço com características únicas dentro da MNL que merece ser requalificada para uma utilização pública. A envolvente da lagoa ardeu nos incêndios de 2017, tendo destruído a vegetação existente, o restauro e recuperação desta zona é também um desafio para este espaço.

A Lagoa da Saibreira é caracterizada pela existência de diferentes unidades homogéneas na sua envolvente. Estas unidades correspondem ao plano de água, ao pântano (invadido por *acácia longifolia*, área plantada (com elevada expressão da *Erica umbellata*), matos de Ulex, matos Ulex e Genista, duas ilhotas (no interior do plano de água) invadidas por *acácia longifolia* e um acacial (*acácia longifolia*). Nestas diferentes unidades homogéneas é possível encontrar uma extensa lista de espécies vegetais que vão desde os matos até plantas de grande porte (pineiro-bravo, carvalhos) passando pelos arbustos (e.g. urze, medronheiro).

Em termos de fauna segundo Lima (2022) após os incêndios de 2017 foi identificada a presença de percevejo, borboletas, libelinha, libélula, aranha, escaravelho, gafanhoto e grilo entre outros. No entanto, antes dos incêndios de 2017 na MNL neste território existia uma fauna abundante e diversa onde estavam presentes o lobo ibérico, o javali, o gato bravo, a lebre, o gineta, a raposa, o texugo, o ouriço, o toirão, a toupeira, a doninha, a lebre, o coelho bravo e o esquilo-vermelho (Lima, 2022 com base em outros autores).

Ao nível do Plano Diretor Municipal (PDM) a Lagoa da Saibreira está inserida em “Espaços Não Urbanizáveis”, mais especificamente em zona de “Espaços Culturais e Naturais” (CMMG-DOPP, 2012), que é caracterizada por serem áreas de elevada sensibilidade do ponto de vista ecológico, paisagístico ambiental e arquitetónico (RPDMMG, sd). De acordo com o regulamento do PDM, a área envolvente da Lagoa da Saibreira será submetida a um plano de ordenamento, que regulamenta a transformação do uso do solo e a edificação turística a instalar (ponto 9 do artigo 16º).

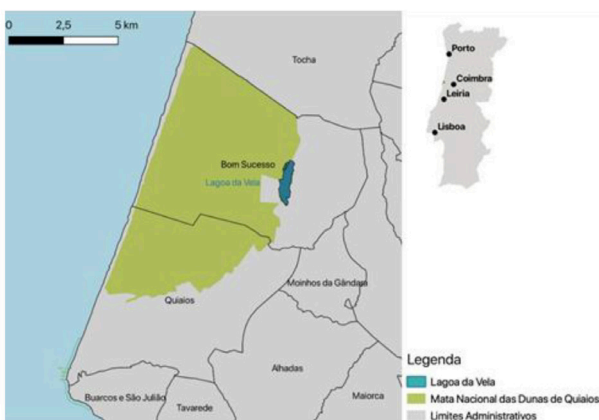
No âmbito do Plano de Gestão Florestal (PGF) da Mata Nacional de Leiria a Lagoa da Saibreira integra a área de “Proteção da rede Hidrográfica” que tem como objetivo o ordenamento e planeamento da floresta para proteção da rede hidrográfica, condução de povoamentos nas galerias ripícolas e restauro destas (ICNF, 2022a). No âmbito do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) da Marinha Grande a Lagoa da Saibreira faz parte integrante da rede de pontos de água (MMG-CMDFCI).

Caracterização da Lagoa da Vela e sua envolvente

A Lagoa da Vela com um espelho de água de cerca de 70 ha (Martins et al., 2006 citado em ICNF, 2024; Abrantes, 2007) está localizada da freguesia do Bom Sucesso da Concelho da Figueira da Foz (Figura 2). A Lagoa da Vela faz parte integrante da Mata Nacional das Dunas de Quiaios (MNDQ) estando localizada no extremo nascente dos talhões 49, 64 e 91 (Figura 2). Esta lagoa com carácter permanente (ICNF, 2024) tem uma profundidade razoável (Rebello et al., 1994 citado em ICNF, 2024). A envolvente nascente corresponde a propriedade privada com uso agrícola (ICNF, 2024). É uma das maiores Lagoas Naturais da Península Ibérica com grande sensibilidade natural. Esta Lagoa faz parte de um sistema maior de lagoas interligadas dulçaquícolas designadas de “Lagoas de Quiaios” (Abrantes, 2007).

A Lagoa da Vela, como já foi referido anteriormente, integra a MNDQ sendo que um decreto de outubro de 1925, previa a fixação das suas margens com vegetação arbórea (Germano, 2000, em ICNF, 2024).

Figura 2 - Localização da Lagoa da Vela



A Lagoa da Vela está inserida numa área protegida, a Rede Natura 2000 mais concretamente na Zona Especial de Conservação das Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas que corresponde a área de refúgio de caça. A Lagoa da Vela está rodeada por abundante vegetação e alberga aves aquáticas fáceis de observar. Nesta zona podem-se observar cerca de 132 espécies, entre elas diversas espécies de patos, andorinha, sendo considerada um excelente refúgio para aves aquáticas.

Os campos agrícolas existentes na envolvente da lagoa contribuem para o processo de degradação deste território devido a descarga de fertilizantes e outros produtos ricos em azoto e fósforo. No sentido de diminuir este impacto vem sendo criado um adensamento da faixa de vegetação ripícola.

Após os incêndios de 2017 foram realizadas várias ações de arborização com mistos de folhosas e resinosas e aproveitamento da regeneração natural que resultou num espaço ocupado por árvores como o pinheiro-manso, carvalho, salgueiro, amieiro, Bétula, freixo, etc.

O facto de o PGF da MNDQ (ICNF, 2024) fazer referência à existência de percursos pedestres, mesas de merendas, observatório de aves, baloiço de madeira, instalações sanitárias, estacionamento, painéis informativos na envolvente da Lagoa da Vela é demonstrativo da existência de um espaço atrativo e com potencial turístico. Cumulativamente neste espaço realizam-se um elevado número de atividades e o uso fruto por parte dos populares, para além de haver interesse científico e pedagógico associado ao enquadramento estético e paisagístico e aos valores de conservação da biodiversidade presentes neste território (ICNF, 2024). Efetivamente esta lagoa é muito importante para as comunidades de Quiaios, Bom Sucesso, para a Figueira da Foz em geral, sendo que no passado a Lagoa da Vela era muito utilizada pelos veraneantes, sobretudo quando não estava agradável para ir à praia na Figueira da Foz. Este espaço era frequente utilizado para a ida a banhos

Ao nível do PDM a Lagoa da Vela e a sua envolvente, se não toda pelos menos alguma parte, integram diferentes classes das Cartas e Ordenamento e Condicionantes que orientam e ou condicionam o tipo de intervenções a realizar nesses territórios.

No âmbito do Plano de Gestão Florestal (PGF) da Mata Nacional das Dunas de Quiaios a Lagoa da Vela integra a área de “Proteção à da rede Hidrográfica” que tem como objetivos de gestão e de intervenções florestais o ordenamento e planeamento da floresta para proteção da rede hidrográfica, através do restauro de ecossistemas nas galerias ripícolas, o enquadramento de recreio e paisagem e o aumento da biodiversidade (ICNF, 2024).

Ao nível do PMDFCI da Figueira da Foz a Lagoa da Vela é uma das principais massas de água do concelho, com elevada importância para o abastecimento dos meios de combate a incêndios (CMFF, 2018). A Lagoa da Vela integra a rede de pontos de água do PMDFCI e tem especificações técnicas para abastecimento de meios aéreo e terrestre para combate a incêndios..

ANEXO V – MENU DO ShareFOREST CAFÉ

... Normas de Etiqueta



Todos devem participar, escrevendo e/ou desenhando nas toalhas de mesa os seus contributos!

Cada mesa terá um porta-voz / anfitrião escolhido pelos presentes na mesa. O seu papel é, no final dos 15 minutos da 1ª ronda, permanecer na mesa para acolher os novos participantes. Ou seja, o porta voz não deve mudar de mesa.

Se for o porta voz / anfitrião da sua mesa...

... Permaneça na mesa e reciba os participantes que chegam vindos de outras mesas no final de uma ronda, partilhando brevemente o que foi discutido antes para que seja possível avançar no debate com novas ideias!

... Encoraje todos os presentes na sua mesa a participar no debate, a fazer anotações, a estabelecer ligações entre ideias, descobertas ou questões adicionais

Obrigada e boas conversas no ShareFOREST Café!



ShareFOREST

Bem Vindos ao ShareFOREST Café!



Hoje no Menu há...

Chá, Café, Sumos, Água, Bolinhos e Salgadinhos diversos e ...



... Temas de conversa

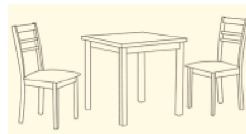
As conversas à volta da mesa do ShareFOREST Café terão como mote a pergunta

Como gostaria que as Lagoas da Saibreira e da Vela fossem geridas?



Embora as conversas partam da reflexão sobre estas Lagoas e o seu estado atual, convidamo-los a refletir e debater também o contexto destas áreas, as atividades que devem (ou não) ser promovidas, como, para quê, para quem e porquê; assim como as entidades e pessoas que devem estar envolvidas na sua gestão e nas decisões sobre o seu futuro. Para estas conversas, temos então...

... Várias mesas disponíveis



Cada mesa tem um tópico de conversa distinto acerca da gestão dos territórios identificados (as Lagoas da Saibreira e da Vela). Escolha uma mesa para iniciar as conversas (deve ter, no máximo, 5 pessoas), de acordo com as suas preferências, mas garanta que, até ao final, passa por todas as restantes mesas.

Deverá permanecer em cada mesa no máximo **15 minutos**.

Mesa 1

Economia e Produção – que atividades se devem (ou não) promover? Como?

Mesa 2

Ambiente e Conservação – que espécies? Que estratégias?

Mesa 3

Educação e Sensibilização – Para quem? Para quê? Como?

Mesa 4

Modelo de Gestão - Como? Para quê? E com quem?

Observe os mesmos princípios sempre que mudar de mesa e siga algumas...

ANEXO VI - CONCLUSÕES DAS MESAS TEMÁTICAS DO ShareFOREST CAFÉ EM LEIRIA E AVEIRO

WS IPLeia

WS Universidade de Aveiro

Mesa Economia e Produção

Lagoa da Saibreira

- Engenharia natural
- Visitantes acolhimento
- Impermeabilizações?
- Abastecimento de água para combate a incêndios?
- Laboratório Natural (aves e outros vertebrados)
- Não tem grandes condições para recreio
- Acessos dos mamíferos (< ??? margem)
- Controlo de espécies invasoras
- Remoção material queimado

Lagoa da Vela

- Efluentes agrícolas
- Eutrofização
- Gestão do turismo
- Acumulação de sedimentos
- Barreira de vegetação ripícola para filtrar os efluentes agrícolas (problema: o terreno é privado)
- Exóticas (regeneração)
- Desportos aquáticos não motorizados.
- Restringir / condicionar o acesso

Lagoa da Saibreira

- Natureza (Comunidades; Observação de aves)
- Turismo de lazer (turismo de todo o terreno)
- Promoção de espécies e habitats
- Atividades da Agricultura
- Visitas guiadas
- Passeios de lazer
- Promoção de produtos autóctones
- Não promover desporto motorizado

Lagoa da Vela

- Atividades que não perturbem a avifauna, que não perturbem o regime florestal
- Crowdfunding das atividades promovidas para a preservação dos espaços (canalizar parte das verbas para o próprio espaço)

Mesa Ambiente e Conservação

Lagoa da Saibreira

- Sem potencial para recreio e lazer
- Com potencial para conservação da natureza e educação ambiental
- Controlo de invasoras (acácias)
- Plantação com espécies autóctones (choupos e salgueiros)
- Suavização de margens (alguns pontos para acesso de mamíferos, para acesso de anfíbios)
- Criar condições para grupos faunísticos específicos (ex. abrigos para répteis)
- Criar um “ecrã” visual (com vegetação) e condições de sossego, não perturbação para atrair aves invernantes
- Com potencial para criar observatório de aves
- Laboratório vivo (técnicas de restauro, investigação, etc.)
- Criar zonas de abeberamento permanente

Lagoa da Vela

- Aumentar iniciativas de conservação da natureza (RN 2000)
- Estudo e monitorização da avifauna
- Ações de educação ambiental (ONGAs, Municípios e ICNF)
- Controlo de espécies invasoras (jacintos, erva-pinheirinha, acácias)
- Iniciativas de team building / corporativas para a preservação da floresta (“extra” plantação “Micro-reservas” – e.g. adotar 1ha para cuidar, fazer ações, etc.
- Laboratório vivo, lagoa + dunas
- Gestão e uso de agroquímicos
- Regular o uso recreativo

Que espécies?

- Homem gestor do território
- Espécies adaptadas ao local

Que estratégias

- Apoio financeiro
 - Desenvolvimento sustentável
 - Pegada ecológica
 - Carbono
- Sensibilização / educação

WS IPLeiria**WS Universidade de Aveiro****Mesa Educação e Sensibilização****Quem?**

- População escolar de forma continua.
- Alteração dos programas curriculares.
- Gerações mais novas

Para quê?

- Limpeza das matas. Evitar a deposição de lixo e entulhos de obras
- Evitar roubos dos parques de lazer e estragos às infraestruturas
- Evitar vandalismo
- Realizar ações de sensibilização e trabalho social para apoio às comunidades vulneráveis
- Ferramentas para explicar como surgiu e evoluiu as lagoas
- Laboratório vivo
- Preservação e conservação
- Re-naturalizado
- Ensinar a história biológica das lagoas

Lagoa da Saibreira

- Valorização das margens
- Colocar uma infraestrutura de observação de espécies presentes nos locais
- Direcionada para gerações mais novas. Visitas de estudo aos locais para visualização de espécies existentes
- Valorizar o local para atrair mais fauna Lagoa da Vela
- Gerir para evitar espécies invasoras
- Uso de adubos fertilizantes aumenta a eutrofização da água => educar e sensibilizar para uma agricultura mais de conservadora => cooperativas / organização de agricultores
- Para comunidade locais e jovens – Sensibilizar para evitar a deposição de lixo
- Renovação de infraestruturas

Quem?

- Comunidades locais
- Praticantes de vela

• Camadas mais jovens (escolaridade diferenciada)

- Visitantes e turistas
- Associações culturais e desportivas, agrícolas

Para quê?

- Melhorar o conhecimento sobre os locais
- Regras e condições de visitação
- Conservação da natureza

Como?

- Sinalética
- Painéis informativos
- Apps telemóveis
- Mapas
- Redes sociais
- Ações de proximidade

Mesa Modelo de Gestão**Lagoa da Saibreira**

- Educação ambiental no âmbito “Conservando conversando” - OIKOS

Lagoa da Vela

- Parque de estacionamento com limitação de acesso (tout-venant)

Lagoa da Saibreira**Para quê?**

- Preservação do ambiente e dos habitats
- Melhorar o ordenamento do território

Com quem?

- Maior proximidade (JF, CM e CIM)
 - GNR
 - População
 - OPF
 - Voluntariado

Lagoa da Vela**Para quê?**

- Resolver problema das invasoras
- Aumentar a biodiversidade
- Promover o património natural

Com quem?

- Comunidades locais
- Escolas
- Eventos lúdicos (escolas todas)

Como

- Promovendo os espaços naturais (controlo de infestantes lenhosas)
 - Passeios lúdicos
 - Sensibilização da comunidade escolar
 - Mais comunicação
 - Importância da preservação dos matos para preservação das areias

www.shareforest.pt



Este manual foi desenvolvido no âmbito do projeto de investigação *ShareFOREST - Sharing decisions in forests – participatory methodology for public and stakeholder engagement in the protection and valorisation of forests in Portugal* (PCIF/GRF/0050/2019), financiado por fundos nacionais através da FCT/MCTES

